

mento altíssimo entre 2003 e 2015 (27% a.a.), partindo de 0,3% e passando a contribuir com 2,5% do VAB deste setor no fim do período. Outro setor que cresce sensivelmente (17% a.a.) é o de Máquinas e Equipamentos, triplicando sua participação no VAB Setorial, mas ainda tendo peso reduzido dentro do Estado. No setor de serviços, destaca-se o Aluguel de Imóveis – trata-se do setor com maior relevância dentro da região, mas que apresenta a menor taxa média de crescimento anual dentre todos os setores da RF 4 – 0,6%. A **Tabela III-21** mostra a participação estimada da região no VAB de 2003 e de 2015 do Rio Grande do Sul nos 25 setores analisados no cenário tendencial.

**Tabela III-21 – VAB Setorial em 2003 e 2015 – RF 4**

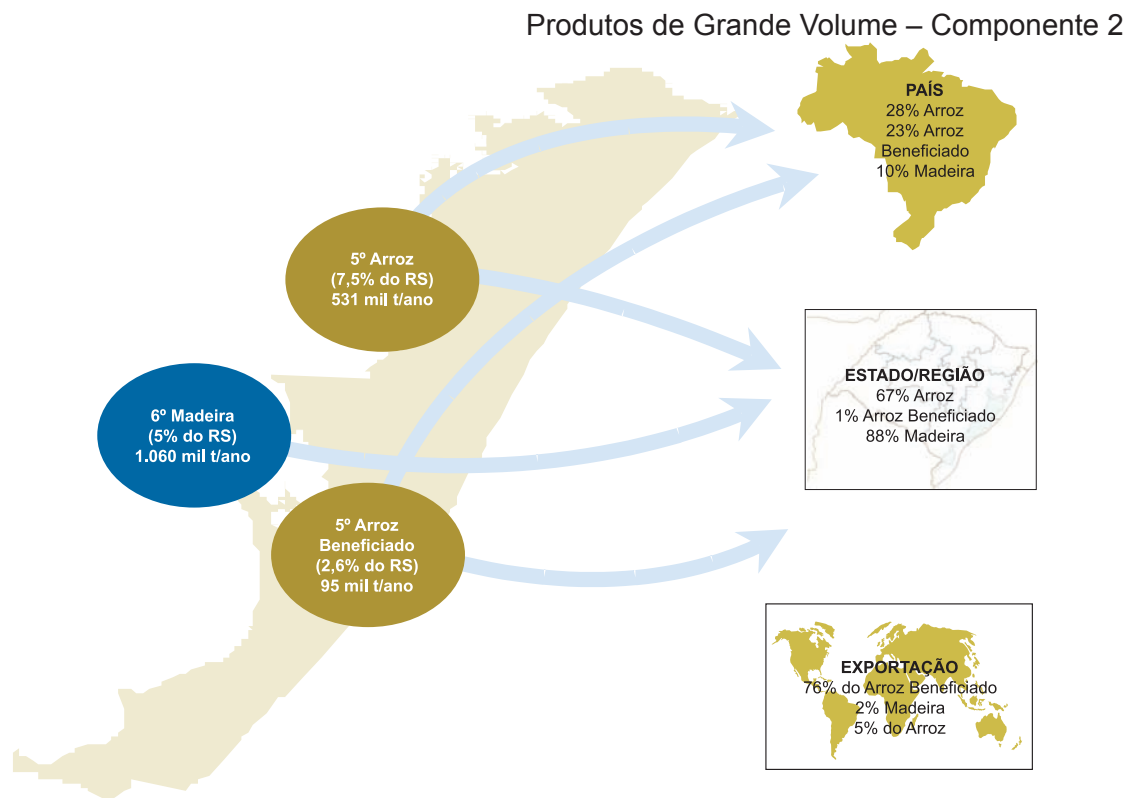
(R\$ milhões de 2003)

Setores	2003			2015		
	R\$ (R\$ Mil)	% do Total da Região	% do RS	R\$ (R\$ Mil)	% do Total da Região	% do RS
Agropecuária	199	11.2%	1.1%	352	12.9%	1.5%
Indústria Metalúrgica	3	0.2%	0.1%	5	0.2%	0.1%
Máquinas e Equipamentos / Tratores	1	0.1%	0.0%	8	0.3%	0.2%
Material Elétrico	0	0.0%	0.1%	0	0.0%	0.0%
Material de Transportes	3	0.2%	0.3%	3	0.1%	0.2%
Serrarias, Madeira e Móveis	3	0.2%	0.3%	52	1.9%	2.5%
Papel e Gráfica	1	0.1%	0.1%	2	0.1%	0.1%
Química	6	0.3%	0.1%	12	0.5%	0.1%
Calçados e Couros	3	0.2%	0.1%	3	0.1%	0.0%
Produtos de Origem Vegetal	1	0.1%	0.0%	9	0.3%	0.2%
Abate e Preparação de Carnes	1	0.0%	0.0%	2	0.1%	0.0%
Leite e Laticínios	0	0.0%	0.0%	0	0.0%	0.1%
Óleos Vegetais	0	0.0%	0.0%	0	0.0%	0.0%
Demais Ind. Alimentares	2	0.1%	0.1%	2	0.1%	0.1%
Demais Indústrias	4	0.2%	0.1%	38	1.4%	0.4%
Serviços Utilidade Pública	4	0.2%	0.2%	40	1.5%	0.9%
Construção Civil	22	1.2%	0.4%	41	1.5%	0.5%
Comércio	104	5.9%	0.9%	256	9.4%	1.2%
Transporte	37	2.1%	1.7%	58	2.1%	1.3%
Comunicações	42	2.4%	1.4%	76	2.8%	1.5%
Instituições Financeiras	88	5.0%	1.2%	182	6.7%	1.5%
Serviços Prestados às Famílias	134	7.5%	1.6%	180	6.6%	1.0%
Aluguel de Imóveis	733	41.3%	7.1%	790	29.0%	6.0%
Administração Pública	359	20.2%	2.5%	576	21.1%	2.7%
Serviços Privados Não Mercantis	27	1.5%	1.9%	37	1.4%	1.9%
Total	1,776	100.0%	1.5%	2,727	100.0%	1.4%

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Segundo as projeções do Componente 2 – Logística de Transportes, realizadas de acordo com a matriz origem-destino dos produtos de grande volume, é possível verificar a produção e o destino dos principais produtos de grande volume para cada região, conforme **Figura III-71**.

**Figura III-71 – Estimativa das Produções e Movimentações de Produtos de Grandes Volumes da RF 4 em 2015**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Na produção de Grãos, apenas o arroz atinge volumes expressivos, posicionando a região em quinto lugar no Estado, com 531 mil ton/ano. A maior parte desta produção será voltada para processamento no restante do Estado, mas 28% será direcionado a outros estados.

No Cenário Tendencial traçado pelo estudo para a região espera-se que, em 2015, a região conte com 337.255 habitantes, tendo, então, experimentado um crescimento de 2,0% ao ano. Tal taxa seria a maior do Estado, repetindo o atual desempenho demográfico da região causado pela imigração de pessoas idosas da Região Metropolitana e de jovens com baixa qualificação à procura de emprego. Haveria uma aceleração da diminuição absoluta da população rural, chegando, no fim do período, a menos de 10% da população total.

O pessoal ocupado, que atualmente é de 103 mil pessoas, deverá atingir quase 168 mil em 2015, destacando-se:

- Agropecuária – 35.835
- Serrarias e fabricação de artigos de madeira – 15.121
- Fabricação de calçados e artigos de couro – 1.631
- Construção civil – 14.604
- Comércio – 29.298
- Serviços prestados às famílias e empresas – 21.122
- Serviços privados não mercantis – 7.872

Essa distribuição é muito semelhante à atual, mas parece haver um deslocamento na direção de uma maior participação do segmento de serraria e fabricação de artigos de madeira. Aliás, um dos maiores coeficientes de redistribuição das atividades produtivas calculados para o período de 2003 a 2015 para os estado, foi esse. Tal fato pode explicar a tendência apontada pelos dados da distribuição do pessoal ocupado e que se refletem no coeficiente de reestruturação projetado para a Região Funcional 4, para 2003-2015, que foi o maior do Estado. Reforçando a importância desse setor na economia da região, a análise estrutural-diferencial mostrou ser ele o único em que a região se mostra especializada e competitiva.

A duplicação da BR-101 deve trazer, ao lado da melhoria no transporte de passageiros e de cargas, um reforço da polarização da região pela área metropolitana, especialmente no que se relaciona com as atividades terciárias. Dessa forma, poderá haver dentro da região perdas maiores de dinamismo naqueles municípios menos ligados às atividades turísticas.

#### III.3.4.3. Visão Estratégica e Estratégias Propostas

A Região Funcional 4 acumula maus desempenhos em praticamente todas as dimensões, o que faz com que sua situação de baixo nível de desenvolvimento econômico e social persista ao longo do tempo. A região não tem sido capaz de mobilizar suas potencialidades para superar suas restrições. As maiores potencialidades da região estão vinculadas às atividades agrícolas (arroz e frutas, essencialmente), ao turismo, ao patrimônio natural e paisagístico a ao sistema viário integrador. As fraquezas são ligadas à fragilidade do meio ambiente litorâneo, ao macrosaneamento deficiente, ao baixo dinamismo econômico e social, à baixa complexidade da estrutura produtiva e à ausência de capacidade tecnológica, entre outros elementos.

As atividades industriais têm baixa densidade e pouca complexidade. A análise tendencial aponta para uma ainda maior simplificação da estrutura industrial, com a predomi-

nância absoluta do setor de serrarias e fabricação de artigos de madeira, com quase 10% da população ocupada total na região em 2015. Assim, dificilmente pode-se esperar que o principal motor da reversão do atraso regional seja a indústria.

As observações da matriz SWOT permitem concentrar as atenções de análise e proposições sobre três aspectos mais relevantes apresentados a seguir:

#### **a) Condições Favoráveis à Produção Agrícola, Mal Exploradas**

O setor agrícola possui competitividade na produção de arroz, tanto quando é levado em conta somente o próprio produto, como quando comparado com outras culturas. A situação de competitividade da olericultura e da fruticultura também se apresenta de forma positiva, acima da média estadual, mas sem a mesma expressão do arroz. De toda forma, a capacidade competitiva desses segmentos podem ser utilizados para sua própria dinamização. Um fator importante, nesse caso, é a proximidade da região mais desenvolvida e populosa do Estado, que representa um mercado potencial para produtos “in natura” e processados.

O Pólo de Inovação Tecnológica do Litoral Norte, pode se converter em importante fator de impulso ao setor primário. Criado no âmbito do programa de Pólos Tecnológicos da SCT, é recente, tendo sido iniciado em 2003. O pólo do Litoral beneficiará as áreas de agroindústria, agropecuária, meio-ambiente, pesca, aqüicultura, indústria moveleira, indústria de malhas e confecções, tecnologia da informação e suporte de C&T ao turismo. Essa iniciativa pode vir a se constituir numa alavanca para a dinamização da economia local. Entretanto, a pouca capacidade regional em C&T impõe alguma reserva quanto aos resultados que se possam esperar. A cooperação inter-regional, aproveitando a proximidade da Região Funcional 1, pode ser uma forma de superar essa fragilidade.

#### **b) Exploração Desordenada da Potencialidade Turística**

O turismo é o setor de maior peso na economia regional. Os dados relativos ao pessoal ocupado e às empresas do setor de alojamento e alimentação mostram claramente essa importância. Em 2000, havia 4993 pessoas ocupadas no setor, representando 4,86% da população ocupada regional. Essa é a maior participação do setor alojamento e alimentação no pessoal ocupado entre todas as regiões. A posição se repete quando é analisado o número de empresas. Em 2002, havia na região 2151 empresas no setor, representando 11,8% de todas as empresas regionais, maior percentual entre as regiões funcionais.

Além da sazonalidade, o turismo apresenta deficiências em relação à sua estrutura e

<sup>1</sup> As empresas no setor alojamento e alimentação somavam 1739 em 2000.

capacitação. O aspecto sazonal da atividade turística no litoral, aliás, impõe grandes desafios à melhoria e à densificação do setor. A região atrai, basicamente, dois tipos de migrantes: o aposentado e o adulto jovem pouco qualificado. O primeiro vai em busca de qualidade de vida, longe do estresse das grandes áreas urbanas. O outro vai a busca do emprego oferecido pelas atividades ligadas ao veraneio e acaba ficando, sem ter muitas outras oportunidades de ocupação.

Com empresas muito pequenas e pessoal pouco qualificado, o setor turismo não tem atualmente o dinamismo necessário para reestruturar as atividades produtivas regionais, fazendo-se necessário avançar na capacitação do setor como um todo. As instituições de ensino não têm focado o desenvolvimento de profissionais para o setor. O porte dessas empresas é reduzido, pois, em 2000, havia menos de três pessoas ocupadas por empresa<sup>1</sup>. Por outro lado, embora demonstrando grande aptidão para abertura de novos empreendimentos, os mesmos não têm conseguido ser sustentáveis, sendo que surgem mais como alternativa de subsistência do que de iniciativas empreendedoras reais.

Entretanto, algumas deficiências de infra-estrutura constituem-se ameaça ao turismo, deficiências estas relacionadas ao macrosaneamento e no baixo índice de coleta de esgoto e ao atendimento aos picos de demanda de energia elétrica no verão, embora não se detectem gargalos específicos nas linhas de transmissão na região.

#### **c) Fragilidade Ambiental Potencializada pelo Mal Ordenamento do Uso do Solo**

A região cresce, e deverá continuar crescendo, a taxas populacionais substancialmente maiores que as das demais regiões funcionais. A maior população pode significar uma diminuição dos impactos do turismo sazonal, mas tem seu contraponto na pressão populacional sobre um ecossistema frágil e uma infra-estrutura de saneamento deficiente.

Com o aumento da população e as melhorias do sistema rodoviário, instalou-se na região um ciclo de implantação de empreendimentos imobiliários de médio e grande portes. Esses empreendimentos ocupam, geralmente, terrenos longe da faixa litorânea, mas próximos das lagoas e da Estrada do Mar. Se, por um lado, eles representam alternativas de ocupação e de diminuição da sazonalidade, por outro lado, são uma ameaça ao sistema lagunar e às águas subterrâneas.

As áreas de preservação permanente, as ocorrências de ecossistemas frágeis e a alta vulnerabilidade à contaminação dos solos são restrições estruturais da região. É importante frisar, também, que, face à fragilidade do meio ambiente, a deficiência na infra-estrutura de saneamento (especialmente, esgotos e resíduos sólidos), que é generalizada no Estado, adquire na região características estratégicas.

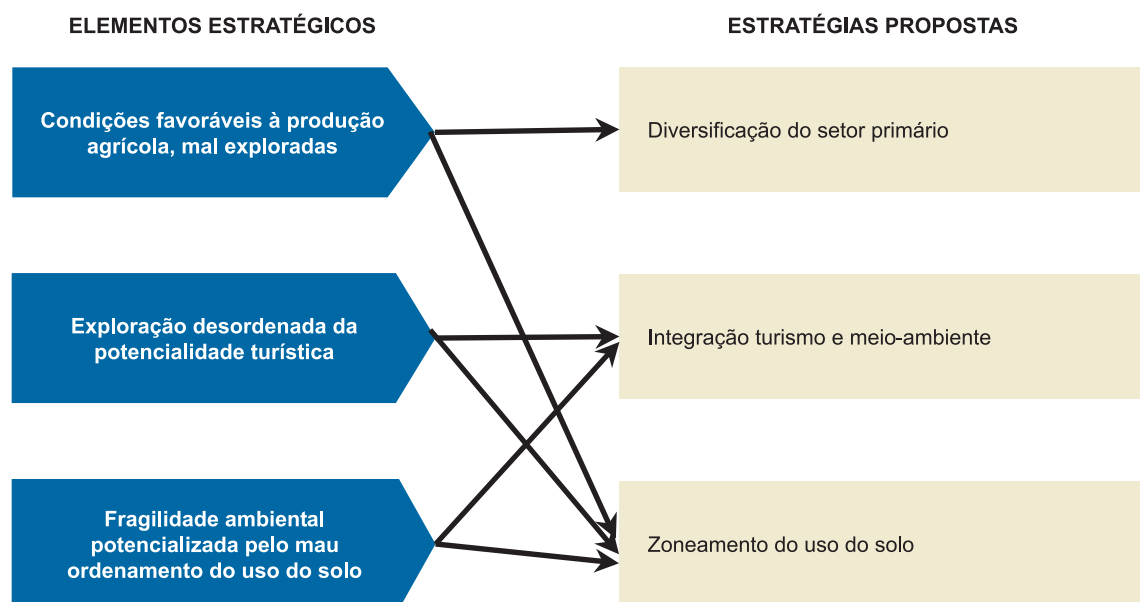
A sustentabilidade ambiental da região, face ao rápido aumento da população e da ocupação integral da faixa entre o mar e o sistema lagunar, coloca-se como centro das preocupações.

Considerando que os objetivos da criação da Aglomeração Urbana do Litoral Norte são de integrar os planos municipais, na construção de um plano de desenvolvimento e de ordenamento territorial regional, a obrigatoriedade definida pelo Estatuto da Cidade da elaboração de planos diretores pode estar oferecendo a oportunidade para que haja estudos que permitam a visão complexa que tal tarefa demanda.

A visão estratégica para a região é tornar-se um pólo turístico e de lazer, baseado na sustentabilidade ambiental, superando sua situação de atraso em relação às demais regiões do Rio Grande do Sul.

Para atingir essa visão, três estratégias regionais são propostas, para as quais concorrem, simultaneamente, os vários elementos estratégicos delineados, como registra a **Figura III-72**.

**Figura III-72 – Elementos Estratégicos x Estratégias para a RF 4**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

#### Estratégia 1 – Diversificação do Setor Primário

Esta estratégia visa dinamizar a economia regional, através da diversificação da produção agrícola, porém com sustentabilidade ambiental.

A proximidade da RF 1 e da RF 3, áreas mais populosas do Estado, e as condições de acessibilidade viária são potenciais a serem explorados na ampliação da produção de olerícolas e frutas. Estes produtos são bastante competitivos quando produzidos nesta região.

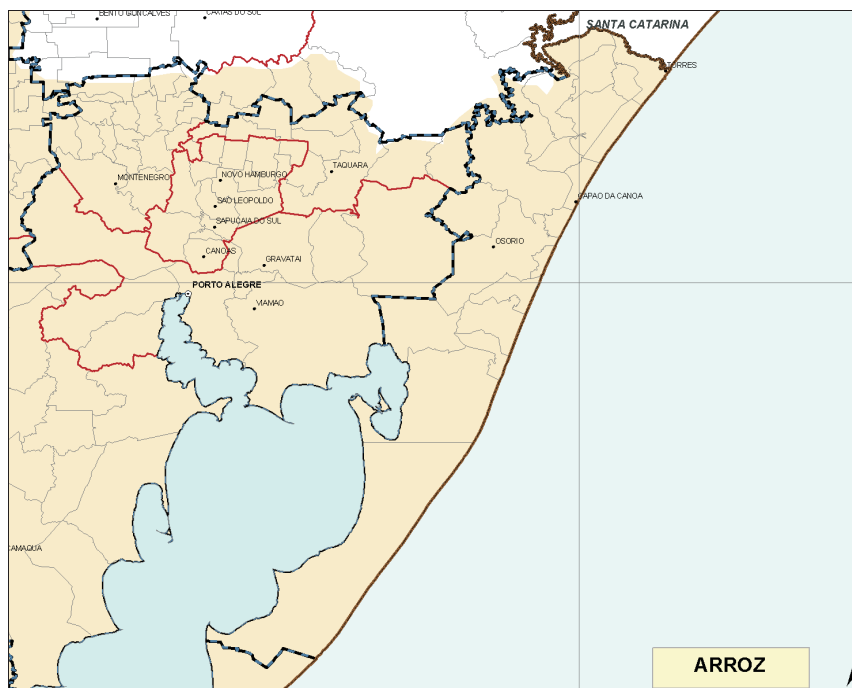
O Pólo de Inovação Tecnológica do Litoral Norte<sup>7</sup> pode ser utilizado para promover a expansão sustentável dessas produções, tendo em vista a fragilidade ambiental da região. Entre os riscos elencados pelo projeto Biodiversidade do RS, estão o uso de água e de agroquímicos pela produção de olerícolas e o avanço dos bananais sobre a Mata Atlântica, mostrando a necessidade da articulação entre o fomento à expansão, o uso do solo e os princípios da produção limpa, de modo a garantir a preservação da qualidade ambiental.

As frutas regionais, como pitanga ou goiaba serrana, mostram ganhos de produtividade quando cultivadas em sistemas agroflorestais, com espécies florestais nativas, que permitem a adequada insolação e previnem o ataque de pragas. Esse tipo de sistema de produção e a diversificação das frutíferas, que auxiliam evitar a derrubada de árvores nativas para introdução de bananeiras, necessitam, entretanto, adequados esquemas de capacitação e financiamento dos agricultores familiares.

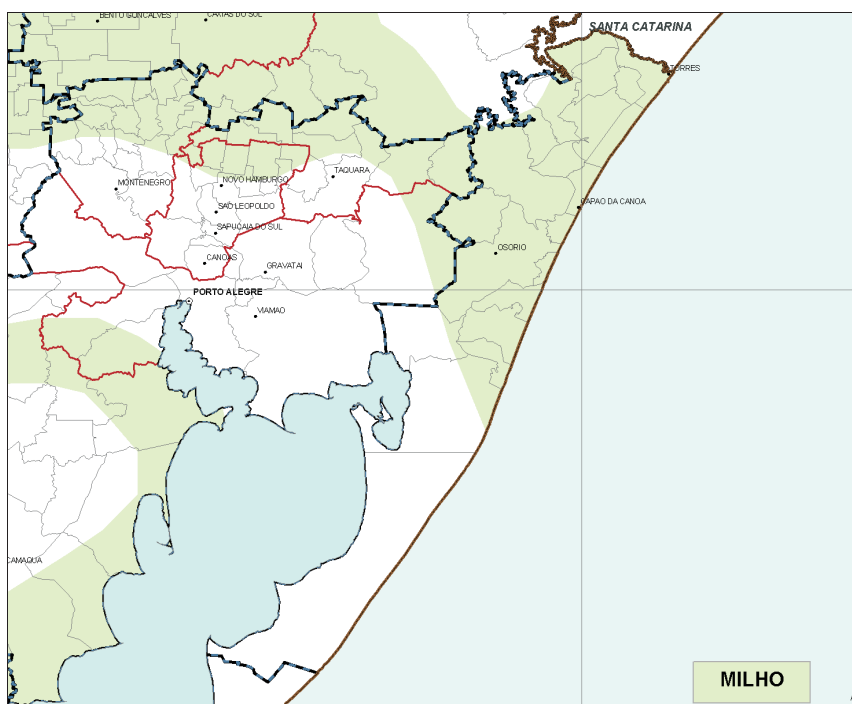
A cultura do arroz permanece como uma das forças produtivas locais, tendo em vista seu posicionamento em relação à produtividade e às infra-estruturas pós-colheita, apresentando boa aptidão edoclimática para esse cultivo, como registra a **Figura VIII-73**.

<sup>7</sup>O Pólo de Inovação Tecnológica do Litoral Norte, criado no âmbito do programa de Pólos Tecnológicos da SCT, é, ainda, recente, tendo sido iniciado em 2003. O pólo do Litoral beneficiará as áreas de agroindústria, agropecuária, meio-ambiente, pesca, aquacultura, indústria moveleira, indústria de malhas e confecções, tecnologia da informação e suporte de C&T ao turismo.

### Figura III-73 – Áreas Aptas para Grãos: Arroz e Milho – Região Funcional 4



Fonte: Governo do Estado do RS, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico - Volume II, 1994



Fonte: Governo do Estado do RS, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico - Volume II, 1994



Cumpra, entretanto, reduzir os riscos ambientais da irrigação e da utilização de agroquímicos, que podem colocar em xeque a estratégia geral de sustentabilidade ambiental como marca regional.

O cenário tendencial mostra que o segmento industrial que mais crescerá no Litoral é o de serrarias e artefatos de madeira. Para favorecer a consolidação da cadeia e sua qualificação, com o desenvolvimento de produtos ambientalmente responsáveis, a expansão do reflorestamento deverá ser realizada de acordo com as diretrizes da sustentabilidade, procurando preservar a biodiversidade do Litoral. Isso significa planejar a introdução de espécies e utilizar o macrozoneamento ambiental para orientar os locais a reflorestar. Atualmente, por exemplo, o *pinus* está se expandindo na planície costeira e a uva do Japão na encosta da serra de forma desordenada, colocando em risco a permanência de outras espécies florestais<sup>8</sup>.

#### **Estratégia 2 – Integração Turismo e Meio Ambiente**

Esta estratégia visa tornar a região um pólo turístico e de lazer ambientalmente sustentável.

De acordo com a Organização Mundial de Turismo (OMT), “o turismo sustentável atende às necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o futuro. É concebido como uma via em direção à gestão de todos os recursos de forma que podem satisfazer-se as necessidades econômicas, sociais e estéticas, respeitando ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida.”<sup>9</sup>

A OMT definiu, em 1994, uma série de requisitos considerados essenciais para a implantação da Agenda 21 nos centros turísticos:

- Minimização dos resíduos;
- Conservação e gestão da energia;
- Gestão da água;
- Controle das substâncias perigosas;
- Transportes;
- Planejamento urbanístico e gestão do uso do solo;
- Compromisso com o meio ambiente por parte dos políticos e dos cidadãos;
- Definição de programas para a sustentabilidade;
- Colaboração para o desenvolvimento turístico sustentável.

<sup>8</sup> De acordo com o projeto Biodiversidade do RS (2005).

<sup>9</sup> [www.world-tourism.org](http://www.world-tourism.org), acesso em julho de 2005.

Apesar de contar com excepcional diversidade de paisagens, o Litoral explora quase que somente a faixa litorânea. A integração do sistema lagunar e da encosta da serra às atividades turísticas começa apenas a ser feita, seguindo o mesmo padrão da ocupação da faixa litorânea, isto é, de forma extensiva e desordenada. O conceito de turismo sustentável e o atendimento aos requisitos acima citados são oportunidades para a atividade turística regional, dando-lhe maior qualidade, capacidade de atração e de diminuição da sazonalidade.

Os empreendimentos turísticos da região são caracteristicamente de pequeno porte e sujeitos a forte sazonalidade. Empreendimentos de maior porte, como *resorts*, poderão alterar essa situação, oferecendo ao mesmo tempo novos modelos de qualidade de turismo receptivo.

### **Estratégia 3 – Zoneamento do Uso do Solo**

Esta estratégia visa garantir a qualidade ambiental da região, que é um elemento-chave para seu desenvolvimento.

*A sustentabilidade ambiental da região, face ao rápido aumento da população e da ocupação integral da faixa entre o mar e o sistema lagunar, coloca-se como centro das preocupações.* Essa questão mobiliza a comunidade local, visto que a região possui várias entidades ambientais.

*A existência de áreas degradadas, em especial nas áreas de preservação permanente como zonas de encosta com declividade acima de 45° e áreas de mata ciliar, destruídas pela agricultura, ocasionam forte erosão e tornam premente sua recuperação através da implementação de soluções ambientalmente sustentáveis.* Da mesma forma se buscam alternativas às atividades extrativistas não sustentáveis ocorrentes, como a extração da samambaia-preta, do palmito jussara e o de bromélias e orquídeas pois são importante fonte de renda para várias famílias da região (como no caso da samambaia-preta).

*As lagoas interligadas do Litoral são corredores de fauna e flora, apresentando áreas importantes de reprodução e/ou criação de peixes, de espécies endêmicas e em extinção.* São rasas (com até 3,8 m de profundidade), ainda em sua maioria com boa qualidade, *porém com grande pressão de ocupação urbana em seu entorno.*

O **Quadro III-41** apresenta os objetivos das estratégias de desenvolvimento da Região Funcional 4.

**Quadro III-41 – Objetivos das Estratégias Propostas, até 2015**

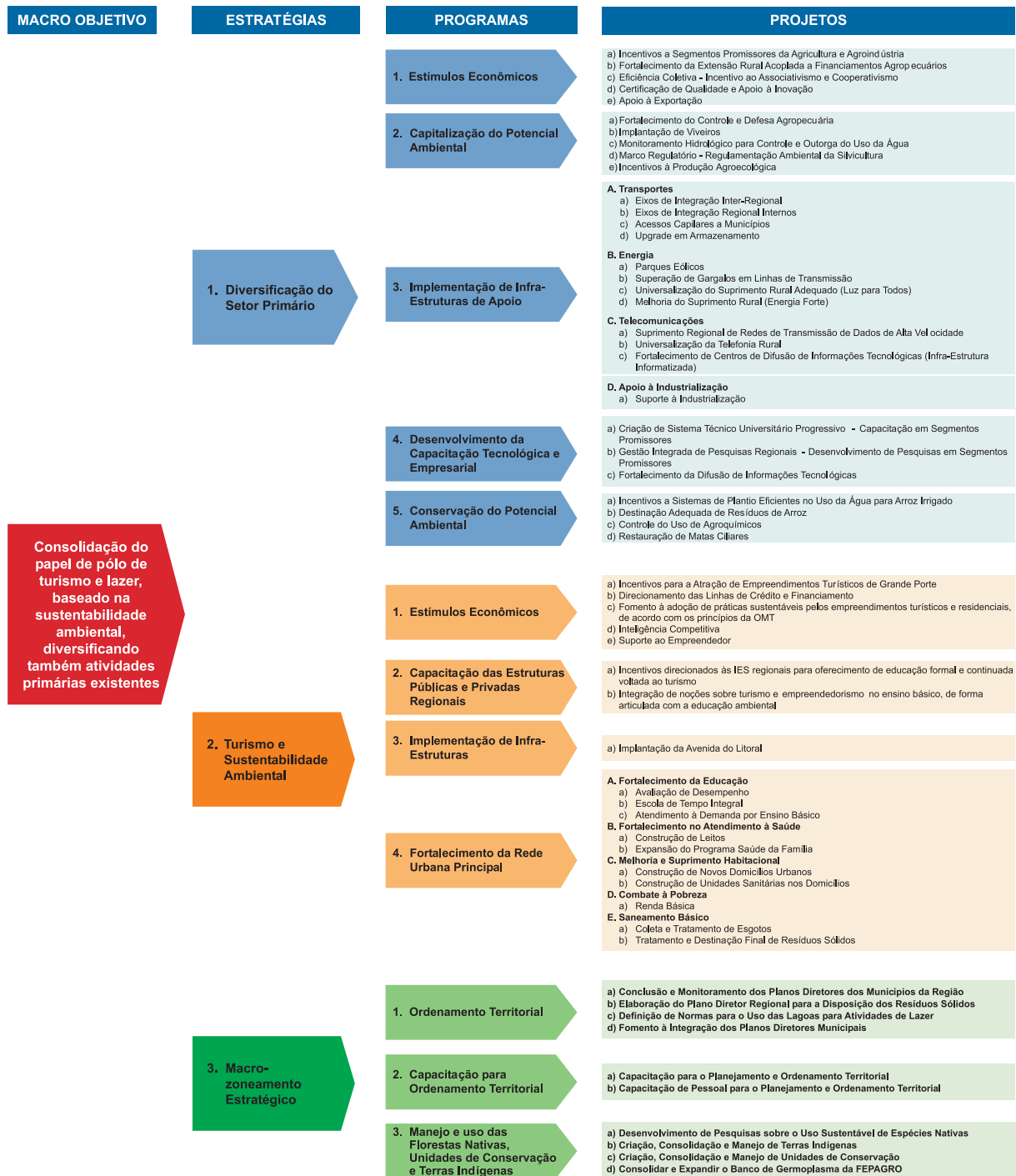
Estratégias	Objetivos
Diversificação do setor primário	Aumentar a renda média da agricultura familiar, passando dos atuais 65% para 75% da renda per capita da região
	Alcançar 5,4 t/ha de produtividade do arroz e atingir 530 mil t de produção até 2015.
	Ampliar as espécies florestais comerciais e atingir 1 milhão de t de extração até 2015.
Integração turismo e meio ambiente	Duplicar o tamanho médio dos empreendimentos turísticos, atingindo 6 empregados por empreendimento até 2015.
	Implantar dois empreendimentos de grande porte ("resorts"), localizados junto à Laguna dos Patos, no sul da região, e na Encosta da Serra, ao norte.
	Aumentar a permanência média dos turistas, atingindo 13 dias (média brasileira em 2003).
	Aumentar os gastos per capita dos turistas, atingindo os R\$ 97,00 (média atual da Serra Gaúcha)
	Reduzir 40% do déficit atual de ligações à rede de esgoto e tratar 100% do esgoto coletado.
	Universalizar a coleta dos resíduos sólidos urbanos
	Aumentar a taxa de ocupação hoteleira, atingindo 40% anuais
Zoneamento do uso do solo	Elaborar os planos diretores dos 21 municípios da região
	Definir e atingir, por meio de consórcios intermunicipais, a reserva de área e a operação da coleta, disposição e tratamento de resíduos sólidos para um horizonte de 20 anos.
	Definir programas de manejo sustentável para espécies nativas (por exemplo, palmito jussara, bromélias e orquídeas), um a cada dois anos, num total de cinco.
	Diminuir a salinização e turbidez das lagoas a níveis que permitam o desenvolvimento da fauna, especialmente dos peixes.

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

### III.3.4.4. Programas e Projetos

A **Figura III-74** apresenta o conjunto de programas e projetos e sua articulação com as diferentes estratégias. São 57 projetos, distribuídos em 12 programas. O detalhamento referente à distribuição da execução dos projetos no tempo e à estimativa dos recursos necessários é apresentado no **Anexo I**.

Figura III-74 – Gráfico de Objetivos e Meios da RF 4



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

### III.3.5. Região Funcional 5

#### III.3.5.1. Perfil e Desempenho Recente

A Região Funcional 5 é formada apenas pelo COREDE Sul. É a quarta economia do Estado, ocupando 17% do território, com uma população de cerca de 860 mil. A Região se destaca pela estrutura urbana: cerca de 60% dos seus moradores vivem no chamado Aglomerado Urbano do Sul, que inclui Pelotas, Rio Grande, Capão do Leão, São José do Norte e Arroio Grande.

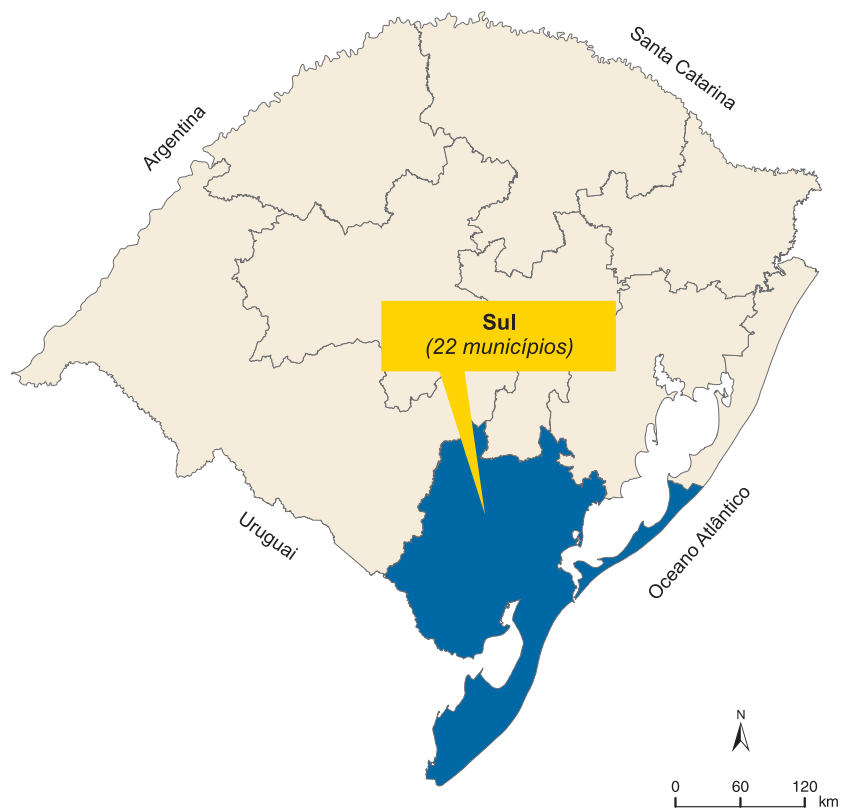
Trata-se de uma região altamente urbanizada (83% da população), mas com uma estrutura urbana dispersa e fortemente polarizada por Pelotas, que atrai empregos, serviços urbanos, estudantes e serviços de saúde da região e de COREDEs adjacentes. Pelotas e Rio Grande somam 70% da população urbana da região e todos os demais municípios têm população urbana menor do que 50 mil habitantes.

Trata-se de uma Região Funcional complexa: possui uma estrutura portuária que atende todo o Estado, um setor de serviços relevante e um setor agropecuário destacado. Apesar dessa diversidade produtiva, a região está classificada no âmbito deste estudo no agrupamento dos COREDEs *“Em Dificuldades”*, haja vista que seu desempenho e potencialidades socioeconômicas e ambientais, além da situação social, situam-se abaixo da média gaúcha. A potencialidade dos solos para uso agrícola é de média a baixa, enquanto as restrições ambientais concentram-se na faixa litorânea, onde a fragilidade é grande, em função do Bioma Atlântico, das lagunas, dunas e banhados.

Foi uma região que perdeu participação econômica e demográfica ao longo do século XX. As causas mais imediatas foram a baixa dinâmica da agricultura e as dificuldades da indústria da região. O setor de serviços tem absorvido os contingentes vindos desses setores, mas não se tem mostrado capaz, por si só, de revitalizar a economia local da forma necessária.

Uma peculiaridade da região, que apresenta pequeno saldo migratório positivo, é a tipologia de seus emigrantes, que se situam nas faixas etárias produtivas (20 a 34 anos) e contam com mais de 12 anos de estudo. Ou seja, a existência de 3 universidades regionais atrai estudantes, que, uma vez formados, por não encontrarem postos de trabalho, migram para outras regiões. Este é um forte indicador da falta de dinamismo da região. Os grandes pólos regionais (Pelotas e Rio Grande) vêm perdendo população, a favor de Capão do Leão e Herval, que vêm absorvendo o maior crescimento regional.

**Figura III-75 – Municípios e COREDE da RF 5**

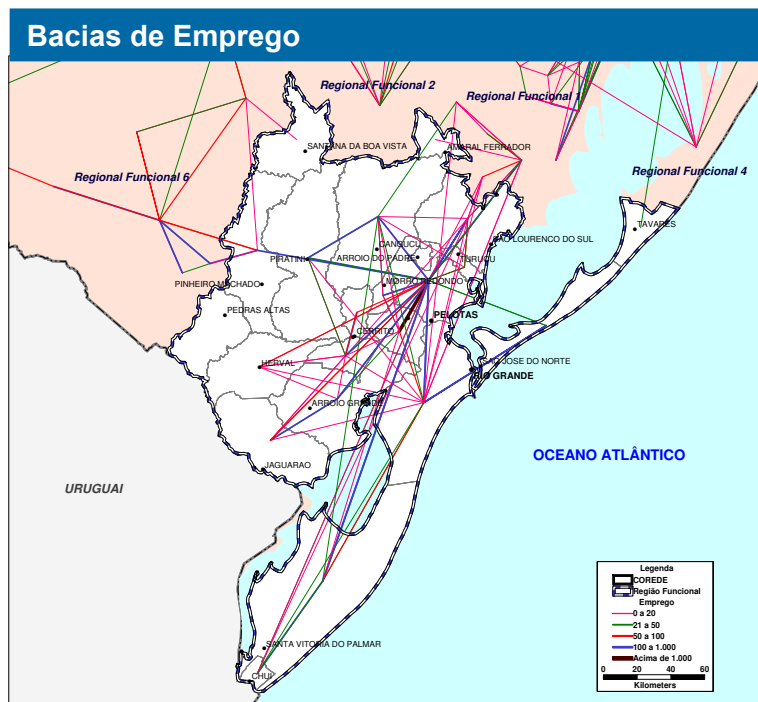


Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Figura III-76 – Polarizações, Sistema Viário e Potencialidades Ambientais



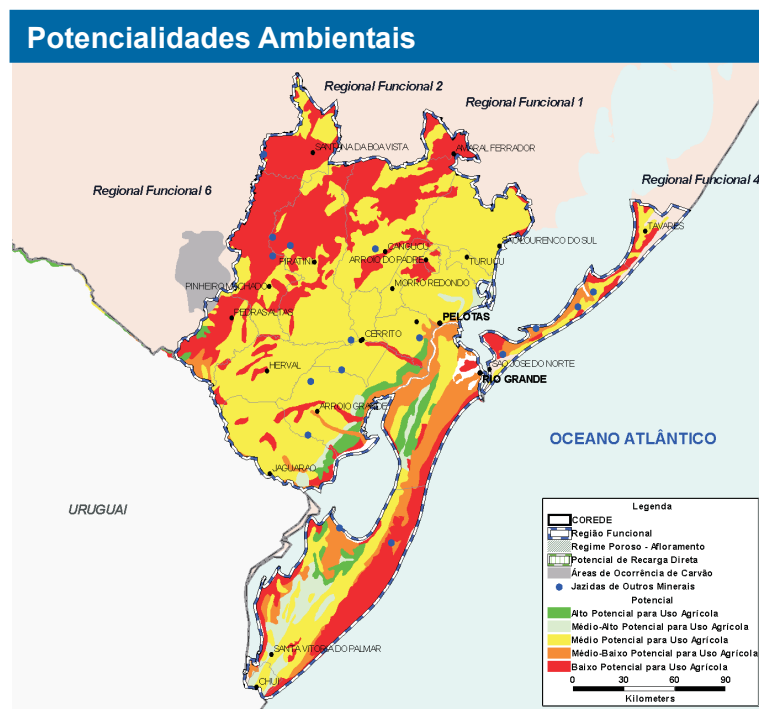
Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC



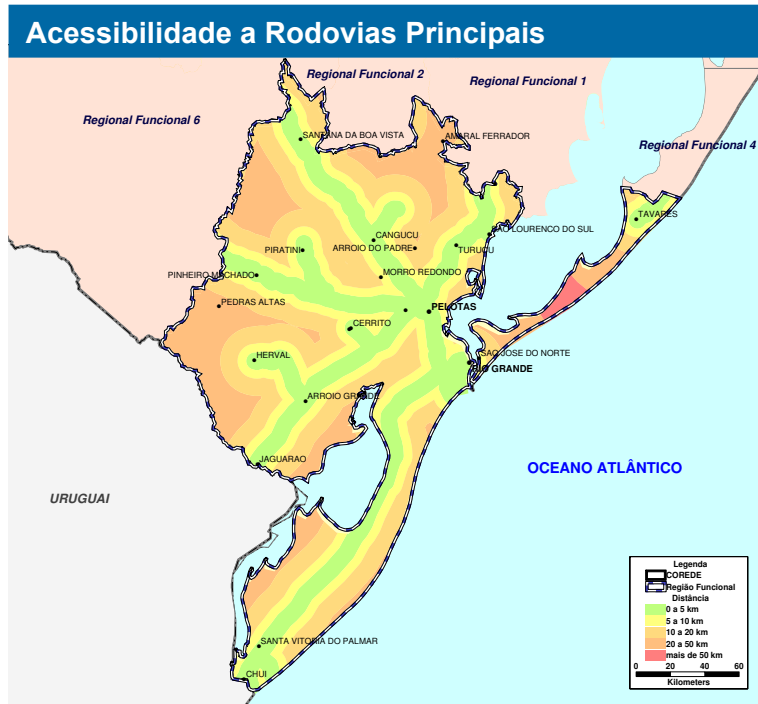
Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC



Figura III-76 – Continuação



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Apesar de possuir cerca de 8% da população, apenas 6,1% do PIB gaúcho são produzidos nesta Região Funcional. Desde 1990, seu valor do PIB *per capita*, por volta de R\$ 7,8 mil (cerca de 75% do montante estadual), tem-se mostrado estável em termos reais. Isso não significa, porém, que a estrutura econômica tenha ficado estagnada. Na verdade, houve notáveis mudanças recentes na composição setorial.

No começo da década de 90, a atividade industrial era responsável por 41,3% do PIB da Região e passou para 35,3% em 2002. A dominância é nos ramos de petroquímicos, produtos de origem vegetal, óleos comestíveis e fertilizantes (57% do PIB industrial), ligados tanto aos serviços portuários (importação de combustíveis) como ao processamento de sua base agrícola.

**Tabela III-22 Evolução Setorial do PIB – RF 5**

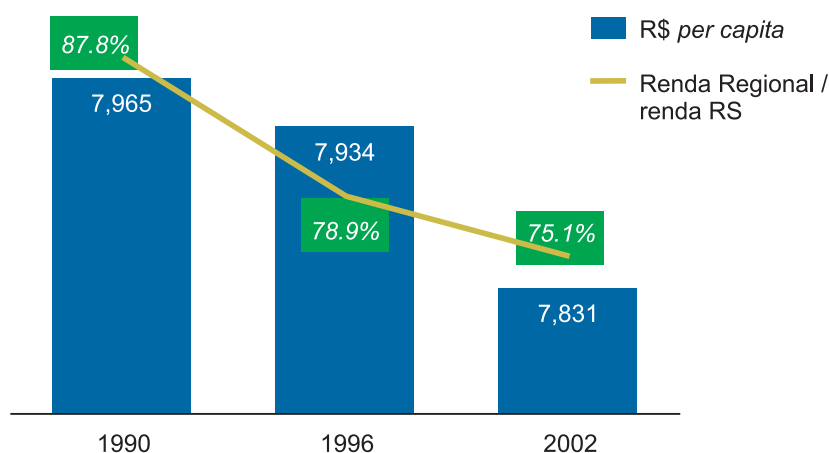
(% a.a. 1996-2002)

Setor (% do PIB Total)	Evolução
Serviços (43,7%)	-0,18
Comércio (7,6%)	-1,22
Indústria (35,1%)	1,70
Agropecuária (13,6%)	2,56

Fonte: IBGE; Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC; Valores Atualizados pelo Deflator Implícito do PIB Nacional

Em contraponto à falta de dinâmica da atividade industrial, o setor de serviços tem aumentado a sua parcela no PIB regional. Atualmente, estrutura produtiva apóia-se no setor de comércio e serviços (49%), que representa 12% do estadual, certamente pela polarização que exercem os centros urbanos, especialmente Pelotas e Rio Grande, sobre toda a região. Os serviços portuários de armazenagem e as universidades também devem ser responsáveis pela dinâmica desse setor.

**Figura III-77 Evolução do PIB per capita– RF 5**



Fonte: IBGE; Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC; Valores Atualizados pelo Deflator Implícito do PIB Nacional

No setor agrícola, que representa 15% do PIB regional, o arroz é dominante, representando 55% do valor de produção agrícola (17% do Estado), com crescimento da produtividade (74%), mas rendimento abaixo da média estadual. Na produção de arroz, a região é, sem surpresa, a mais eficiente do Brasil. Em seguida vem o fumo (15%, mas 11% do Estado), que também foi o mais dinâmico da região, com 9,7% de crescimento entre 1990 e 2003, com produtividade em crescimento (5,5%) e alto rendimento por hectare, embora seja uma cultura para reconversão, após a aprovação em 2005 pelo Brasil / da Convenção – Quadro para o controle do tabaco.

O cultivo de soja tem pouca importância, representando apenas 1% do total estadual. Contudo, é na Região Funcional 5 que se dá o processamento de 28% dos grãos produzidos no Estado. A proximidade com o Porto do Rio Grande é o fator que justifica a localização dessas unidades de esmagamento da leguminosa. No tocante ao setor de frutas e conservas, também as quantidades produzidas são bem menores do que as processadas: 6,3% contra 27,9% do total gaúcho. Já no caso do fumo, ocorre o inverso: apesar de produzir 10,7% do total, o processamento executado na Região Funcional 5 é desprezível.

A estrutura rodo-hidro-ferroviária regional é radial concêntrica, com epicentro em Pelotas e Rio Grande. Daí saem ou chegam, as principais rotas regionais e estaduais, rumo ao Porto do Rio Grande:

- A BR-116, nacional norte-sul que, vinda de outros estados brasileiros e de Porto Alegre, se constitui em importante rota de importação e exportação gaúcha, pois articula-se em Pelotas com a BR-392, rumo a Rio Grande e tem continuidade até Jaguarão, no extremo sul do Estado, ponto de comércio exterior;
- A BR-392 norte-sul, que ruma ao noroeste do Estado, para Santa Maria, Cruz Alta, entre outras, e que articulando-se com a BR-290 (leste-oeste), acessa Uruguaiana na região 6, ponto de escoamento para a Argentina;
- A BR-293, leste-oeste, que se conecta com Bagé e Santana do Livramento (região 6), também ponto de comércio exterior, tendo em eixo paralelo, a ferrovia que interliga todo o noroeste e oeste do Estado, ao Porto do Rio Grande;
- A BR-471, é formado entre o Atlântico e a Laguna Mirim, alcança Chuí, na fronteira com o Uruguai;

A hidrovia da Laguna dos Patos, que se articula com as do Taquari e Jacuí ao norte, na região 2, passando por Porto Alegre e atingindo Rio Grande.

A partir desses eixos saem, em forma de espinha de peixe, as poucas ligações com as 22 sedes municipais situadas entre elas. As grandes extensões municipais, característica de sua estrutura fundiária apoiada em grandes propriedades, aliadas à baixa densidade demográfica regional, resulta em baixa acessibilidade intermunicipal na região.

Assim, embora cerca de 80% da população do território esteja a menos de 5 km de vias de transportes, há deficiências localizadas: parcelas de alguns municípios mais periféricos (Amaral Ferrador, Herval, Pinheiro Machado, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte e Tavares) encontram-se a mais de 20 km de acessos asfaltados principais.

Frente a outras regiões do Estado, o COREDE é o quarto menos eficiente em termos de transportes rodoviários (considerando PIB, extensão e densidade da rede e estado de manutenção).

A atividade portuária parece ser uma das causas dessa ineficiência, uma vez que atrai altos fluxos rodoviários e não há na região modalidade alternativa para o transporte de cargas. Outra causa é essa estrutura radial com centro em Pelotas e ramificações para as demais localidades do COREDE e do Estado, sem que haja ligações entre elas, por onde ocorrem os fluxos com destino ao porto.

Vale notar que uma maior integração comercial com a economia do Prata, Uruguai especialmente, levaria um volume maior de tráfego na parte sul da BR-116.

Essas rotas ocasionam carregamentos de transportes das rotas rodo-hidro-ferroviários da região, onde observam-se alguns gargalos.

O **Quadro III-42** apresenta alguns desses gargalos já identificados, com características regionais e mesmo nacionais, tais como os relativos ao Porto do Rio Grande, importante nas exportações brasileiras.

## Quadro III-42 – Gargalos em Transportes – RF 5

Restrições à navegação (calado e cartas de navegação)		
Hidroviário	Regional	Laguna dos Patos
Restrições à navegação e terminais		
Porto	Regional	Porto do Rio Grande
Porto	Regional	Navegação Interior
Porto	Nacional	Navegação Noturna
Porto	Nacional	Terminais do Superporto
Porto	Nacional	Conteinerização de Cargas
Porto	Nacional	Plano Estratégico Porto do Rio Grande
Porto	Regional	Taxa de Manuseio de Contêineres no TECON Rio Grande
Trechos com capacidade esgotada		
Rodoviário	Regional	BR-392 (Trecho próximo à saída para Cangucu)
Rodoviário	Regional	BR-392 (Trecho Cangucu – Cancelão)
Rodoviário	Regional	BR-392 (Trecho Cancelão – Encruzilhada do Sul)
Trechos com pavimento precário		
Rodoviário	Regional	BR-392 (Trecho Cangucu – Cancelão)
Rodoviário	Regional	BR-392 (Trecho Encruzilhada do Sul - Santana da Boa Vista)
Rodoviário	Regional	BR-392 (Trecho Pelotas – Jaguarão)
Rodoviário	Regional	RS-265 (Trecho Herval – Boa Vista)
Rodoviário	Regional	RS-702 (Trecho Pinheiro Machado – Piratini)
Ferrovário	Regional	Trecho General Luz – Pelotas
Rodoviário	Regional	Ponte Rodo-Ferrovária sobre o Rio Jacuí

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Além desses gargalos operacionais, há 3 sedes municipais sem asfalto: Amaral Ferrador, Arroio do Padre e Pedras Altas.

No Porto do Rio Grande, há a limitação da operação de navios de maior porte, devido ao calado de 30 pés. Apesar disso, é o terceiro porto do Brasil na movimentação de cargas e o segundo na movimentação de contêineres. A questão logística é fundamental, uma vez que 94% da atividade industrial e 89% da atividade agropecuária do Estado estão em regiões localizadas a mais de 3 horas por rodovia do Porto do Rio Grande. Em função disso, atualmente a maior parte da carga industrializada e boa parte dos grãos agrícolas são transportadas até o porto por rodovia, gerando congestionamentos, principalmente nas épocas de safra. Existe um grande potencial no uso da hidrovia para o escoamento de boa parte dessa carga, pois a distância hidroviária entre os portos de Porto Alegre e Rio Grande é quase idêntica à distância rodoviária.

A ligação ferroviária direta entre a Região Metropolitana de Porto Alegre e o Porto do Rio Grande é um dos mais evidentes elos faltantes da infra-estrutura de transportes do Estado. Através dela, seria possível reduzir a distância ferroviária da capital ao Porto do Rio Grande dos atuais 896 km para um pouco mais de 300 km, semelhante às ligações rodo e hidroviária.

Por fim, vale destacar que a região concentra a segunda capacidade em armazenagem de grãos do Rio Grande do Sul (2,86 milhões de toneladas) e a terceira em armazenagem convencional de produtos ensacados (387 milhões de toneladas), em apoio às atividades portuárias e à produção regional.

Do ponto de vista da transmissão, várias linhas de alta capacidade (500 kV), média e baixa capacidade (de 230 kV a 69 kV), atravessam seu território, suprindo adequadamente ao consumo crescente – de cerca de 1,2 milhão de MWh em 2000 para 1,23 milhão de MWh em 2003 (0,5% a.a.), crescimento menor que o do PIB regional (0,85% a.a.). Os altos consumos concentram-se nas cidades de Pelotas e Rio Grande.

No entanto, apesar desse crescimento baixo do consumo, tanto a duração de falhas de suprimento como sua frequência têm valores acima dos padrões aceitáveis pela ANEEL, o que reflete níveis de serviços inadequados, que podem desestimular a atração industrial.

Em telecomunicações, as cidades de Pelotas e Rio Grande apresentam densidades mais altas de telefonia fixa: de 40 a 60 telefones por 100 habitantes. Os demais municípios têm taxas urbanas muito inferiores (de 5 a 40 por 100 habitantes); no meio rural, não alcançam 20 telefones fixos por 100 habitantes. Esse fator, aliado ao baixo número de computadores (8,5% dos domicílios), indica o baixo nível de acesso a informações. Agrava essa situação a inexistência de *backbones* ligando a região a Porto Alegre e a outros centros de difusão de conhecimento e inovações.

A região conta com 3 universidades, mais de 15 mil alunos (6,3% dos jovens de 18 a 35 anos) e 1.400 professores (42% com mestrado ou doutorado). Os cursos oferecidos nas instituições de ensino superior suprem os setores tradicionais da região, mas não têm capacidade de suprir as novas necessidades de mão-de-obra que podem surgir na região. As restrições financeiras pelas quais passam essas universidades, somadas à sua rigidez institucional, são responsáveis por esse resultado.

Essas universidades exercem polarização em todo o Estado, extrapolando os limites regionais, sendo a região responsável pela formação e deslocamento para outras regiões, de emigrantes de alta escolaridade.

Há mais de 140 grupos de pesquisas, além da EMBRAPA Clima Temperado, voltada a pesquisas com alimentos nesse clima. As pesquisas são em várias áreas, a maioria em ciências agrárias, mas também em biológicas, saúde, exatas, humanas etc. Há também um Pólo de Modernização Tecnológica, ligado à UFPEL, voltado a pesquisas com mandioca e batata-doce, geléias e doces *light*, conservação de frutas. Outro Pólo de Modernização situa-se em Rio Grande, ligado à FURG, desenvolvendo pesquisas sobre pesca e cultivo de camarões-rosa e siri-mole no sul da Lagoa dos Patos.

A potencialidade dos solos para uso agrícola é de média a baixa, enquanto as restrições ambientais concentram-se na faixa litorânea, onde a fragilidade é grande, em função do Bioma Atlântico, das lagunas, dunas e banhados.

## III.3.5.2. Cenário Tendencial

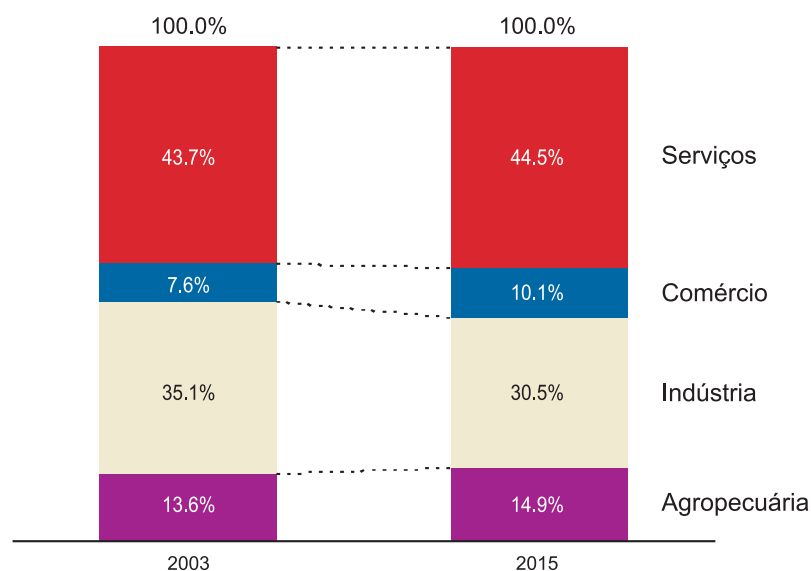
A persistirem as tendências socioeconômicas e demográficas recentes, as perspectivas para o futuro da região apontam para uma leve ascensão na participação da região no PIB estadual, embora o PIB per capita permaneça abaixo da média estadual e ampliem-se as desigualdades na renda, associadas a acelerado aumento da urbanização, como registram as análises na seqüência.

Em termos de desigualdade, até 2015 está previsto um pequeno acréscimo na desigualdade da renda da população ocupada. O índice de Gini passará de 0,586 para 0,595. Ao mesmo tempo, o percentual de pobres na população total permanecerá em cerca de 50%.

Está previsto um crescimento de 0,86% a.a. da população da região, abaixo da média do estado (1,01% a.a.) entre 2000 e 2015. Nesse ano, menos de 10% dos seus habitantes viverão na zona rural.

O cenário tendencial não aponta para uma reestruturação intensa da estrutura produtiva até 2015. Há um crescimento relativo dos setores de serviços (especialmente), de agropecuária e de comércio. Este último terá o maior crescimento percentual, passando de 7,6% do VAB da região para 10,1%. Prevê-se que a indústria continue perdendo importância na região, diminuindo sua participação de 35,1% para 30,5% do Valor Adicionado regional.

**Figura III-78 – Evolução da Composição Setorial do PIB da RF 5**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

O Cenário Tendencial aponta que a Região Funcional 5 terá taxas de crescimento mais altas que a do Estado nos seguintes segmentos *Agropecuária e Demais indústrias Alimentares* e *Serviços*. São setores em que a região é especializada e tem vantagem competitiva.

Já nos setores *Abate e Preparação de Carnes e Fabricação e Refino de Óleos Vegetais e de Gorduras para Alimentação*, em que a região é também especializada, ela não apresentará vantagem competitiva. Esses setores tendem a crescer a taxas mais baixas do que os mesmos setores no restante do Estado.

Com taxas de crescimento altas, aparecem outros segmentos nos quais a região não é especializada *Beneficiamento de Produtos Vegetais, Fabricação de Artigos de Couro e Indústria Química*.

Além destes setores promissores, existem outros nos quais recentemente novos investimentos têm sido anunciados, como construção naval e silvicultura.

Por fim, existem setores que se mostram atraentes:

- Serviços superiores, especialmente em Pelotas, destacando-se os serviços de saúde. em Pelotas:.
- Produção de equipamentos médico-hospitalares:
- Fruticultura:
- Rochas ornamentais, granito e mármore.



**Tabela III-23 – VAB Setorial em 2003 e 2015 - RF 5**

(R\$ milhões de 2003)

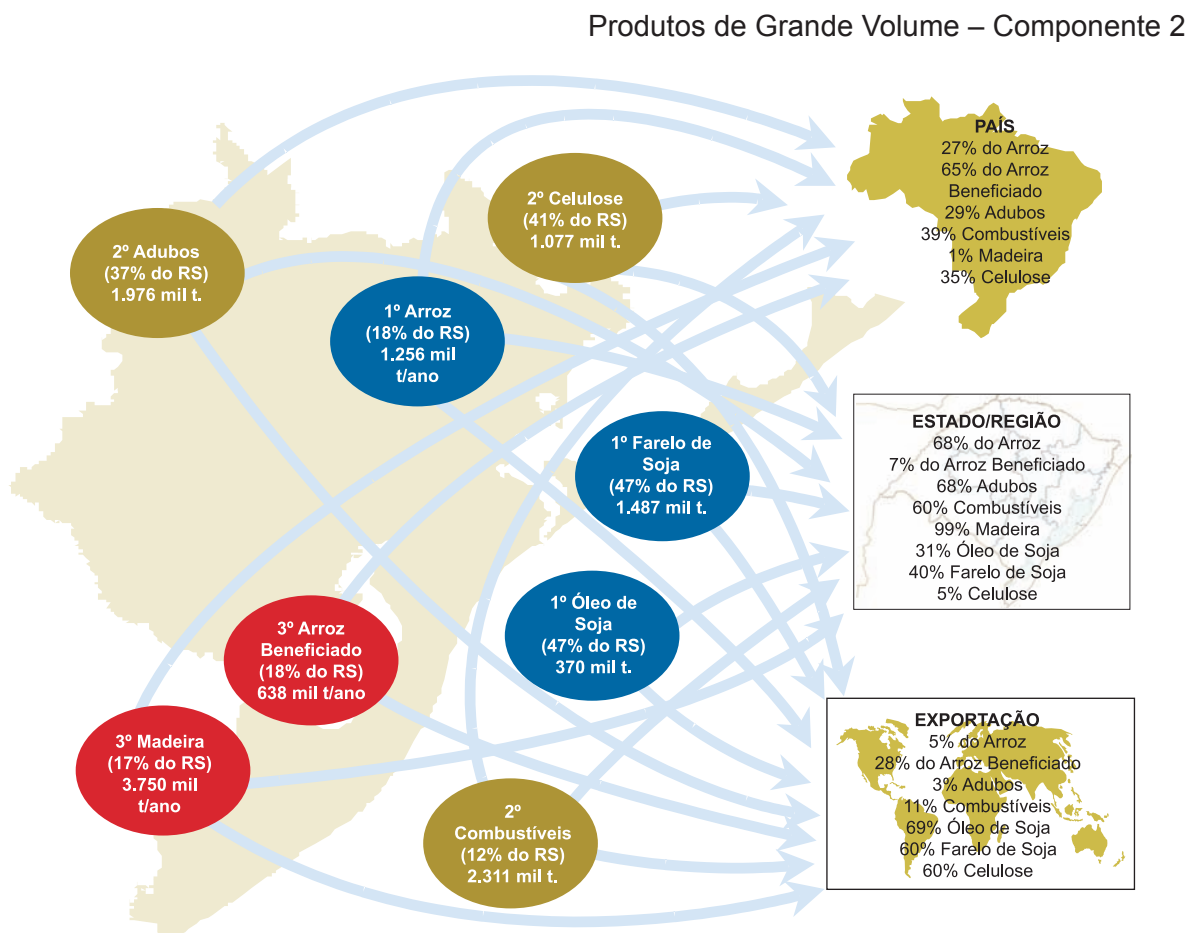
Setores	2003			2015		
	R\$ (R\$ Mil)	% do Total da Região	% do RS	R\$ (R\$ Mil)	% do Total da Região	% do RS
Agropecuária	1,007	13.6%	5.7%	1,835	14.9%	7.7%
Indústria Metalúrgica	117	1.6%	3.4%	140	1.1%	2.4%
Máquinas e Equipamentos / Tratores	36	0.5%	1.4%	62	0.5%	1.1%
Material Elétrico	13	0.2%	2.2%	22	0.2%	1.7%
Material de Transportes	23	0.3%	1.9%	25	0.2%	1.4%
Serrarias, Madeira e Móveis	39	0.5%	3.3%	112	0.9%	5.2%
Papel e Gráfica	61	0.8%	4.4%	98	0.8%	4.1%
Química	932	12.6%	10.6%	1,312	10.6%	9.9%
Calçados e Couros	21	0.3%	0.5%	138	1.1%	1.9%
Produtos de Origem Vegetal	117	1.6%	3.7%	237	1.9%	6.1%
Abate e Preparação de Carnes	213	2.9%	8.3%	246	2.0%	7.3%
Leite e Laticínios	38	0.5%	5.5%	50	0.4%	5.5%
Óleos Vegetais	418	5.6%	30.0%	428	3.5%	22.6%
Demais Ind. Alimentares	169	2.3%	10.4%	250	2.0%	11.0%
Demais Indústrias	200	2.7%	4.4%	249	2.0%	2.5%
Serviços Utilidade Pública	206	2.8%	9.0%	389	3.2%	9.0%
Construção Civil	406	5.5%	7.1%	425	3.4%	4.8%
Comércio	561	7.6%	4.9%	1,245	10.1%	6.0%
Transporte	162	2.2%	7.4%	360	2.9%	8.2%
Comunicações	161	2.2%	5.4%	332	2.7%	6.6%
Instituições Financeiras	362	4.9%	5.1%	795	6.5%	6.6%
Serviços Prestados às Famílias	577	7.8%	6.8%	1,177	9.5%	6.8%
Aluguel de Imóveis	509	6.9%	4.9%	762	6.2%	5.7%
Administração Pública	971	13.1%	6.7%	1,497	12.1%	6.9%
Serviços Privados Não Mercantis	96	1.3%	6.7%	141	1.1%	7.3%
<b>Total</b>	<b>7,415</b>	<b>100.0%</b>	<b>6.1%</b>	<b>12,327</b>	<b>100.0%</b>	<b>6.3%</b>

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Segundo as projeções do Componente 2 – Logística de Transportes, realizadas de acordo com a matriz origem-destino dos produtos de grande volume, é possível verificar a produção e o destino dos principais produtos de grande volume para cada região.

As estimativas para 2015 das principais produções regionais de grandes volumes são visualizadas na **Figura III-79**. A análise da matriz origem-destino dos principais produtos geradores de grandes volumes, representada na Figura III-78, mostra a importância dos mercados estadual e nacional nas regionais. A exceção é a soja, que se destina na razão de 63% ao comércio exterior.

**Figura III-79 – Estimativa das Principais Produções e Movimentações de Produtos de Grandes Volumes da RF 5 em 2015**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

### III.3.5.3. Visão Estratégica e Estratégias Propostas

Embora com um mercado interno relativamente grande comparado com o tamanho do Estado, o mesmo é restrito dado o porte da economia e da renda na região. A oportunidade de alavancagem do processo de desenvolvimento econômico da região tem que passar pelo setor de comércio exterior, explorando a potencialidade de seu atributo locacional mais específico: o Porto do Rio Grande. Não só a sua integração com o restante do Estado é importante, mas tal infra-estrutura portuária alavanca outros setores e novas atividades dentro da região. Para que isso ocorra, entretanto, suas carências na área de transportes devem ser superadas, de forma a que tais melhorias permitam uma maior integração com as outras áreas do Estado.

O eixo Pelotas-Rio Grande já tem porte suficiente para atrair empreendimentos dos setores secundário e terciário complementares aos relacionados com os setores novos. No curto e médio prazo, isso torna a região mais dependente do desempenho de tais atividades. Já no longo prazo, a diversificação tende a internalizar o processo de desenvolvimento, tornando a região menos sensível a choques externos.

O cumprimento da Convenção-Quadro da ONU que prevê um conjunto de medidas visando a redução do consumo do tabaco, obviamente constitui uma ameaça ao setor fumageiro local.

A avaliação da matriz SWOT permite ressaltar alguns aspectos relevantes que merecem maior foco de análise para fins de planejamento regional, como apresentados a seguir:

#### **a) Potencial gerado pelo Porto do Rio Grande para atração de empreendimentos voltados ao comércio exterior**

A região já dispõe hoje de uma base industrial voltada a explorar a presença do Porto e seu alto grau de eficiência. Setores como construção naval, silvicultura, soja (processamento), arroz (cultivo e processamento), e frutas (cultivo e processamento) têm seu futuro ligado à demanda externa e valem-se na região da vantagem locacional da proximidade com o Porto do Rio Grande. Tal atributo faz também com que a região seja atrativa para os setores petroquímico e de fertilizantes, dependentes da importação de insumos.

O potencial do Porto não é totalmente realizado por problemas de infra-estrutura. Por exemplo, os gargalos da ligação entre Porto Alegre e o Porto do Rio Grande limitam a capacidade da região usufruir das oportunidades que o comércio internacional abre.

#### **b) Capacidade instalada e condições favoráveis para o desenvolvimento de serviços especializados;**

Os serviços logísticos em Rio Grande e de atendimento à saúde e educação em Pelotas são promissores e capazes de incrementar a competitividade de outros setores.

As economias de urbanização e de aglomeração geradas por Pelotas, em especial, e por Rio Grande, em segundo lugar, criam ambientes propícios à atração e ao desenvolvimento de atividades dos setores secundário e terciário. Os núcleos de educação e pesquisa nessas cidades têm o potencial de colaborar com o desenvolvimento, caso consigam uma maior integração com o aparato produtivo.

### **c) Base econômica diversificada.**

A base econômica diversificada permite menor impacto de crises em setores localizados. Entretanto, parece faltar à região atividades especialmente dinâmicas que impulsionem os outros setores locais. Os setores com maior abertura para o exterior têm sido os mais aptos a, aproveitando oportunidades exógenas à região, dar novo ânimo à base produtiva local.

Trata-se de uma região rica em capital natural, que é apenas parcialmente aproveitado, com a produção de arroz dominante (cadeia integrada e bastante competitivo no Brasil, mas com gravíssimos problemas frente à concorrência uruguaia). Outras atividades também se mostram atraentes, como o fumo (alta competitividade no cultivo mas reduzida atividade de processamento) e carnes (maior rebanho, exporta 30% da produção, mas com baixa integração da cadeia). A silvicultura, outra atividade que vem se desenvolvendo na região, é uma atividade intensiva em capital natural, com maior capacidade de geração de empregos através de encadeamentos para frente, que devem surgir apenas no médio e longo prazos, na forma de fábricas de celulose, papel e de móveis.

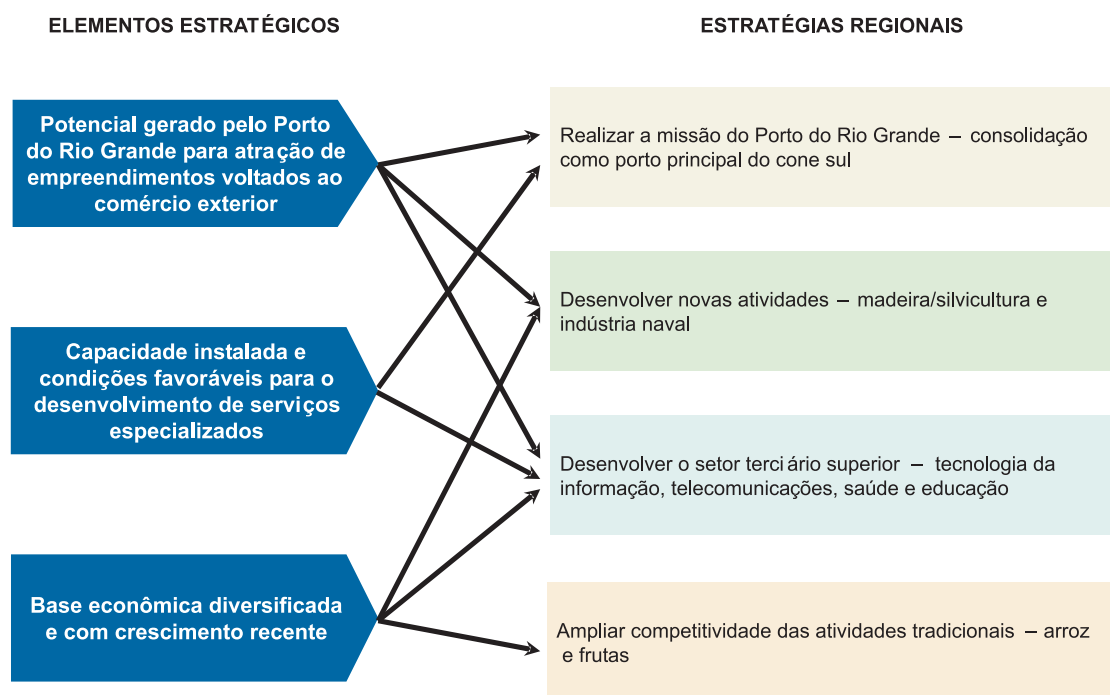
Relevante ameaça paira sobre a economia do arroz, com o aprofundamento do Mercosul que pode gerar problemas neste setor, setor primaz e eficiente no âmbito nacional, mas com problemas internacionais de competitividade. Também o crescimento da produção de arroz, intensiva na utilização de água, tende a agudizar os conflitos na utilização deste recurso, bem como levar a destruição dos frágeis ecossistemas lá encontrados.

O baixo empreendedorismo local, a baixa qualidade da educação e da saúde, a pouca integração do setor de I&C com o parque produtivo e os problemas de infra-estrutura podem repelir as empresas para regiões com melhores atributos.

A visão estratégica da região é maximizar o potencial gerado pelo Porto do Rio Grande e a reverberação de seus impulsos, bem como revitalizar a diversificada base produtiva existente.

A região tem, de um lado, dinâmica interna independente da Região Metropolitana de Porto Alegre. Nesse sentido, tem economia com relativo grau de autonomia. Por outro lado, o Porto faz com sua integração seja total à dinâmica das regiões exportadoras e importadoras. O principal desafio regional é articular essas duas partes. Para cumprir os papéis identificados como visão estratégica – ampliar as áreas de influência do eixo Porto do Rio Grande Pelotas e do próprio Porto e revitalizar a base produtiva diversificada, tanto com novas atividades como pela maior competitividade das tradicionais, as estratégias para a região situam-se em quatro vertentes, que atendem aos elementos estratégicos, como registra a **Figura III-80**.

**Figura III-80 – Elementos estratégicos x Estratégias Regionais – RF 5**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

#### Estratégia 1 – Realizar a Missão do Porto do Rio Grande

A estratégia visa assegurar que o Porto realize integralmente a sua missão, isto é, garantir a competitividade e atração de cargas do Estado e internacionais, de forma a contribuir para sua expansão e desenvolvimento da cidade e região.

O Porto do Rio Grande possui características ímpares que fazem com que tenha vantagens competitivas sólidas e um papel estratégico na economia no Estado. Sendo estratégico para o Rio Grande do Sul, ele também o é para a região onde está localizado.

- Calado de 40 pés, permitindo a atracação de navios de até 55 mil ton. É possível aprofundar este calado, permitindo o acesso de navios “*capsize*” com cerca de 85 mil ton.
  - Retro-área disponível: ao contrário de todos os outros portos do sul da América Latina, existe espaço hoje para expansão, pois essas áreas ainda não foram ocupadas.
  - Capacidade de expansão: existem condições para construção de outros terminais.
- 

Os sinais recentes do Porto do Rio Grande mostram sua dinâmica e sua relevância. Uma prova do vigor das atividades portuárias é o *crescimento recente do transshipment* (aproximadamente 170% a.a. de 1999-2003), a atracação de cargas de soja paraguaia (crescimento de 22% a.a. de 1999-2003) vindas do Paraguai através do ramal da ALL em território argentino, ao longo do Rio Uruguai. *Os Portos de Buenos Aires e de Montevideu não permitem a atracação de navios de 55 mil t. e*, em muitos casos, só podem partir com 2/3 de sua capacidade. Portanto, a perspectiva é de *crescimento do fluxo de cargas do porto* e, portanto, de impacto em todo um conjunto de atividades diretas e indiretas ligadas aos serviços portuários do eixo Pelotas-Rio Grande.

Para que o Porto realize seus potenciais é preciso ir muito além de suas características físicas ou de ampliação. São necessários investimentos em tecnologia de informação, quer em equipamentos, quer em recursos humanos para a moderna gestão logística do Porto. Essa modernização tem o efeito indireto de gerar transbordamentos tecnológicos capazes de atingir todo o tecido produtivo regional.

### **Estratégia 2 – Desenvolver Novas Atividades**

Assegurar a efetiva implementação das novas atividades econômicas relacionadas ao Porto (indústria florestal e naval) e ampliar seus impactos regionais. A indústria florestal tem projetos em andamento vinculados ao segmento de papel e celulose, implicando, num só destes projetos, a plantação de mais de 40 mil hectares de eucalipto, distribuídos em vários municípios. Os projetos vinculados à indústria naval aproveitam, especialmente, as oportunidades abertas pela nacionalização das encomendas da área do petróleo.

O primeiro passo é garantir que efetivamente tais atividades sejam instaladas na região. Estes empreendimentos foram, entre outros fatores (como condições geomorfológicas para florestamento, por exemplo), “atraídos” para a região próxima do Porto do Rio Grande,

considerando a situação atual do Porto. Sem dúvida, a implantação da Estratégia 1 (Competitividade e atração de cargas para o Porto) irá melhorar a atratividade destes investimentos. Entretanto, além das ameaças a mudanças nos mercados de construção naval e na cadeia da madeira, ambas estas atividades estão sujeitas à competição de outras regiões e países pelos mesmos investimentos.

Uma vez instalados os empreendimentos, há que se estimular que eles não se transformem em enclaves. Se forem isolados do seu entorno econômico, utilizando mão-de-obra e insumos de outras regiões, as novas atividades terão impacto bastante restrito. É preciso não só aproveitar a oportunidade da utilização de trabalhadores locais, como também, em um horizonte mais amplo, atrair para a região outros elos das cadeias produtivas das indústrias naval e florestal.

#### **Estratégia 3 – Desenvolver o Setor Terciário Superior**

Esta estratégia visa desenvolver o setor terciário da economia, com ênfase nos serviços qualificados. O terciário superior ainda não está desenvolvido na região que une hoje todas as condições para ser desenvolvida, ou seja, capital humano especializado, que hoje emigra para outras regiões por falta de oportunidades neste mercado, demanda por serviços de educação e saúde e demanda por um varejo mais sofisticado, que hoje já começa a ocorrer com a chegada das grandes redes.

Dessa forma, existe oportunidade de desenvolver, acentuadamente, no eixo Pelotas-Rio Grande, serviços de:

- Tecnologia da Informação / Telecomunicações
- Saúde
- Educação básica
- Entretenimento / Lazer
- Varejo

O desenvolvimento do terciário superior na região passa, necessariamente, pelo fortalecimento dos centros urbanos principais da região - Pelotas e Rio Grande – que devem receber apoio em serviços sociais e especiais, para consolidá-los como cidades polarizadoras do vasto *hinterland* regional.

#### **Estratégia 4 – Ampliar a Competitividade das Atividades Tradicionais**

Esta estratégia visa dar condições efetivas para assegurar a produtividade e competitividade das atividades econômicas existentes – orizicultura, frutas e sua indústria de

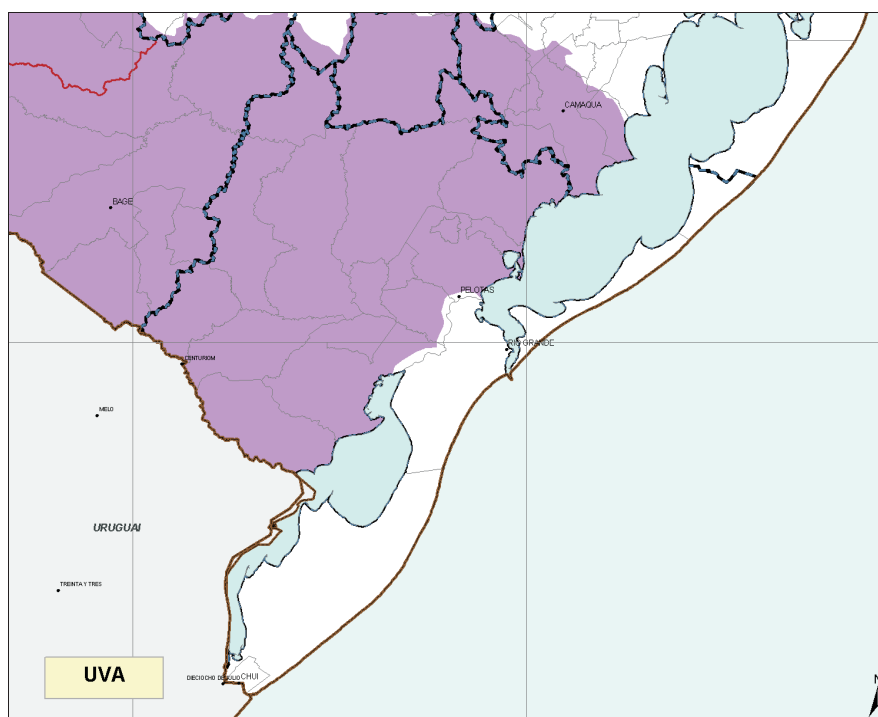
processamento.

O desempenho das atividades tradicionais devido a sua *relevância absoluta em termos de emprego e renda* é essencial para a região. Mesmo não sendo capaz de alavancar um novo ciclo de crescimento, é importante ampliar ou ao menos manter a competitividade da rizicultura e da fruticultura, para que uma crise do campo não repercuta por todo o tecido econômico da região. Na fruticultura, as áreas aptas para os diferentes plantios abrangem boa parcela regional, como registra a **Figura III-81**.

Os dois setores tradicionais ligados à produção primária têm enfrentado problemas. O arroz recentemente tem enfrentado os problemas de competição do Uruguai e de outras regiões do Brasil, apesar de ser *benchmark* brasileiro em termos de eficiência. Ao mesmo tempo, a indústria de processamento de alimentos tem passado por crises frequentes e se mostra estagnada.

No entanto, as condições naturais para a fruticultura e para a rizicultura são bastante favoráveis. A questão é superar, portanto, as restrições que impedem que essas potencialidades naturais se realizem plenamente. Superar os problemas de produção e, com mais ênfase, a comercialização são fundamentais para manter a renda desses setores tradicionais.

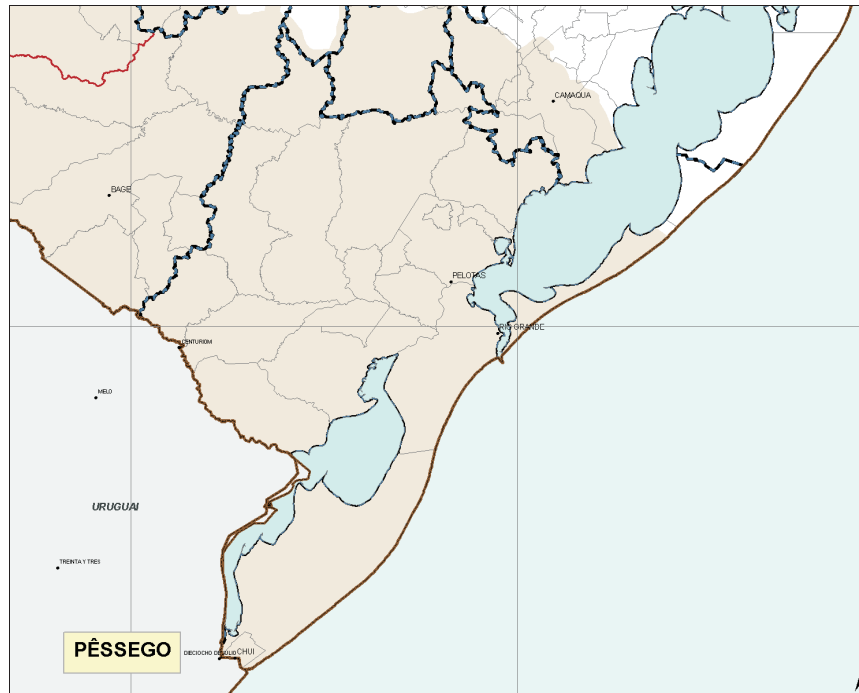
**Figura III-81 – Áreas Aptas para Frutas: Maçã, Pêssego e Uva– RF 5**



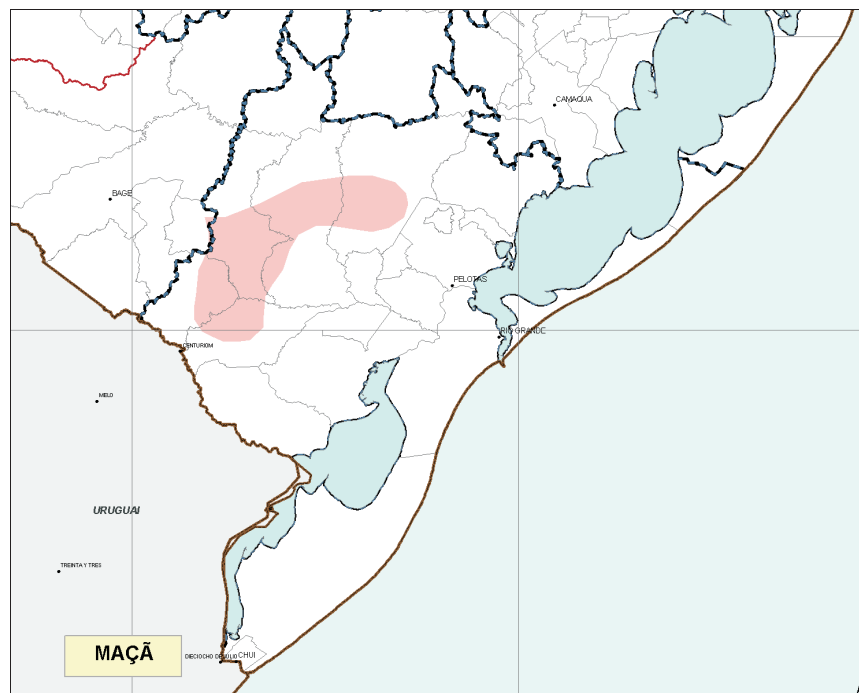
Fonte: Governo do Estado do RS, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico - Volume II, 1994



Figura III-81 – Continuação



Fonte: Governo do Estado do RS, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico - Volume II, 1994



Fonte: Governo do Estado do RS, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico - Volume II, 1994

## Quadro III-43 – Estratégias e Objetivos da RF 5

Até 2015

Estratégias	Objetivos
Realizar a missão do Porto de Rio Grande	Aumentar a movimentação de contêineres dos atuais 522 mil TEUs para 1.200 mil em 2015, com um crescimento de 7,2% a.a.
	Aumentar para 500 a quantidade de empresas do setor transporte, armazenagem e comunicações em Rio Grande, representando uma expansão de 5% a.a..
Desenvolver novas atividades	Propiciar condições para a criação de 5 mil empregos na indústria naval e garantir que menos de 2% da mão-de-obra menos qualificada do setor seja recrutada fora da região.
	Aumentar para 200 mil ha a área de florestas plantadas até 2010 e para 300 mil ha até 2015.
	Fomentar a implantação de uma planta de celulose com capacidade para 2 milhões t/ano
Desenvolver o setor terciário superior	Criar e dar sustentabilidade a 400 empresas do setor de educação, 500 empresas de saúde e 17 mil empresas de comércio e demais serviços
	Ampliar de 14% para 20% a participação da mão-de-obra formal em ocupações mais qualificadas do terciário até 2015, em Pelotas.
Ampliar a competitividade da atividades tradicionais	Manter a área plantada de arroz, aumentando a produtividade, na razão de 3,5% a.a., e a produção, atingindo 1.256 mil t de arroz em casca e 638 mil t de arroz beneficiado, em 2015.
	Ampliar a área cultivada de frutas de 14,6 mil ha para 26,2 mil ha, até 2015, representando um crescimento de 5% a.a.

### III.3.5.4. Programas e Projetos

A **Figura III-82** apresenta o conjunto de programas e projetos e sua articulação com as diferentes estratégias. São 100 projetos, distribuídos em 27 programas, O detalhamento referente à distribuição da execução dos projetos no tempo e à estimativa dos recursos necessários são apresentados no **Anexo I**.

Figura III-82 – Gráfico de Objetivos e Meios para a RF 5

MACRO OBJETIVO	ESTRATÉGIAS	PROGRAMAS	PROJETOS
<p>Maximização do Potencial Gerado pelo Porto do Rio Grande e Disseminação de Seus Impulsos ao "Hinterland" Regional, Revitalizando Sua Base Produtiva Existente</p>	1. Consolidação do Porto do Rio Grande	1. Suprimento de Infra-Estruturas	<p><b>A. Transportes</b></p> <p>a) Fortalecimento e Ampliação do Porto</p> <p>b) Acessibilidade Estadual ao Porto</p> <p>c) Eixos de Integração com o Mercosul</p> <p><b>B. Energia</b></p> <p>a) Superação de Gargalos em Linhas de Transmissão</p> <p>b) Melhorias das Condições Operacionais do Suprimento</p> <p><b>C. Telecomunicações</b></p> <p>a) Suprimento Regional de Redes de Transmissão de Dados de Alta Velocidade</p>
		2. Medidas Institucionais e de Ordenamento Territorial	<p>a) Reestruturação Institucional e Financeira da Superintendência do Porto do Rio Grande</p> <p>b) Plano Diretor do Porto</p> <p>c) Plano Diretor de Rio Grande e Licenciamento Ambiental da Área do Porto</p>
		3. Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica e Empresarial	<p>a) Capacitação Técnico-Profissional Contínua</p>
	2. Fomento da Cadeia de Base Florestal	1. Estímulos Econômicos	<p>a) Incentivos aos Segmentos Agrícolas e Industriais da Cadeia</p> <p>b) Direcionamento das Linhas de Crédito e Financiamento</p> <p>c) Fortalecimento da Extensão Rural Acoplada e Financiamentos Agropecuários</p> <p>d) Inteligência Competitiva</p> <p>e) Apoio à Exportação</p> <p>f) Suporte ao Empreendedor</p>
		2. Capitalização do Potencial Ambiental	<p>a) Marco Regulatório - Regulamentação Ambiental da Silvicultura</p> <p>b) Criação / Fortalecimento de Viveiros</p>
		3. Suprimento de Infra-Estruturas	<p><b>A. Transportes</b></p> <p>a) Eixos de Integração Regional Internos</p> <p>b) Eixos de Integração Inter-Regional</p> <p>c) Acessos Capilares a Municípios</p> <p><b>B. Energia</b></p> <p>a) Universalização do Suprimento Rural Adequado (Luz para Todos)</p> <p>b) Melhoria do Suprimento Rural (Energia Forte)</p> <p><b>C. Telecomunicações</b></p> <p>a) Universalização da Telefonia Rural</p>
	3. Fomento da Construção Naval	4. Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação Técnica e Gerencial	<p>a) Capacitação Técnica e Profissional</p> <p>b) Gestão Integrada de Pesquisas Regionais - Pesquisas em Novos Cultivares e Tecnologias</p> <p>c) Fortalecimento da Difusão de Informações Tecnológicas</p>
		5. Manutenção de Potencial Ambiental	<p>a) Restauração de Matas Ciliares</p>
		1. Estímulos Econômicos	<p>a) Incentivos à Cadeia Naval</p> <p>b) Direcionamento de Linhas de Crédito e Financiamento</p> <p>c) Inteligência Competitiva</p> <p>d) Suporte ao Empreendedor</p>
	4. Fomento do Terciário Superior	2. Suprimento de Infra-Estruturas	<p><b>A. Transportes</b></p> <p>a) Eixos de Integração Regional Internos</p> <p>b) Eixos de Integração Inter-Regional</p> <p>c) Acessos Capilares a Municípios</p> <p><b>B. Energia</b></p> <p>a) Universalização do Suprimento Rural Adequado (Luz para Todos)</p> <p>b) Melhoria do Suprimento Rural (Energia Forte)</p> <p><b>C. Telecomunicações</b></p> <p>a) Universalização da Telefonia Rural</p>
3. Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação Técnica e Gerencial		<p>a) Gestão Integrada de Pesquisas Regionais - Desenvolvimento de Pesquisas Aplicadas</p> <p>b) Capacitação Técnica e Profissional</p>	
1. Estímulos Econômicos		<p>a) Incentivos a Segmentos Promissores</p> <p>b) Suporte ao Empreendedor</p>	
5. Competitividade na Orizicultura	2. Fortalecimento das Cidades Médias	<p><b>A. Serviços para Dinamização Urbana</b></p> <p>a) Inclusão na Sociedade de Informações (wi-fi)</p> <p>b) Plataformas Terrestres</p> <p>c) Apoio à Implantação de Áreas Industriais</p> <p><b>B. Capacitação Social Urbana</b></p> <p>a) Melhoria da Educação Básica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Escola de Tempo Integral</li> <li>Avaliação de Desempenho</li> <li>Atendimento à Demanda por Ensino Básico</li> </ul> <p>b) Fortalecimento no Atendimento de Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Construção de Leitos</li> <li>Expansão do Programa Saúde da Família</li> </ul> <p>c) Melhoria e Suprimento Habitacional</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Construção de Morádias</li> <li>Construção de Banheiros</li> <li>Erradicação de Aglomerados Subnormais</li> </ul> <p>d) Combate à Pólipatia</p> <p><b>Renda Básica</b></p> <p><b>C. Recuperação e Ampliação da Qualidade Ambiental Urbana</b></p> <p>a) Ampliação da Rede de Coleta de Esgoto Doméstico</p> <p>b) Tratamento e Destinação de Esgotos Domésticos e Industriais</p> <p>c) Tratamento e Destinação Final de Resíduos Domésticos e Industriais Não Perigosos</p>	
	3. Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação	<p>a) Capacitação Profissional Contínua</p> <p>b) Programa de Apoio ao Registro de Marcas e Patentes</p> <p>c) Certificação de Qualidade e Apoio à Inovação</p>	
	1. Estímulos econômicos	<p>a) Incentivos à Cadeia Naval</p> <p>b) Direcionamento de Linhas de Crédito e Financiamento</p> <p>c) Inteligência Competitiva</p> <p>d) Suporte ao Empreendedor</p>	
6. Competitividade na Fruticultura	2. Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação	<p>1 - Gestão Integrada de Pesquisas Aplicadas</p> <p>2 - Difusão de Informações Tecnológicas</p> <p>3 - Fortalecimento de Centros de Difusão de Informações Tecnológicas (Infra-Estrutura Informatizada)</p>	
	3. Manutenção do Potencial Ambiental	<p>1 - Monitoramento Hidrológico para Controle e Outorga do Uso da Água</p> <p>2 - Incentivos a Sistemas de Plantio Eficientes no Uso da Água para Arroz Irrigado</p> <p>3 - Destinação Adequada de Resíduos de Arroz</p>	
	4. Suprimento de Infra-estruturas	<p><b>A. Transportes</b></p> <p>a) Eixos de Integração Regional Internos</p> <p>b) Eixos de Integração Inter-Regional</p> <p>c) Acessos Capilares a Municípios</p> <p><b>B. Energia</b></p> <p>a) Universalização do Suprimento Rural Adequado (Luz para Todos)</p> <p>b) Melhoria do Suprimento Rural (Energia Forte)</p> <p><b>C. Telecomunicações</b></p> <p>a) Universalização da Telefonia Rural</p> <p><b>D. Upgrade em Armazenamento</b></p>	
7. Fomento à Aqüicultura e Pesca	1. Estímulos Econômicos	<p>a) Estímulos ao Processamento de Frutas</p> <p>b) Assistência Técnica Acoplada ao Financiamento Rural ? Extensão Rural</p> <p>c) Eficiência Coletiva - Incentivo ao Associativismo e Cooperativismo</p>	
	2. Capitalização do Potencial Ambiental	<p>a) Fortalecimento / Criação de Viveiros</p> <p>b) Controle e Defesa Agropecuária</p>	
	3. Suprimento de Infra-Estruturas	<p><b>A. Transportes</b></p> <p>a) Eixos de Integração Regional Internos</p> <p>b) Eixos de Integração Inter-Regional</p> <p>c) Acessos Capilares a Municípios</p> <p><b>B. Energia</b></p> <p>a) Universalização do Suprimento Rural Adequado (Luz para Todos)</p> <p>b) Melhoria do Suprimento Rural (Energia Forte)</p> <p><b>C. Telecomunicações</b></p> <p>a) Universalização da Telefonia Rural</p>	
7. Fomento à Aqüicultura e Pesca	4. Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação	<p>a) Desenvolvimento de Pesquisas Agrícolas</p> <p>b) Desenvolvimento de Capacitação Técnica e Gerencial</p> <p>c) Difusão de Informações Tecnológicas</p> <p>d) Fortalecimento de Centros de Difusão de Informações Tecnológicas (Infra-Estrutura Informatizada)</p>	
	1. Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação	<p>a) Gestão Integrada de Pesquisas Regionais - Desenvolvimento de Pesquisas</p> <p>b) Capacitação na Cadeia Produtiva</p>	
	2. Estímulos Econômicos	<p>a) Suporte ao Empreendedor</p> <p>b) Direcionamento das Linhas de Crédito e Financiamento</p> <p>c) Incentivos ao Segmento e Cadeia Produtiva</p> <p>d) Eficiência Coletiva</p>	
	3. Manutenção do Potencial Ambiental	<p>a) Monitoramento Hidrológico para Controle e Outorga do Uso da Água</p> <p>b) Manejo Adequado de Agroquímicos</p>	
7. Fomento à Aqüicultura e Pesca	4. Estruturação da Cadeia de Pesca	<p>a) Plano de Gerenciamento Pesqueiro</p> <p>b) Modernização das Infra-Estruturas Pesqueiras</p>	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

### III.3.6. Região Funcional 6

#### III.3.6.1. Perfil e Desempenho Recente

A Região Funcional 6 é formada por dois COREDEs, Campanha e Fronteira Oeste, com fortes interações entre si e características semelhantes no tocante aos seus perfis produtivos, indicadores sociais e infra-estrutura. Ambos os COREDEs foram classificados no agrupamento de “*Em Dificuldades*” por apresentarem indicadores de desenvolvimento e potencialidades socioeconômicas e ambientais, assim como condições sociais, abaixo da média gaúcha.

Figura III-83 – Homogeneidades e Polarizações da RF 6

CAMPANHA	FRONTEIRA OESTE
<b>Em Dificuldades:</b> Baixo dinamismo econômico, potencialidades e condições sociais	
2º PIB Estadual mais baixo: 5,7% do RS com taxas menores que média estadual (1,9% a.a. x 2,4% a.a.)	
2ª menor renda / capita no RS: R\$ 267,00 (75% da média estadual)	
Rede urbana esparsa e pouco hierarquizada	
Pontos de acesso – fronteiras com Mercosul (Argentina, Uruguai)	
Estrutura viária esparsas com grandes vazios de acessibilidade limitada	
Produção agropecuária dominante: arroz e bovinos	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Esta região se caracteriza por grandes vazios demográficos, pontuados por uma estrutura urbana esparsa, sem cidades de maior porte e grande distância dos principais centros consumidores. Em virtude da predominância de grandes propriedades rurais. Possui a mais baixa densidade demográfica (apenas 12 habitantes por km<sup>2</sup>) e a maior concentração fundiária do Estado, acompanhada de uma produção primária baseada na pecuária extensiva e no arroz. Seus centros urbanos, por sua vez, não chegam a formar um mercado local de destaque e tendem a concentrar os contingentes de população empobrecida. A longa fronteira internacional desta Região Funcional não chega a ser um ativo, uma vez que o norte do Uruguai é também uma região pobre e seus setores tendem mais a competir com a estrutura produtiva local do que a complementá-la.

Trata-se de uma região altamente urbanizada (85% da população), mas com uma estrutura urbana dispersa e fortemente polarizada por poucas cidades. O pólo principal da porção localizada a oeste é Uruguiana, enquanto Santana do Livramento polariza o restante da área referente ao COREDE Fronteira Oeste. Na porção correspondente ao COREDE Campanha, o pólo é Bagé, cuja influência chega a atingir mesmo municípios da adjacente Região Funcional 5.

A taxa de crescimento populacional tem sido baixa, 0,88% a.a. entre 1991 e 2000, e concentrada nos centros urbanos regionais, que têm atraído fluxos da zona rural. Como um todo, o saldo migratório é negativo e o principal destino de seus habitantes é a Região Funcional 1.

O desempenho econômico se reflete nos níveis de absorção da população por postos de trabalho e na renda por ela apropriada. Entre 1991 e 2000, a população ocupada na região cresceu 1,2% a.a, taxa inferior a observada na mesma variável no Estado. Vale destacar a virtual estagnação do número de empregos com carteira assinada no período. O principal setor responsável por este fenômeno foi a queda absoluta da ocupação com carteira assinada no setor industrial, parcialmente compensada pelo incremento do emprego com carteira assinada no setor público.

Na década de 90, o percentual de famílias com rendimento abaixo de 2 salários mínimos caiu de 45% para 34%. Por outro lado, o percentual de famílias enquadradas como “Sem Rendimento” cresceu de 1,8% para 5,5% do total da Região Funcional.

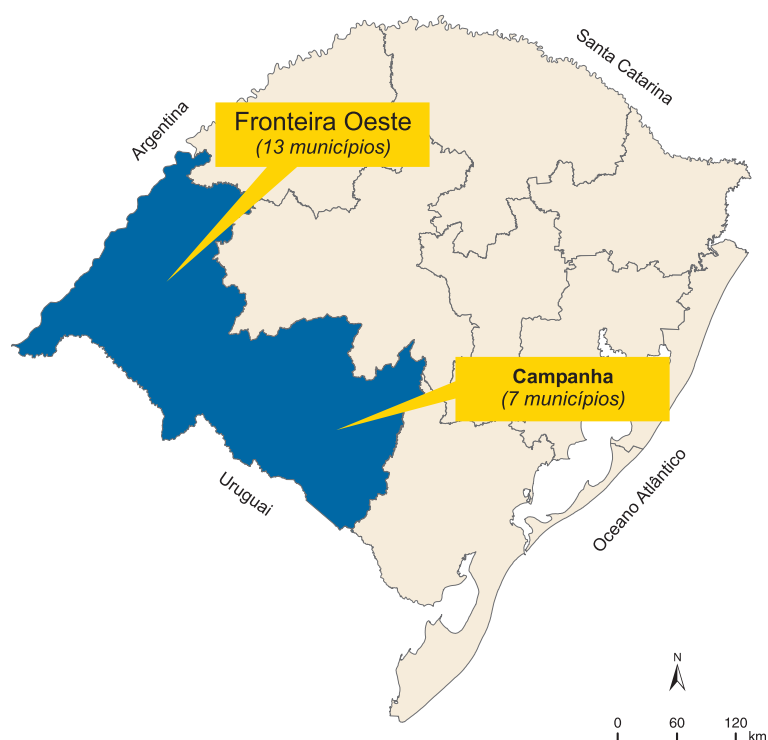
Entre 1990 e 2002, o PIB *per capita* dessa região passou de R\$ 6,9 mil para R\$ 7,9 mil. Apesar de ter tido uma taxa de crescimento mais alta do que a média estadual, seu PIB *per capita* ainda é por volta de 76% do valor médio gaúcho. Seus 769 mil habitantes (7,6% do total do RS) produzem um PIB anual de mais de R\$ 6 bilhões (5,9% do total) e ocupam 63 mil km<sup>2</sup> (25% da superfície do estado).

Os dados de renda regional mostram um resultado não tão positivo como os sugeridos pelos dados de PIB: sugerem uma baixíssima taxa de crescimento nos anos 90. A renda *per capita* teria crescido 0,2% ao ano, passando de R\$ 263 para R\$ 268. Ou seja, em termos de absorção do

valor produzido pela atividade econômica, a Região Funcional 6 não acompanhou a taxa de crescimento gaúcha e segue com renda *per capita* cerca de 25% inferior à média do Estado.

Especialmente, a região pertence a três bacias de emprego polarizadas, embora de modo mais tênue, dadas as grandes distâncias entre eles, pelos centros urbanos mais importantes – Uruguiana, Santana do Livramento e Bagé. São Borja também exerce certa polarização que extrapola para o Missões.

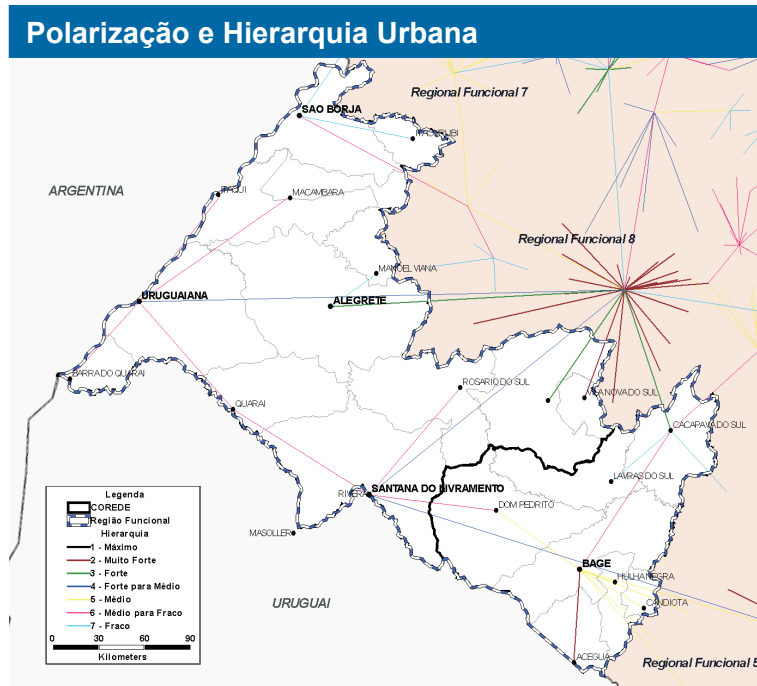
**Figura III-84 – Municípios e COREDEs da RF 6**



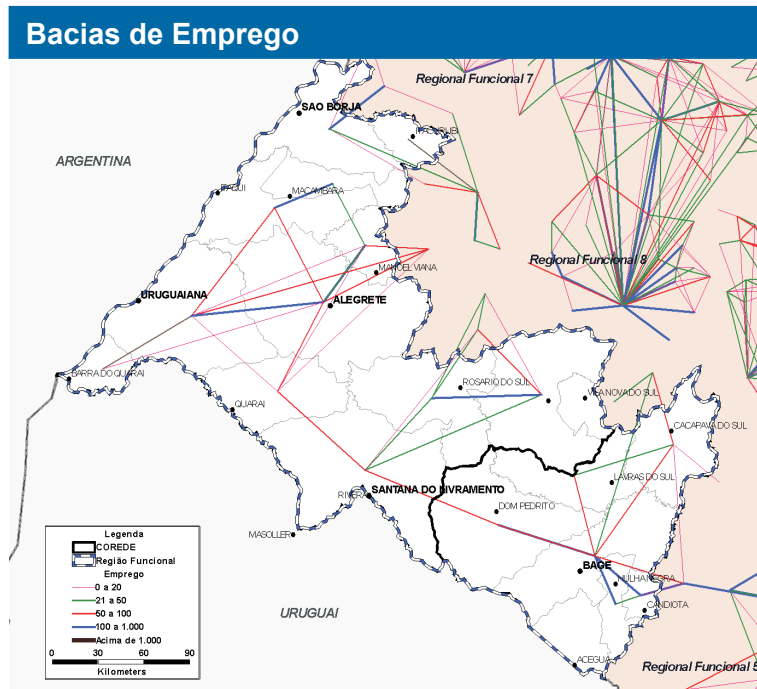
Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

O fato mais notório dessa região foi a sua desindustrialização: o setor secundário era responsável por quase um quarto do PIB regional em 1990 e caiu para cerca de 16% em 2002. Isso se mostra também nos dados referentes à ocupação entre 1991 e 2001: o número de trabalhadores com carteira assinada na indústria caiu à taxa de 4,5% a.a. (compensada, em parte, pelo aumento da informalidade no setor). Ao mesmo tempo, a participação da atividade agropecuária cresceu de 25% para 35% do total, superando as taxas de crescimento estaduais do setor, e mais do que compensou a tendência ao esvaziamento industrial. O setor de serviços manteve-se, aproximadamente, na mesma proporção (em torno de 40%) do PIB regional entre 1990 e 2002. Chama atenção, também, o fato de que a região abriga 6,4% da população ocupada gaúcha, dos quais 11,2% estão na Administração Pública.

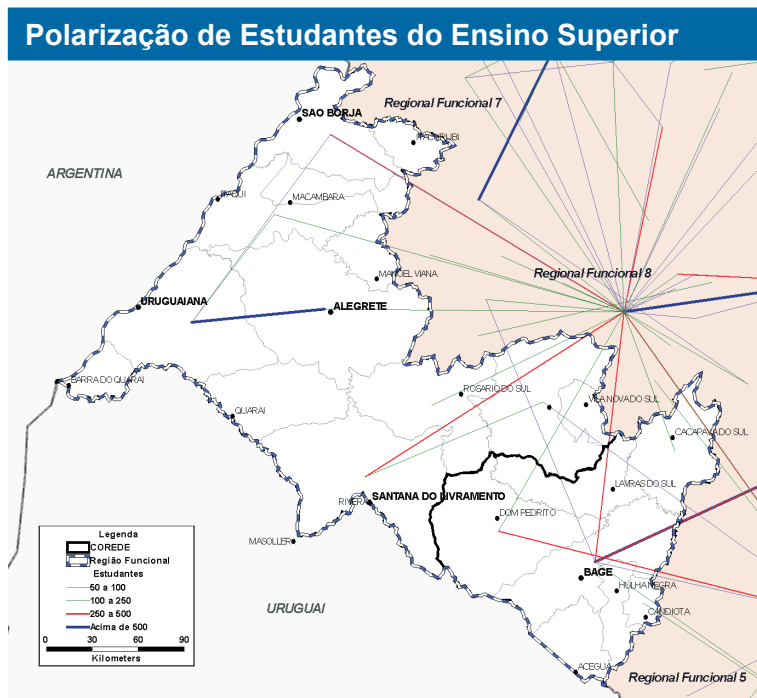
Figura III-85 – Polarizações, Sistema Viário e Potencialidades Ambientais



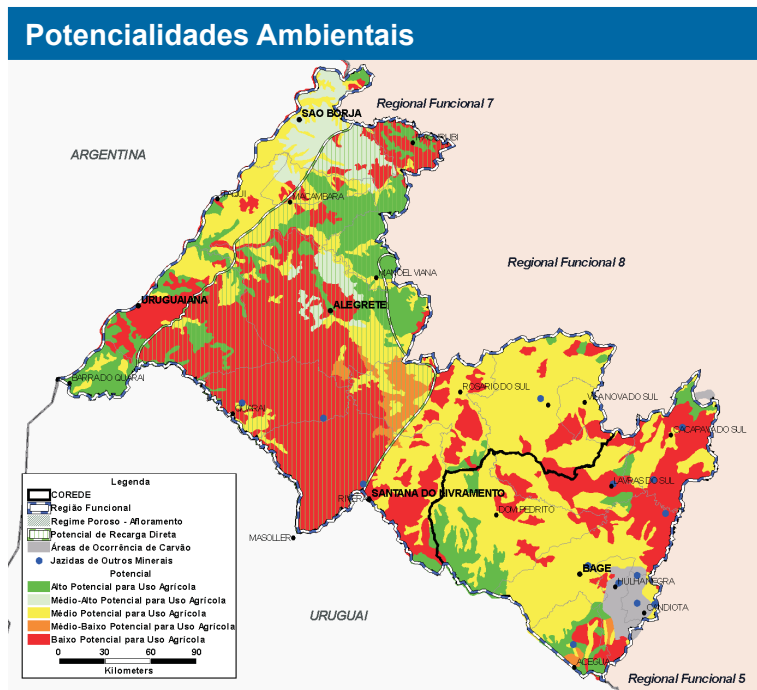
Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC



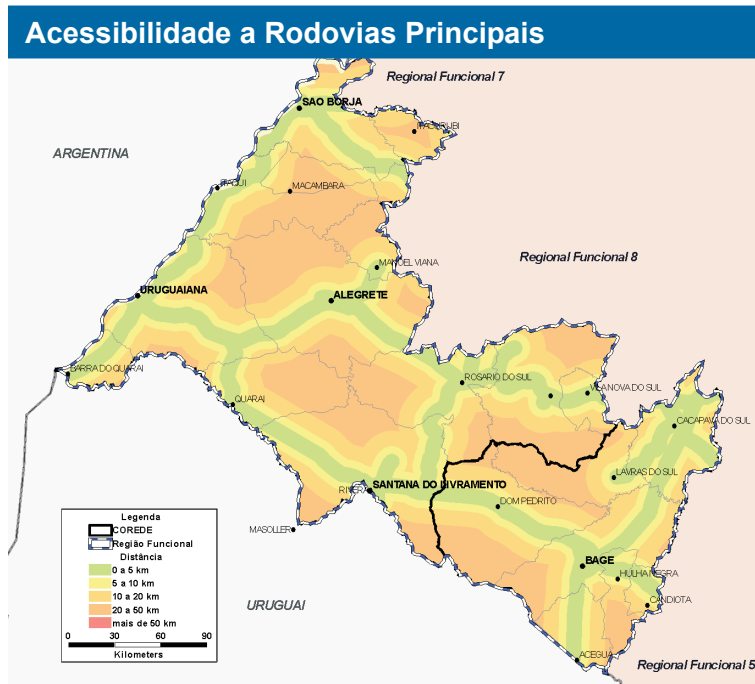
Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC



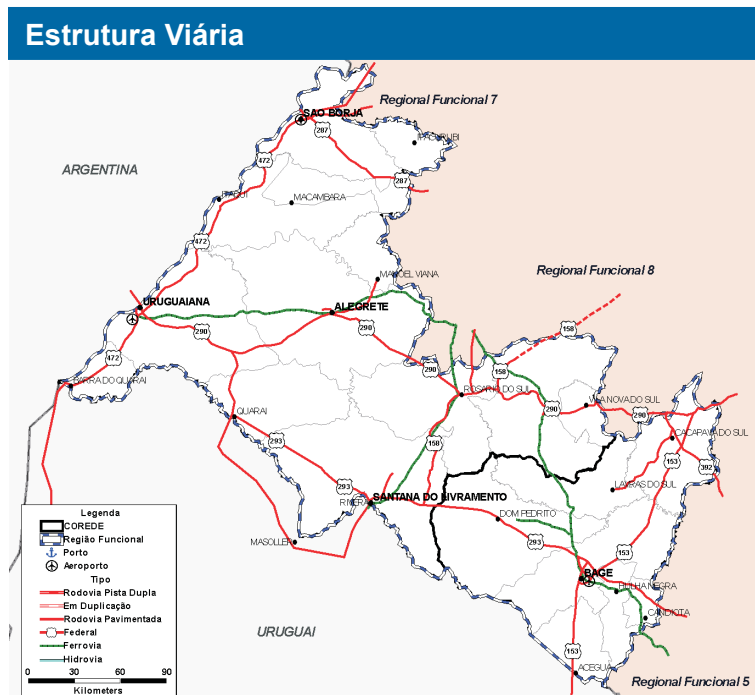
Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC



Figura III-85 – Continuação



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Na indústria, pouco importante no âmbito estadual, os únicos setores que se destacam são os relacionados ao Processamento de Produtos de Origem Vegetal e Animal. Juntos, somam mais de dois terços da produção industrial da região funcional. A produção de cimento, com base nas jazidas de calcário nas proximidades de Bagé, tem também destaque na região, sendo responsável por 10% do valor adicionado industrial e tem-se mostrado dinâmica.

No setor agrícola, a orizicultura é a atividade primaz, representando mais de três quartos da produção agrícola regional. A produção tem crescido a taxas elevadas, o que fez com que 41% do arroz gaúcho fosse produzido nos dois COREDEs que compõem a região. O processamento de arroz também se dá na mesma proporção. Em seguida, o outro setor dominante é o da soja, com 17,5% da produção estadual, mas virtualmente não há processamento local.

Na produção de arroz, a região tem uma eficiência 10% menor do que a Região 5, o *benchmark* nacional. Apesar de ocorrer justamente na atividade agropecuária primaz, essa diferença não chega a ser preocupante. Na produção de soja, a realizada na Fronteira Oeste é a mais eficiente do Estado, mas ainda cerca de um quinto da alcançada no Mato Grosso. A produção de trigo, apesar de pouco importante na região, é relativamente eficiente neste COREDE, posicionando-se em 3º lugar no âmbito nacional.

Na pecuária, a região se caracteriza por conter mais de um terço dos rebanhos bovinos estaduais e metade dos ovinos. São mais de 5 milhões de cabeças de gado e 2 milhões de ovelhas. Mais recentemente, houve um incremento do processamento desse tipo de carne, o que levou a que 32% dessa atividade no estado fossem realizados na região.

A concentração fundiária na região é notável. Segundo os dados do Censo Agropecuário de 1996, das quase 120 propriedades rurais gaúchas com mais de 5 mil hectares, metade estava localizada nesta Região Funcional, ocupavam 381 mil hectares e eram responsáveis por 6,3% do total da área das propriedades agropecuárias na região.

A estrutura regional de transporte rodoviário forma uma rede quadrangular de grande distância entre os eixos, formadas pelas vias leste oeste:

- BR-290, vinda de Porto Alegre rumo a Uruguaiana, ao norte da região;
- BR-293, vinda de Pelotas, rumo a Santana do Livramento e chegando a Uruguaiana, mais ao sul da região.

E pelas vias norte sul, todas com continuidade no território uruguaio:

- BR-472, de Uruguaiana, rumo ao extremo da fronteira, em Barra do Quaraí;
- BR-158, vinda da região 2, com destino a Santana do Livramento e Uruguaia;
- BR-153, vinda da região 1 rumo a Bagé e à fronteira uruguaia em Aceguá.

A esses eixos federais, já que se trata de zona de fronteira, agrega-se a importante ligação ferroviária entre Porto Alegre e o Porto do Rio Grande, porém dando a volta em todo o Estado, passando por São Gabriel e Bagé. Esta cidade se destaca, pois é ponto de multimodalidade ferroviária-rodoviária-aeroportuária. A falta de dinamismo da região reflete-se nos ramais ferroviários desativados para São Borja e Santana do Livramento, e faz com os indicadores quantitativos apontem problemas menos graves de sobrecarga da infra-estrutura de transporte.

As extensas porções territoriais distantes das rodovias que cruzam toda a região são dotadas de estradas vicinais não-pavimentadas, o que dificulta o escoamento da produção e o acesso a serviços.

Mesmo assim, há que se destacar as disfunções legal-institucionais que restringem o movimento de mercadorias nas cidades de fronteira da região. A instalação do Complexo Logístico e Comercial de São Borja, ainda em fase de planejamento, poderá constituir-se em uma plataforma logística moderna da região.

Embora 90% da população estejam a menos de 5 km de rodovias principais, em função da concentração urbana, o sistema de transportes é considerado ineficiente. Problemas de acessibilidade regional, baixa quilometragem por habitante e malha esparsa (o que amplia as distâncias intermunicipais) e em mau estado de conservação são os responsáveis por esses resultados. Há extensas porções territoriais onde, embora com baixa densidade, as distâncias a rodovias principais excedem 50 km.

Os fluxos originados na região e os que passam por ela rumo a outros destinos, ocasionam linhas de desejo, onde estão mapeadas as viagens equivalentes de ônibus, caminhões e autos que ocorrem entre as várias origens e destinos na região e fora dela.

Essas rotas ocasionam carregamentos de transportes das rotas rodo-ferroviárias da região, onde se observam alguns gargalos. Por conta desses fluxos e também pela topografia mais ondulada ou montanhosa, alguns trechos estão em condições precárias de trânsito, exigindo recuperação nos trechos registrados no **Quadro III-44**.

## Quadro III-44 – Gargalos em Transportes – RF 6

Recuperação Asfáltica		
Rodoviário	Regional	BR-153 (Trecho Minas do Camaquã – Fazenda Nacional)
Rodoviário	Regional	BR-153 (Trecho Fazenda Nacional – Dom Pedrito)
Rodoviário	Regional	BR-153 (Trecho Colônia Nova – Aceguá)
Rodoviário	Regional	BR-287 (Trecho Encruzilhada – conde de Porto Alegre)
Rodoviário	Regional	BR-287 (Trecho Conde de Porto Alegre – Nhupora)
Rodoviário	Regional	BR-287 (Trecho Nhupora -Itaqui)
Rodoviário	Nacional	BR-290 (Trecho Tabuleiro – São Gabriel)
Rodoviário	Nacional	BR-290 (Trecho Guarai – Barra do Quaraí)
Rodoviário	Regional	BR-293 (Trecho Bagé – Dom Pedrito)
Rodoviário	Regional	BR-293 (Trecho Santana do Livramento – Passo da Guarda)
Rodoviário	Regional	BR-392 (Trecho Bagé – Caçapava do Sul)
Rodoviário	Regional	BR-472 (Trecho Alegrete – Uruguaiana)
Rodoviário	Regional	RS-529 (Trecho Itaqui – Tuparai)
Rodoviário	Regional	RS-529 (Trecho Tuparai – Maçambará)
Rodoviário	Regional	RS-630 (Trecho Santa Brígida – São Gabriel)
Rodoviário	Regional	RS-647 (Trecho Bagé – Colônia Nova)

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Além desses gargalos operacionais, há ainda uma sede municipal sem asfalto – Itacurubi no COREDE Fronteira Oeste.

Por tratar-se de região de fronteira, a esses gargalos de infra-estrutura rodoviária, somam-se problemas institucionais de integração com os países fronteiriços, relativos a liberação de cargas pela receita federal, áreas de controle integrado e problemas operacionais com organismos governamentais ou outros, especialmente em Santana do Livramento, Uruguaiana e São Borja.

Há aeroportos de âmbito inter-regional em Bagé e Uruguaiana, com baixo volume de transporte de cargas e passageiros. Em termos de armazenagem, a região comporta a segunda posição no Estado em termos de armazéns convencionais para cargas ensacadas (623 mil ton – 22% do Rio Grande do Sul) e para grãos (2,8 milhões de ton – 16% do Rio Grande do Sul), devido à grande produção de arroz e grãos (soja, milho e trigo).

Em energia, o pequeno consumo regional (1,2 milhão de MWh em 2003) observou uma queda de 1,78% a.a. desde 2000, ao contrário do PIB em expansão (1,9%), sentida especialmente na Fronteira Oeste. A região conta com várias linhas de transmissão de média e baixa capacidade, interligando os municípios. Os consumos são relativamente baixos e apenas Bagé, Uruguaiana, São Borja e Alegrete estão na categoria de até 250 kWh. Os demais municípios consomem menos de 100 kWh.

Na área rural, predominam municípios em que o atendimento é inferior a 75% dos domicílios. Os níveis de serviço do suprimento energético estão dentro dos padrões da ANEEL em termos de falhas e sua duração, embora haja gargalos em linhas de transmissão em Uruguaiana e em Alegrete.

Em telecomunicações, a telefonia fixa como um todo tem taxas médias no contexto estadual, mas existem problemas no atendimento à população rural. Há redes de transmissão de dados vindas de Porto Alegre para Uruguaiana e Santana do Livramento, em função dos movimentos de exportação desses portos secos.

A baixa capacidade de produção e disseminação de informação e conhecimento é uma das restrições ao desenvolvimento da região. Ela possui o mais baixo percentual de jovens frequentando o ensino superior, além de indicadores de acesso e de profissionais em atividades de informática entre os piores do Estado.

A região conta com uma universidade em Bagé (URCAMP), com *campi* em diversas cidades da região, além de extensões da PUC (Uruguaiana) e UERGS (Alegrete, São Borja e Santana do Livramento). Recentemente, foi criada a Universidade Federal do Pampa, que contará com dez pólos, sediados nos municípios de Bagé, Jaguarão, São Gabriel, Livramento, Uruguaiana, Alegrete, São Borja, Itaqui, Caçapava do Sul e Dom Pedrito. Prevê-se sua implantação total até 2008, quando contará com 10 mil alunos distribuídos em 26 cursos de graduação. Existem cinco unidades da FEPAGRO voltadas para pesquisas na região e Pólos de Modernização Tecnológica. O pólo ligado à URCAMP desenvolve pesquisas em apicultura, indústria cerâmica, frutas, microvinificação e tecnologias agroecológicas.

Ainda assim, existem poucos grupos de pesquisa e outros indicadores quantitativos estão abaixo da média. Esses elementos sugerem que seria necessária uma maior integração com o setor produtivo e um maior esforço local em pesquisa e desenvolvimento. O fato de a região ser polarizada em termos de educação superior pela Universidade Federal de Santa Maria, localizada fora da Região Funcional, talvez contribua para esta situação.

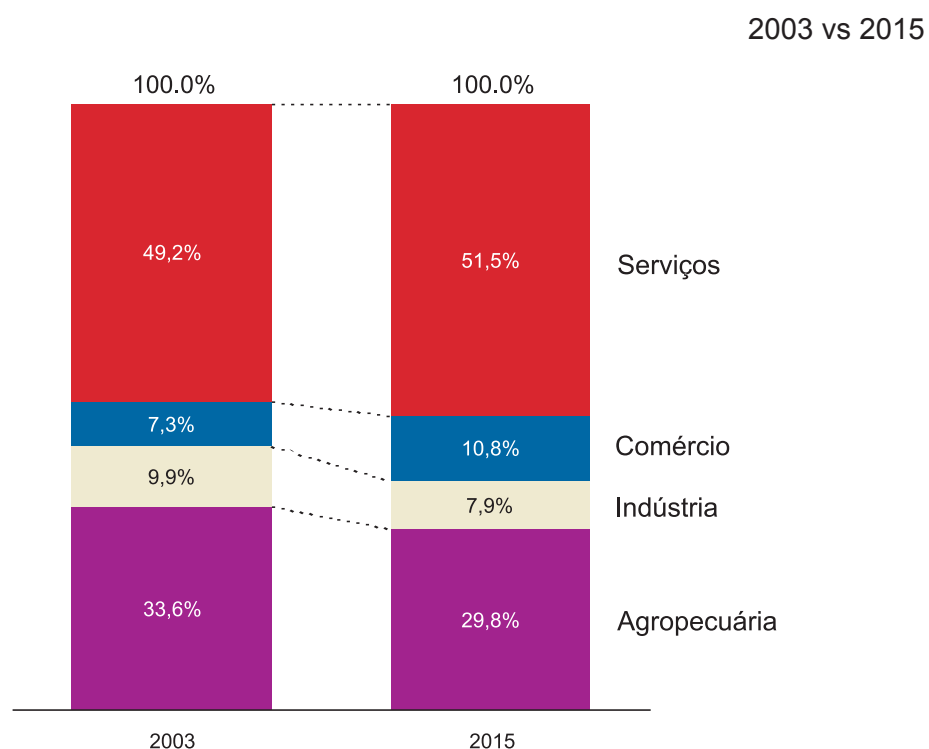
A região está incluída quase que totalmente no Bioma Pampa. Especialmente na Fronteira Oeste, o cultivo intensivo da terra, especialmente com arroz irrigado, aliado ao desmatamento de várzeas, tem levado a um processo de erosões e formação de areais intensos, em toda a porção das fronteiras, de São Borja a Quaraí, restringindo a produtividade dos frágeis solos e alterando o regime de cheias e estiagens. No tocante aos problemas ambientais,

Bagé e Uruguaiana destacam-se negativamente, pois apenas 45% e 27% dos esgotos coletados têm tratamento adequado, sendo o restante despejado *in natura* nos rios.

### III.3.6.2. Cenário Tendencial

A persistirem as tendências socioeconômicas e demográficas recentes, as perspectivas para o futuro da região apontam para uma queda na participação da região no PIB estadual e, conseqüentemente, no PIB per capita, que permanecerá abaixo da média estadual, ampliando-se também as desigualdades na renda, a par de um crescimento acelerado da urbanização, como registram as análises na seqüência.

Figura III-86 – Evolução da Composição Setorial do PIB da RF 6



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Está previsto que, entre 2003 e 2015, o PIB *per capita* da Região Funcional 6 passe de R\$ 8.845 para R\$ 12.058, gerando um crescimento esperado de 36,3% no período. Sua participação no PIB gaúcho cairá de 5,7% para 5,39%. Crescendo a taxas mais baixas que o Estado, a região tende a se afastar do PIB médio *per capita*: sua proporção quanto a ele deverá passar de 76% em 2003 para 73% em 2015.

O cenário tendencial não aponta para uma reestruturação intensa da estrutura produtiva até 2015. Prevê-se um aumento pequeno da participação da indústria (2%) e do comércio (3%) no Valor Adicionado da região, enquanto a agropecuária e o setor de serviços perderão somados cerca de 5%. Essas limitadas mudanças estruturais tenderão a tornar a economia da região um pouco mais especializada, distanciando-a do perfil médio gaúcho.

O Cenário Tendencial aponta que a Campanha tem vantagens competitivas e é especializada na atividade de Abate e Preparação de Carnes. Nesse setor, em que a região é especializada, a taxa de crescimento será mais alta do que a média gaúcha.

Já nos setores de *Processamento de Laticínios, Serviços e Demais Indústrias Alimentares*, nos quais a Campanha é especializada, não apresentará vantagem competitiva. A previsão para os dois últimos setores é semelhante para a Fronteira Oeste. Esses setores tenderão a crescer a taxas mais baixas nessas regiões do que os mesmos setores no restante do Estado.

Por outro lado, existem setores em que a região ainda não é especializada, mas em que as taxas de crescimento tenderão a ser altas. Dentre os setores relevantes, destacam-se: *Agropecuária, Indústria Química e Beneficiamento de produtos de origem vegetal* (em ambos os COREDEs).

Além desses setores promissores, há outros em que novos investimentos têm sido recentemente anunciados:

- Fruticultura de clima temperado:
- Vitivinicultura, no curto prazo, e enoturismo no longo prazo..
- Cadeia da Pecuária.
- Pólo cerâmico na Campanha.

Analisando os 25 setores projetados no Cenário Tendencial, percebe-se que, na Região Funcional 6, o setor Agropecuário permanece em destaque em 2015, com sua participação no VAB da região e no VAB do setor no Estado aumentando. Os setores químico e de calçados e couros crescem respectivamente 26,1% e 14,1%, ampliando a participação no VAB, porém ainda longe de obter peso muito relevante em seus setores. Puxado pela Agropecuária, o Abate e Preparação de Carnes, outro relevante na região, também tem sua participação aumentada no Estado, ainda que de maneira tímida. A **Tabela III-24** mostra a participação estimada da região no VAB de 2003 e de 2015 do Rio Grande do Sul nos 25 setores analisados no Cenário Tendencial.

**Tabela III-24 – VAB Setorial em 2003 e 2015 - RF 6**

(R\$ milhões de 2003)

Setores	2003			2015		
	R\$ (R\$ Mil)	% do Total da Região	% do RS	R\$ (R\$ Mil)	% do Total da Região	% do RS
Agropecuária	2,327	33.6%	13.2%	3,319	31.5%	13.9%
Indústria Metalúrgica	55	0.8%	1.6%	75	0.7%	1.3%
Máquinas e Equipamentos / Tratores	16	0.2%	0.6%	34	0.3%	0.6%
Material Elétrico	3	0.0%	0.5%	8	0.1%	0.6%
Material de Transportes	8	0.1%	0.7%	8	0.1%	0.5%
Serrarias, Madeira e Móveis	13	0.2%	1.1%	20	0.2%	0.9%
Papel e Gráfica	23	0.3%	1.6%	32	0.3%	1.3%
Química	9	0.1%	0.1%	144	1.4%	1.1%
Calçados e Couros	8	0.1%	0.2%	40	0.4%	0.5%
Produtos de Origem Vegetal	8	0.1%	0.3%	197	1.9%	5.1%
Abate e Preparação de Carnes	114	1.6%	4.4%	151	1.4%	4.5%
Leite e Laticínios	29	0.4%	4.2%	34	0.3%	3.7%
Óleos Vegetais	0	0.0%	0.0%	0	0.0%	0.0%
Demais Ind. Alimentares	85	1.2%	5.2%	88	0.8%	3.9%
Demais Indústrias	111	1.6%	2.4%	133	1.3%	1.4%
Serviços Utilidade Pública	203	2.9%	8.9%	325	3.1%	7.5%
Construção Civil	196	2.8%	3.5%	361	3.4%	4.1%
Comércio	505	7.3%	4.4%	1,068	10.2%	5.1%
Transporte	139	2.0%	6.3%	225	2.1%	5.1%
Comunicações	131	1.9%	4.4%	248	2.4%	4.9%
Instituições Financeiras	286	4.1%	4.0%	583	5.5%	4.9%
Serviços Prestados às Famílias	503	7.3%	5.9%	768	7.3%	4.4%
Aluguel de Imóveis	480	6.9%	4.6%	653	6.2%	4.9%
Administração Pública	1,535	22.2%	10.6%	1,845	17.5%	8.5%
Serviços Privados Não Mercantis	131	1.9%	9.2%	162	1.5%	8.3%
<b>Total</b>	<b>6,918</b>	<b>100.0%</b>	<b>5.7%</b>	<b>10,521</b>	<b>100.0%</b>	<b>5.4%</b>

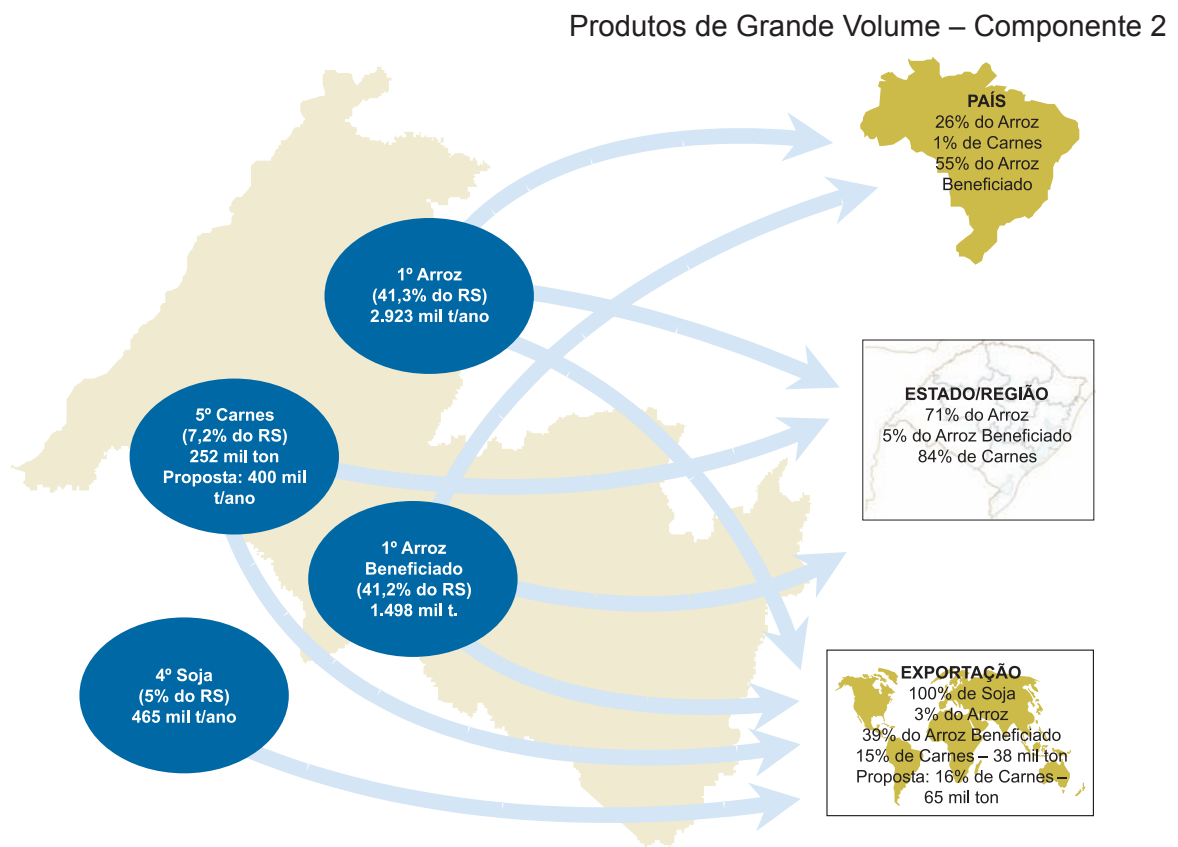
Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC



Segundo as projeções do Componente 2 – Logística de Transportes, realizadas de acordo com a matriz origem-destino dos produtos de grande volume, é possível verificar a produção e o destino dos principais produtos de grande volume para cada região.

Observando a Figura III-87, que representa a matriz origem-destino dos principais produtos regionais geradores de grandes volumes, nota-se a importância do mercado externo para a soja, com exportação de 100%, o arroz beneficiado (39%) e a carne (15%).

**Figura III-87 – Estimativa das Principais Produções e Movimentações de Produtos de Grandes Volumes da RF 6 em 2015**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Está previsto um crescimento de 0,85% a.a. da população da região, abaixo da média do Estado (1,01% a.a.), entre 2000 e 2015. Nesse ano, menos de 6% dos seus habitantes viverão na zona rural.

Com base econômica pouco sofisticada e diversificada, os recursos naturais determinam as aptidões da região. A agropecuária, fundamental na sua formação econômica, não se tem mostrado capaz, contudo, de manter o vigor da economia. Ainda assim, seu capital natural pode alavancar o desenvolvimento regional. Devido a seu vazio demográfico e baixa renda *per capita* local, a região não pode contar com seu mercado interno. Além disso, a ausência de cidades de maior porte restringe o surgimento de novos empreendimentos baseados em economias de aglomeração ou de urbanização. Assim, a maior parte das oportunidades e potencialidades se dá, direta ou indiretamente, através do incremento da demanda externa à região, quer nacional, quer internacional. O sucesso das atividades de vitivinicultura, cerâmica, fruticultura, orizicultura e pecuária terá que se apoiar em tais mercados consumidores. O excesso de oferta de trabalho na região, refletido em baixos salários, pode se tornar um atrativo para tais empreendimentos, desde que superada a barreira de qualificar este contingente.

Para que a região possa explorar melhor suas potencialidades naturais, precisa eliminar um grande conjunto de deficiências, como por exemplo desenvolver o processamento dos produtos agropecuários, em bases competitivas, o que não se verifica hoje. Também é necessária a superação das restrições da infra-estrutura de transportes, bem como as relacionadas com informação e conhecimento. Isto permitirá a modernização tecnológica das atividades tradicionais e introdução de novos produtos, desafios estes para os quais as capacidades locais de geração de informação e conhecimento são insuficientes.

Outro entrave importante em transportes diz respeito às condições operacionais dos portos secos de Uruguaiana, Bagé e São Borja. As dificuldades institucionais existentes, ao imporem grandes atrasos aos fluxos externos, desestimulam o transporte de produtos por tais pontos, o que leva a que se busque outras alternativas externas à região (portuárias ou aeroportuárias). Com isto, a região pode estar perdendo importantes fluxos gaúchos e nacionais, que dinamizariam especialmente seu comércio e serviços.

Os aspectos que surgem como mais relevantes da análise da matriz SWOT da região e que devem servir de base para o planejamento regional são apresentados a seguir:

#### **a) Atividade pecuária relevante, mas mal explorada economicamente**

Embora detentora de um numeroso rebanho bovino e fartura de terra para praticar a pecuária extensiva, a região enfrenta problemas estruturais relativos à qualidade de sua produção. As crescentes barreiras sanitárias no mercado internacional são ameaça à pecuária bovina, uma vez que a região possui baixas taxas de abate inspecionado e restritas capacidades de rastreabilidade. Produzir carne capaz de superar tais restrições, que por vezes são

apenas barreiras comerciais não-tarifárias, é fundamental para que a produção local atinja mercados mais amplos.

A região tem enfrentado empecilhos para desenvolver a competitividade e modernização de sua pecuária. De forma geral, o nível de processamento de carne situa-se bem aquém da potencialidade da região e concentra-se no COREDE Campanha, restringindo-se, entretanto, a empreendimentos de pequeno porte e que apresentam problemas de sustentabilidade econômica, com ausência de grandes grupos frigoríficos. Mesmo comparada com a produção de regiões vizinhas do Uruguai, a qualidade da carne da região apresenta-se bem inferior.

#### **b) Potencialidade para novas atividades agrícolas que possam complementar a base econômica da região**

A região pode acolher e desenvolver outras culturas e atividades que podem gerar novas oportunidades para viabilização econômica dos grandes espaços desta região. Há disponibilidade de matéria-prima para cerâmica, possuindo uma produção grande de insumos básicos, embora a fabricação de produtos cerâmicos não ocorra na própria região. Os solos são propícios à fruticultura: no COREDE Campanha ocorre a produção de uva, laranja, pêssego e melancia, e no COREDE Fronteira Oeste, uva, melancia e laranja. Estas culturas visam, em sua grande parte ao mercado interno com pequena destinação aos mercados externos. Adicionalmente, a ampliação dos setores de frutas e vinhos não pode se desenvolver por toda a região, pois apenas uma parte de suas terras é apropriada.

Além disto, as florestas nativas propiciaram uma expansão inicial da silvicultura, hoje já separada das mesmas. Recentes investimentos de vulto foram feitos no COREDE Campanha e outros foram recém-anunciados para a Fronteira Oeste. Isso confirma que essa região poderá se voltar para a atividade. Assim, o fortalecimento da indústria florestal no sul do Estado tenderá a chegar às suas porções mais à oeste se tornando em uma fonte não-tradicional de desenvolvimento na região.

A grande competitividade da região na produção do arroz, por sua vez, também abre oportunidades para o maior desenvolvimento de atividades de processamento que, embora exista no COREDE Campanha, parece apresentar espaço para crescimento.

Jazidas de carvão, calcário e rochas ornamentais em diversos municípios da região funcional também têm potencial de maior exploração econômica. E ainda em turismo, pode haver possibilidades em dois segmentos: o enoturismo atrelado ao sucesso da produção vinícola na região; e, eventualmente, turismo de alto valor agregado nas estâncias.

Por outro lado, a região enfrenta a limitada produção de pesquisas e o baixo empreendedorismo, que poderiam ser fatores de alavancagem deste potencial. A infra-estrutura de I&C é esparsa e pouco integrada com o setor produtivo na região. Estas características negativas, somadas à baixa qualificação da mão-de-obra, podem fazer com que a economia regi-

onal perca as janelas de oportunidade oferecidas pelo crescimento da demanda externa. Neste sentido, os principais prejudicados seriam os setores de cerâmicas, carne e de vinho, que tanto necessitam de constante atualização tecnológica para terem inserção nos mercados extra-regionais.

Outro desafio a superar no sentido de explorar potencialidades dormentes reside no desconhecimento ou rejeição dos consumidores aos produtos com identidade regional, como o caso no vinho, que, conjugado com a falta de capacitação empresarial local, tende a dificultar o desenvolvimento de marcas ou identidades regionais nos mercados consumidores. Este potencial fica ainda ameaçado no caso de um possível avanço dos acordos do Mercosul, que traria a concorrência para a produção de frutas, carne e vinhos.

Por fim, uma estratégia de desenvolvimento econômico bem sucedida deve tomar como restrição a ocorrências de ecossistemas frágeis e a arenização.

### **c) Mercado interno pobre e baixa atratividade das regiões vizinhas**

A região enfrenta um grave problema estrutural de baixa atratividade econômica, já que se situa a grandes distâncias de mercados atraentes, sejam os principais centros econômicos do Estado ou dos países vizinhos. A busca de soluções nas regiões vizinhas, que se constitui em oportunidade para algumas regiões, não é a alternativa para esta devido à pobreza relativa das áreas fronteiriças dos outros países e à semelhança produtiva. As áreas vizinhas do Uruguai e Argentina são relativamente pouco dinâmicas e pobres, fazendo com que não haja grandes oportunidades de integração com tais mercados. Além disso, conforme o atual conflito entre arroseiros uruguaios e brasileiros mostra, a semelhança entre as capacidades produtivas faz com que os vizinhos sejam mais uma ameaça do que uma oportunidade. Ademais, as regiões vizinhas no próprio Estado também representam mercados pequenos e de baixo poder aquisitivo.

Desta forma, a região enfrenta o desafio de identificar, atrair e reter empreendimentos que se motivem mutuamente e sejam dependentes de atributos locais específicos da região, focados na dotação de recursos naturais.

As grandes carências sociais também restringem o potencial de crescimento. A elevada mortalidade infantil, o elevado déficit habitacional, proporcionalmente o maior do Estado, e a pobreza urbana da região (p.ex. 30%, em Bagé), que se evidencia pelo fato que a região apresenta o segundo maior percentual de domicílios urbanos sem banheiro ou sanitário, são todos fatores que demandam investimentos públicos.

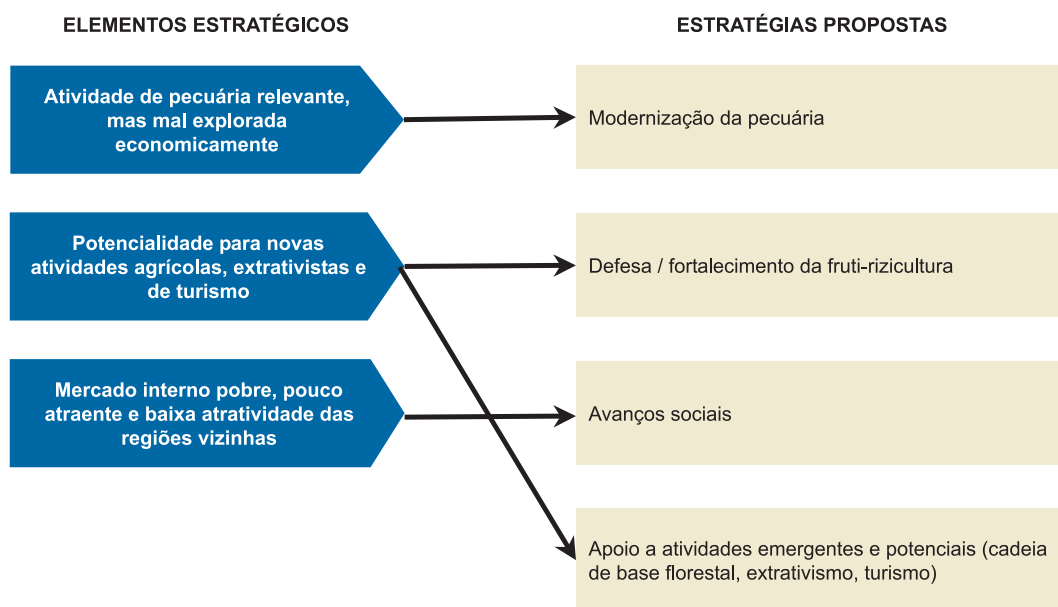
Em razão da gravidade, diversidade e complexidade dos problemas enfrentados pela região, é importante observar que a reversão da atual situação depende de um conjunto de ações interdependentes e que iniciativas isoladas visando a um só setor tendem a não ter sucesso no desbloqueio da economia e da sociedade regionais.

## III.3.6.3. Visão Estratégica e Estratégias Propostas

A visão estratégica para a Região Funcional 6 é a exploração mais efetiva e eficaz das suas potencialidades naturais (pecuária, fruticultura, rizicultura e extrativismo) e redução da defasagem social com relação às demais regiões do Estado.

Para cumprir os papéis identificados como visão estratégica – exploração efetiva e eficaz das suas potencialidades naturais (pecuária, fruticultura, rizicultura, extrativismo) e redução da defasagem social com relação às demais regiões do Estado - as estratégias para a região situam-se em quatro vertentes, que atendem aos elementos estratégicos, como registra a **Figura III-88**.

**Figura III-88 – Elementos estratégicos x Estratégias Regionais – RF 6**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

## **Estratégia 1 – Modernização da Pecuária**

Esta estratégia visa a modernização da Cadeia Pecuária, induzida pelos frigoríficos voltados à exportação.

O debate sobre a modernização da pecuária gaúcha, a implantação de frigoríficos e a concessão de incentivos públicos tem mais de um século. Nas charqueadas do Império já se discutiam – e se obtinham – generosos apoios do governo. Apesar de surtos e eventos isolados de afastamento da pecuária tradicional, é consensual que a pecuária na região sempre teve uma capacidade de modernização pequena frente a outras regiões do Brasil ou do mundo.

No intuito de induzir essa modernização, o setor público, ao longo das últimas décadas tentou incentivos fiscais que, em linhas gerais, foram mal-sucedidos. Pensando em termos de cadeia, existem duas formas básicas de difusão: à montante e à jusante. Para a pecuária, a experiência recente do Centro-Oeste mostra que a inovação à jusante tende a ser mais bem sucedida. Isto é, foram as empresas modernas que levaram a inovação tecnológica ao campo, introduzindo padrões mais elevados de controle sanitário e rastreabilidade.

A inclusão da região no portfólio de instalação de grandes frigoríficos nacionais e internacionais é fundamental para a materialização desta estratégia. Para tanto, um conjunto de ações representadas por programas e projetos mostrados necessitam ser coordenados e implementados simultaneamente.

Além disso, é necessário que se criem condições propícias para que estes frigoríficos induzam a modernização da cadeia primária, à exemplo do que ocorre no Centro-Oeste brasileiro.

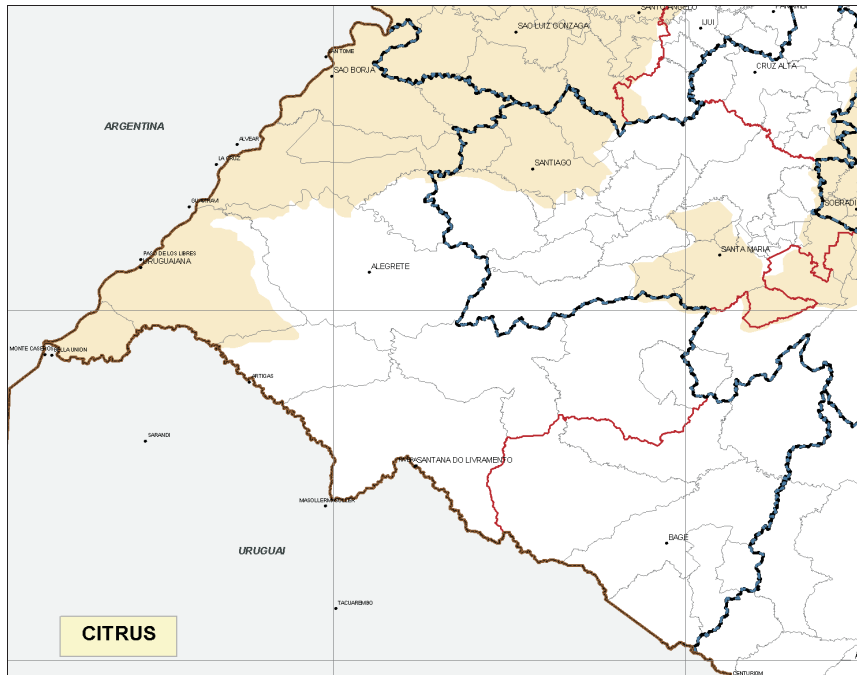
## **Estratégia 2 – Defesa e Fortalecimento da Fruticultura e da Orizicultura**

Esta estratégia busca ganhos de efetividade das atividades agrícolas, intensificando a fruticultura e orizicultura nas áreas propícias.

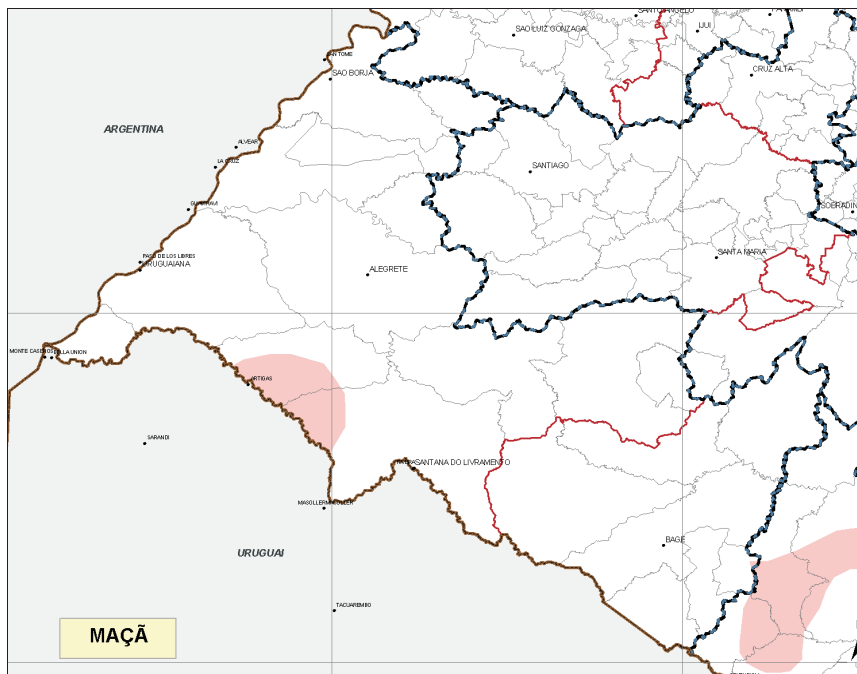
Na cultura do arroz, a eficiência é de 92% do *benchmark* nacional, representado pela Região Funcional 5, enquanto a produtividade (ton/ha) é 95% do *benchmark* nacional (COREDE Centro Sul). No entanto, a produtividade da fruticultura é baixa quando comparada aos *benchmarks* nacionais, como por exemplo a uva, com 34% da produtividade da Serra (*benchmark*); e laranja, com 45% da produtividade do maior produtor do Estado (Vale do Caí).

Finalmente, é necessário estabelecer adequado posicionamento na cadeia de frutas visando ao acesso a novos mercados.

Figura III-89 – Áreas aptas para Frutas: Maçã, Pêssego, Uva e Cítricos – RF 6

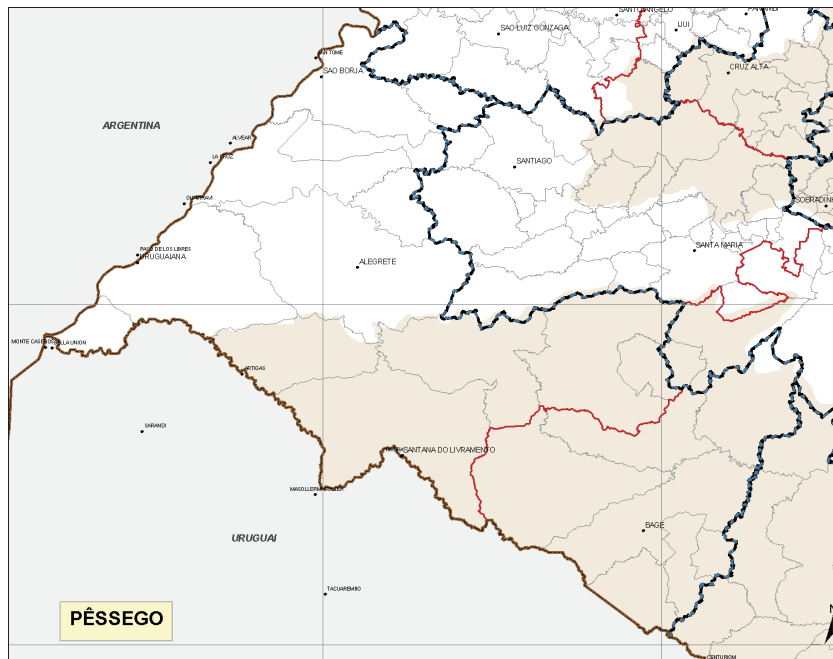


Fonte: Governo do Estado do RS, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico - Volume II, 1994

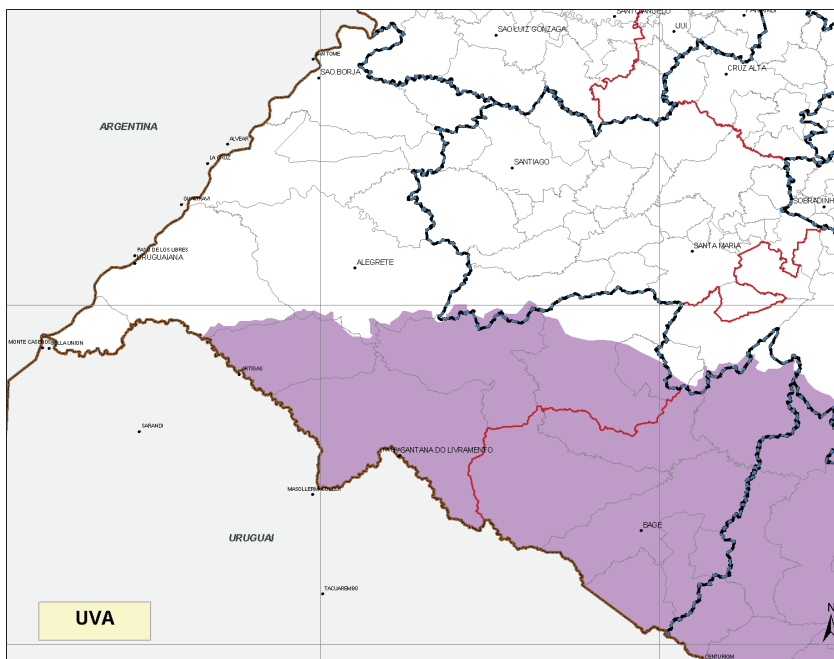


Fonte: Governo do Estado do RS, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico - Volume II, 1994

### Figura III-89 – Continuação



Fonte: Governo do Estado do RS, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico - Volume II, 1994



Fonte: Governo do Estado do RS, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico - Volume II, 1994



#### Estratégia 3 – Avanços Sociais

Existe uma grande necessidade de coordenação de políticas públicas *focando principalmente a complementaridade e sinergias entre os diversos programas de intervenção governamental*. O estado de pobreza, principalmente urbana, por exemplo em Bagé, que existe na região não será resolvido apenas pelas estratégias de foco econômico propostas, ou mesmo através de estratégias sociais independentes ou isoladas. Nesse contexto, a intervenção pública com estratégias sociais é imperativa.

Apesar da nova dinâmica econômica que será ensejada pelas estratégias supracitadas, elas são insuficientes para amenizar o problema social com a celeridade e a potência necessárias, principalmente nas áreas urbanas. Os poucos atrativos locais e o restrito mercado interno fazem com que a região permaneça em um círculo vicioso de pobreza relativa. Convém lembrar que esse fenômeno foi apontado pelo cenário tendencial deste estudo, o qual prevê o afastamento do PIB per capita da região da média estadual em 2015.

O Mapa do Fim da Fome, elaborado pelo IBRE-FGV, aponta que 21% da população de Uruguaiana e que 30% da população de Bagé estavam, em 1999, abaixo da linha de indigência. Lembrando que se trata de uma região de baixíssima densidade demográfica, mas com 85% da população em zonas urbanas, é nas suas cidades aonde os problemas sociais se mostram e devem ser combatidos. Isto torna a princípio mais fácil a focalização dessas políticas. Por outro lado, as frágeis finanças das prefeituras da região limitam em muito a capacidade destas executarem boas políticas sociais.

Assim sendo, dadas essas restrições, é recomendada uma *estratégia que vise diretamente metas sociais*. Essas melhorias na região, além de constituírem um fim em si mesmas, poderão *colaborar para os objetivos econômicos, uma vez que levam à melhoria da produtividade dos indivíduos através da acumulação de capital humano, em suas dimensões de educação e saúde*.

Vale lembrar que *programas de geração de renda e de emprego voltados para os mais pobres da região tenderão a ter um maior efeito multiplicador regional*, uma vez que tais cidadãos possuem as mais baixas propensões a demandar bens produzidos fora da região.

#### Estratégia 4 – Apoio à Atividades Emergentes e Potenciais

Trata-se de apoiar atividades econômicas que, apesar de não estarem incluídas nas estratégias anteriores, podem vir a ser relevantes para a diversificação produtiva e o desenvolvimento regional.

Existem novos setores nos quais já há sinais de sucesso. Identificaram-se os seguintes:

- Indústria florestal.
- Turismo.
- Extrativismo mineral.

### Quadro III-45 – Estratégias e objetivos da Região Funcional 6, até 2015

Estratégias	Objetivos
Modernização da pecuária	Produzir 400 mil t de carne em 2015, significando um crescimento médio de 7% a.a.
	Atingir 100% de rastreabilidade até 2010
	Exportar 65 mil t de carne em 2015, atingindo 4% do volume atual das exportações brasileiras
	Processar 12% da carne na região (contra os atuais 6%).
Defesa e fortalecimento da orizicultura e da fruticultura	Ocupar 22 mil ha com fruticultura, sendo 6 mil ha de uvas.
	Aumentar a participação das vendas para outros estados, atingindo 75% do arroz e 20% das frutas.
	Aumentar a produção de arroz a uma taxa média de 4% a.a. e de arroz beneficiado a 2,5% a.a.
Avanços sociais	Atingir 3,9% de analfabetismo em 2015, contra os 8,3% verificados em 2000
	Atingir 2,4% de mortes por causas indefinidas, contra os atuais 5,5% (2002)
	Atingir 10,52 % de mortalidade infantil, contra os 20,87% verificados em 2002
	Reduzir o índice de pobreza (famílias com renda per capita abaixo de 2 salários mínimos) dos 26,4%, constatados em 2000, para 7,1%
Apoio às atividades emergentes e potenciais	Atingir um coeficiente de reestruturação de 10%, aumentando a diversificação da estrutura produtiva.
	Aumentar a produção vinculada à silvicultura a uma taxa média de 15% a.a., atingindo 820 mil t anuais.
	Duplicar o número de trabalhadores do setor alojamento e alimentação atingindo 8,2 mil em 2015
	Crescer a uma taxa média de 9% a.a. a produção ligada a: rochas ornamentais, carvão, argila e calcário.

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

#### III.3.6.4. Programas e Projetos

A **Figura III-90** apresenta o conjunto de programas e projetos e sua articulação com as diferentes estratégias. São 100 projetos, distribuídos em 28 programas. O detalhamento referente à distribuição da execução dos projetos no tempo e à estimativa dos recursos necessários é apresentado no **Anexo I**.

Figura III-90 – Gráfico de Objetivos e Meios para a RF 6

MACRO OBJETIVO	ESTRATÉGIAS	COMPONENTE	PROGRAMAS	PROJETOS	
Exploração efetiva e eficaz das potencialidades naturais da pecuária, fruticultura, rizicultura, extrativismo e redução da defasagem social em relação às médias estaduais	1. Modernização da Pecuária		1. Estímulos Econômicos	a) Redirecionamento das Linhas de Crédito e Financiamento para a Modernização da Pecuária b) Incentivos a Modernização da Pecuária c) Integração da Pecuária Familiar aos Frigoríficos d) Fortalecimento da Extensão Rural Acolpada e Financiamentos Agropecuários e) Inteligência Competitiva f) Suporte ao Empreendedor g) Eficiência Coletiva - Incentivo ao Associativismo e Cooperativismo h) Apoio à Exportação	
			2. Desenvolvimento de Pesquisas e Divulgação	a) Fortalecimento da Difusão de Informações Tecnológicas b) Credibilidade do Modelo de Restreamento para Procedência da Carne dos Pampas c) Certificação de Qualidade e Apoio à Inovação d) Programa de Apoio ao Registro de Marcas e Patentes	
			3. Suprimento de Infra-Estruturas	<b>A. Transportes</b> a) Grandes Eixos de escoamento da Produção e Exportações b) Integração de Fronteiras - Mercosul e Santa Catarina c) Incorporação de Áreas Produtivas d) Eixos de Integração Regional e Inter-Regional e) Acessos Capilares a Municípios <b>B. Energia</b> a) Superação de Gargalos em Linhas de Transmissão b) Universalização do Suprimento Rural Adequado (Luz para Todos) c) Melhoria do Suprimento Rural (Energia Forte) <b>C. Telecomunicações</b> a) Universalização da Telefonia Rural b) Fortalecimento de Centros de Difusão de Informações Tecnológicas (Infra-Estrutura Informatizada)	
			4. Capitalização do Potencial Ambiental	a) Fortalecimento do Controle e Defesa Agropecuária	
	2. Defesa e Fortalecimento da Fruticultura		1. Estímulos Econômicos	a) Incentivos a Segmentos Promissores b) Inteligência Competitiva c) Extensão Rural Acolpada e Financiamentos d) Eficiência Coletiva	
			2. Suprimento de Infra-Estruturas	<b>A. Transportes</b> a) Grandes Eixos de Escoamento da Produção e Exportações b) Integração de Fronteiras - Mercosul e Santa Catarina c) Incorporação de Áreas Produtivas d) Eixos de Integração Regional e Inter-Regional e) Acessos Capilares a Municípios <b>B. Energia</b> a) Superação de Gargalos em Linhas de Transmissão b) Universalização do Suprimento Rural Adequado (Luz para Todos) c) Melhoria do Suprimento Rural (Energia Forte) <b>C. Telecomunicações</b> a) Universalização da Telefonia Rural b) Fortalecimento de Centros de Difusão de Informações Tecnológicas (Infra-Estrutura Informatizada)	
			3. Desenvolvimento de Pesquisa e Divulgação	a) Desenvolvimento de Pesquisas b) Difusão de Informações Tecnológicas	
			4. Manutenção do Potencial Ambiental	a) Controle e Defesa Agropecuária b) Implantação de Viveiros	
	2. Defesa e Fortalecimento da Fruti-Rizicultura		1. Desenvolvimento de Pesquisas e Divulgação	a) Pesquisa em Novos Cultivares b) Divulgação de Informações Tecnológicas c) Capacitação em Novas Técnicas e Gestão da Comercialização	
			2. Capitalização do Potencial Ambiental	a) Monitoramento Hidrológico para Controle e Outorga do Uso da Água b) Incentivos a Sistemas de Plantio Eficientes no Uso da Água para Arroz Irrigado	
			3. Manutenção do Potencial Ambiental	a) Destinação Adequada de Resíduos de Arroz b) Redução do Uso de Agroquímicos c) Restauração de Matas Ciliares	
			4. Suprimento de Infra-Estruturas	a) Upgrade em Armazenamento	
3. Avanço Sociais		1. Estímulos Econômicos	a) Micro-Crédito Urbano b) Suporte ao Empreendedor		
		2. Suprimento de Serviços Sociais	<b>A. Fortalecimento Educacional</b> a) Escola de Tempo Integral b) Avaliação de Desempenho c) Atendimento à Demanda por Ensino Básico <b>B. Fortalecimento no Atendimento em Saúde</b> a) Construção de Leitos Hospitalares b) Expansão do Programa Saúde da Família <b>C. Melhorias e Suprimento Habitacional</b> a) Construção de Novos Domicílios Urbanos b) Construção de Unidades Sanitárias nos Domicílios <b>D. Combate à Pobreza</b> a) Renda Básica		
		3. Recuperação Ambiental Urbana	a) Ampliação da Rede de Coleta Domiciliar b) Tratamento e Destinação de Esgotos Domiciliares e Industriais c) Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos		
		4. Fortalecimento de Serviços Urbanos	a) Áreas Industriais b) Inclusão na Sociedade de Informações (wi-fi) c) Suprimento de Linhas de Transmissão de Dados de Alta Capacidade		
		1. Estímulos econômicos	a) Incentivos aos Segmentos Agrícolas e Industriais da Cadeia b) Direcionamento de Linhas de Crédito e Financiamento c) Assistência Técnica Acolpada ao Financiamento Rural – Extensão Rural d) Suporte ao Empreendedor		
		2. Capitalização do Potencial Ambiental	a) Marco Regulatório - Regulação Ambiental da Silvicultura b) Criação / Fortalecimento de Viveiros		
		3. Suprimento de infra-estruturas	<b>A. Transportes</b> a) Grandes Eixos de Escoamento da Produção e Exportações b) Integração de Fronteiras - Mercosul e Santa Catarina c) Incorporação de Áreas Produtivas d) Eixos de Integração Regional e Inter-Regional e) Acessos Capilares a Municípios <b>B. Energia</b> a) Superação de Gargalos em Linhas de Transmissão b) Universalização do Suprimento Rural Adequado (Luz para Todos) c) Melhoria do Suprimento Rural (Energia Forte) <b>C. Telecomunicações</b> a) Universalização da Telefonia Rural b) Fortalecimento de Centros de Difusão de Informações Tecnológicas (Infra-Estrutura Informatizada)		
		4. Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação Técnica e Gerencial	a) Capacitação Técnica e Profissional b) Pesquisas em Novos Cultivares e Tecnologias c) Difusão de Informações Tecnológicas		
		5. Manutenção do Potencial Ambiental	a) Restauração de Matas Ciliares		
		4. Apoio a Atividades Emergentes e Potenciais	2. Apoio ao Extrativismo	1. Estímulos Econômicos	a) Incentivos ao Segmento Extrativo Mineral b) Direcionamento de Linhas de Crédito e Financiamento c) Suporte ao Empreendedor d) Eficiência Coletiva e) Estruturação das Cadeias de Extrativismo
				2. Desenvolvimento e Capacitação	a) Pesquisas em Novos Produtos, Processos e Design b) Capacitação em Novos Produtos e Design
				3. Suprimento de Infra-Estruturas	
4. Manutenção do Potencial Ambiental	a) Termos de Ajustes de Conduta das Explorações Minerais				
3. Apoio ao Turismo Emergente		1. Estruturação do Turismo na Região	a) Plano Diretor de Turismo b) Estruturação Turística		
		2. Estímulos Econômicos	a) Incentivos à Atividades Hoteleira e de Alimentação		
		3. Desenvolvimento e Capacitação	a) Capacitação no Atendimento ao Turista		

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

## III.7. Região Funcional 7

### III.7.1. Perfil e Desempenho Recente

A Região Funcional 7 de planejamento, situada nas fronteiras com a Argentina, reúne três COREDEs – Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial – que possuem homogeneidade na produção agrícola voltada aos grãos, apesar da região de Missões ter características fundiárias distintas das duas outras.

**Figura III-91 – Homogeneidade e Polaridade da RF 7**

MISSÕES	NOROESTE COLONIAL	FRONTEIRA NOROESTE
<b>Em Dificuldade</b>	<b>Em Transição</b>	<b>Emergente</b>
Potencial, dinâmica econômica e condições sociais muito abaixo da média estadual	Potencial, dinâmica econômica e condições sociais pouco abaixo da média estadual	Dinâmica econômica alta, mas potencial e condições sociais abaixo da média estadual
	Distância a Mercados	
“Barreira” com Argentina/Mercosul		
Cadeia de Máquinas/Implementos nos pólos principais – APLs de máquinas e pós-colheita		
Polarizações internas: empregos, rede urbana, universidades e saúde		
Produtos agrícolas dominantes: soja (primaz), milho e trigo		
Eixo urbano-industrial resiliente: Horizontina, Três de Maio, Santa Rosa, Santo Ângelo, Ijuí e Panambi		

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Além dessa base econômica agrícola, algumas características próprias e resilientes devem convergir para um projeto regional comum:

- As distâncias a mercados – RMPA, Porto do Rio Grande, restante do País – e a “barreira” física do Rio Uruguai, com a Argentina e Mercosul;
- A forte presença da cadeia de máquinas e equipamentos agrícolas gaúcha, que forma na região, um eixo industrial interligando seus principais pólos – Santo Ângelo, Santa Rosa, Horizontina, Ijuí e Panambi, abarcando todos os COREDEs constituintes;
- Fortes interações entre eles nas polarizações de empregos, nas viagens de transportes, na rede e hierarquia urbana, nas universidades e centros de pesquisas, nos serviços de saúde;

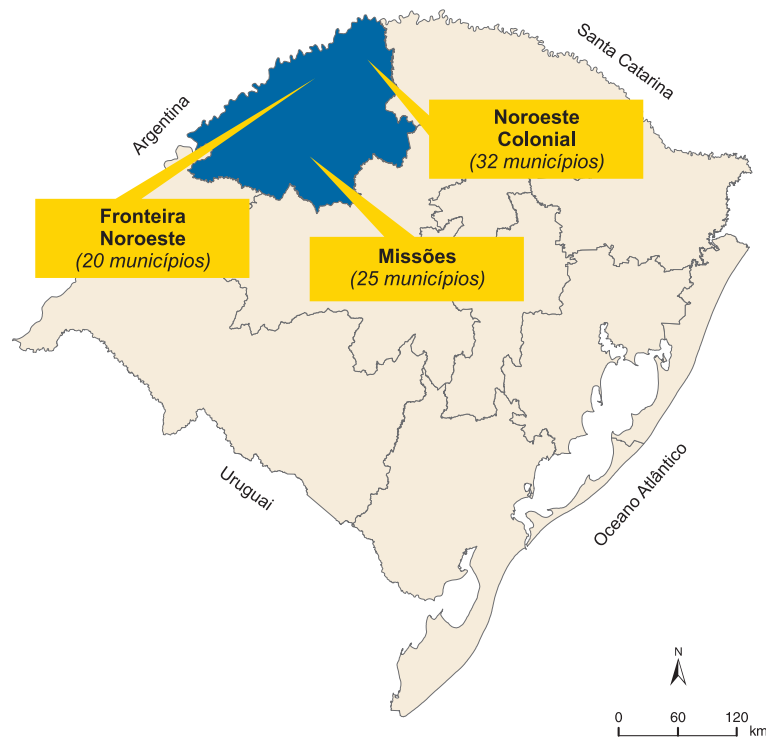
Certa homogeneidade no grau de investimentos públicos e dependência de recursos externos, na renda baixa com pobreza estável ou aumentando e no grau de médio a alto de potencialidades para usos agrícolas, com algumas exceções em Missões.

No entanto, os COREDEs constituintes situam-se em patamares distintos:

- O COREDE Missões foi considerado “Em Dificuldades”, já que conta com crescimento econômico, potencialidades socioeconômicas e ambientais e nível de desenvolvimento social muito abaixo das médias estaduais;
- O COREDE Noroeste Colonial situa-se em posição pouco acima do anterior, como “Em Transição”, mas também com crescimento econômico, potencialidades socioeconômicas e ambientais e nível de desenvolvimento social pouco abaixo das médias estaduais;
- E o COREDE Fronteira Noroeste foi considerado como “Emergente”, pois, embora com potencialidades socioeconômicas e ambientais e nível de desenvolvimento social abaixo das médias estaduais, alcançou um bom desempenho econômico na última década.

Situada totalmente na Bacia do Uruguai, destaca-se por conter uma barreira entre os territórios do Estado e a vizinha Argentina, formada pelas barrancas acentuadas do rio, constituindo-se em área de recarga do aquífero Guarani, sendo essas barrancas, sua área de descarga e prioritárias para conservação de vegetações.

**Figura III-92 – Municípios e COREDEs da RF 7**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

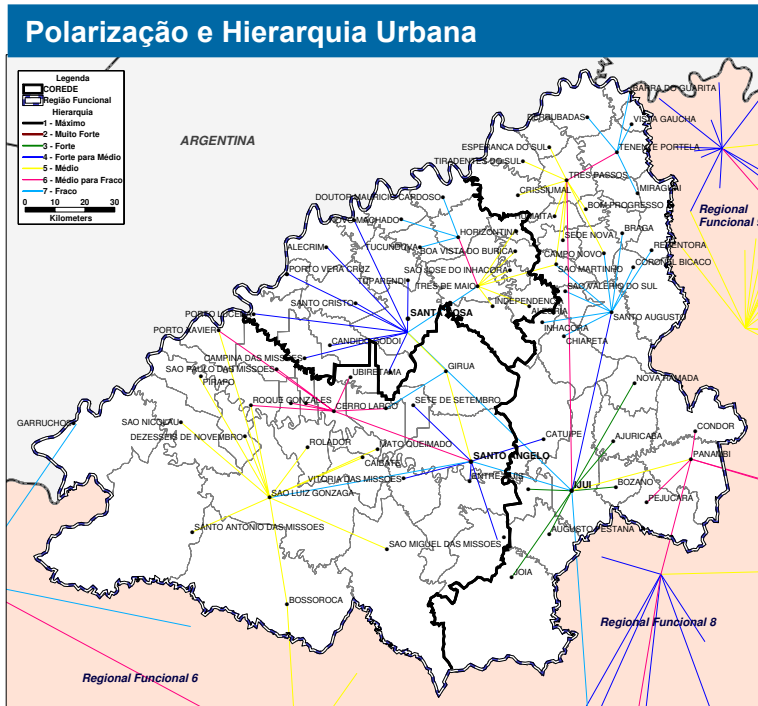
A população regional de 783 mil habitantes em 2000 representava 7,7% da estadual, tendo diminuído a participação de 8,7% que detinha em 1991. No período, a região apresentou um declínio populacional anual de 0,2%, observado em todos os COREDEs componentes, sendo as maiores perdas na população rural, as urbanas tendo sofrido leve aumento ou permanecido estável, como no Noroeste Colonial.

A urbanização tem alcançado taxas positivas – 1,2% a.a. – demonstrando uma pequena ampliação dos 77 centros urbanos que a compõem, embora a população rural continue com percentuais dos mais elevados do Estado: 37%.

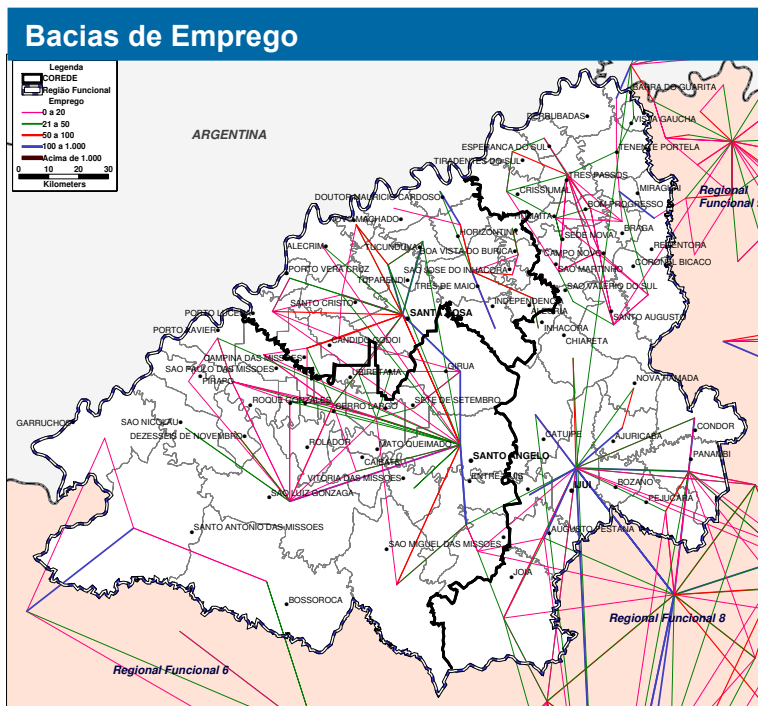
Os três centros regionais – Santa Rosa, Santo Ângelo e Ijuí – concentram 38,3% da população urbana regional. Destaca-se que, embora a população se concentre nos centros de médio porte, há ainda um percentual elevado nos pequenos municípios, indicando a predominância de populações rurais.

A evolução do PIB total da Região Funcional 7 entre 1990 e 2002, alcançou um desempenho semelhante à média estadual, de 2,3% a.a., o quinto do Estado, passando de R\$ 5,4 bilhões para R\$ 7,2 bilhões, mantendo sua participação no PIB estadual em 6,6%. Ressalte-se que de 1990 a 1996 a região alcançou taxas de crescimento do PIB de 3,9% a.a, bem mais altas que a média estadual de 2,9% a.a. no período, tendo caído bruscamente para 0,84% a.a. entre 1996 e 2002, bem abaixo da média estadual de 1,8% a.a., o que indica perda de dinamismo.

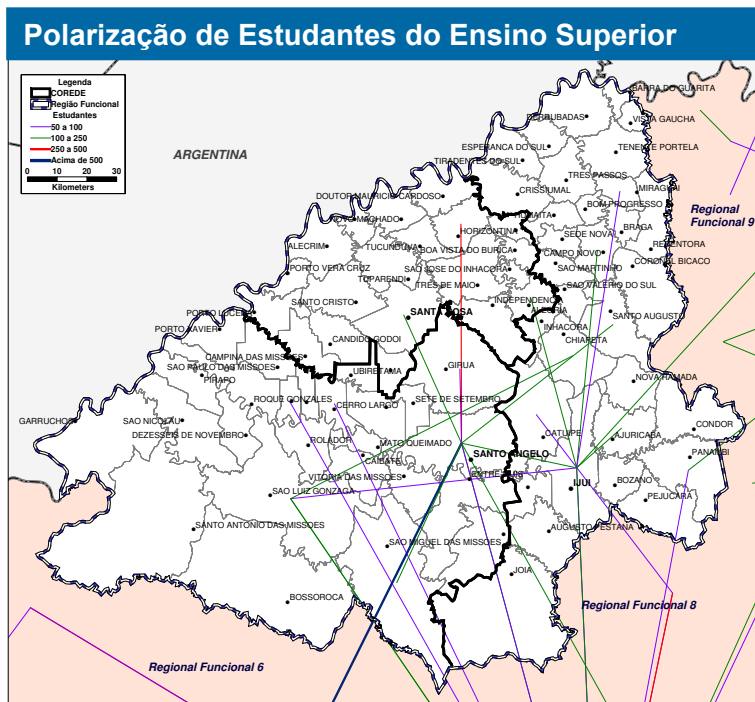
Figura III-93 – Polarizações, Sistema Viário e Potencialidades Ambientais



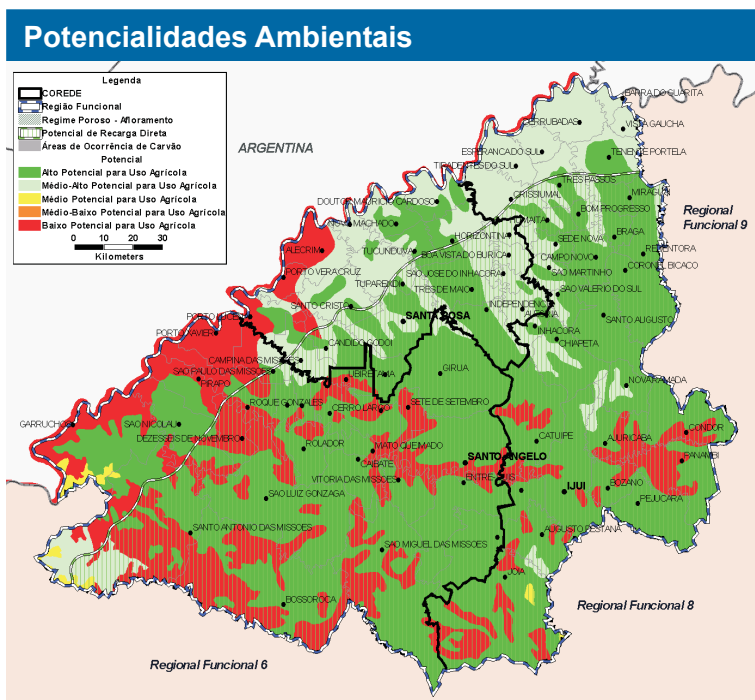
Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC



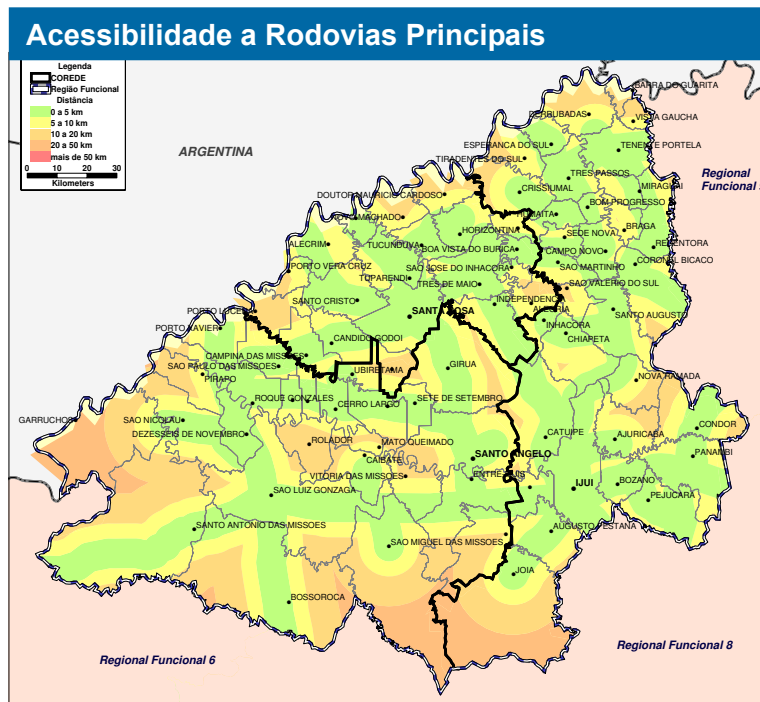
Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC



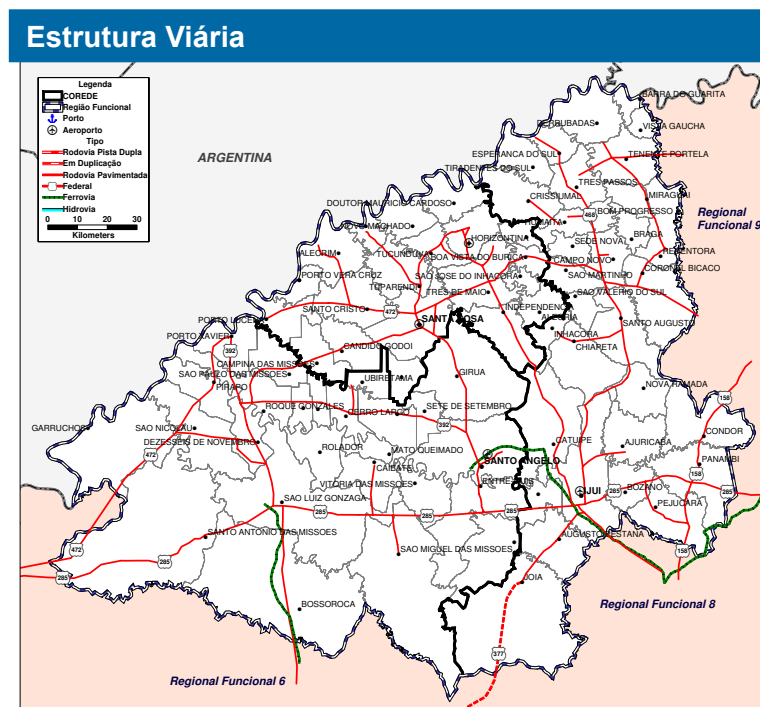
Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC



Figura III-93 – Continuação



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Esse desempenho econômico, aliado às perdas populacionais, refletiram-se no aumento do PIB per capita regional: de 75% da média estadual em 1990, passou para 89% dessa média em 2002, o que representou um crescimento de 2,6% do PIB per capita, contra 2,3% do PIB registrado no período.

A estrutura produtiva regional apóia-se no setor de comércio e serviços, responsável por 47% do PIB regional, com boa evolução desde 1990 – 1,6% a.a. – seguido do setor agropecuário, com 31% do PIB regional, também evoluindo a taxas de 2,4% a.a. e por último o industrial, com 22%, mas com forte evolução recente: 5,5% a.a.

O setor de comércio e serviços dominante tem âmbito de atendimento regional, já que a área é distante da metrópole e conta com vários centros urbanos de porte, distribuídos em cada COREDE: Santa Rosa, Santo Ângelo e Ijuí. Trata-se de um setor terciário pouco desenvolvido, dadas as baixas rendas médias per capita regionais, que caracterizam um mercado pouco atraente.

No turismo, embora tenha patrimônio histórico-cultural das missões jesuíticas e natural do Salto do Yucumã e Parque Estadual do Turvo, o desenvolvimento tem sido irrisório. Não contém nenhuma das localidades classificadas como de maior movimentação interestadual e internacional de transportes terrestres e aeroportuários, e o número de estabelecimentos e pessoal ocupado em alimentação e alojamento, cresceu pouco entre 2000 e 2003, cerca de 3%. A infra-estrutura de quartos de hospedagem é a de menor participação no Estado – 3% – embora tenha aumentado entre 1996 e 2001 em 4% a.a., alcançando cerca de 500 quartos apenas. Segundo fontes do SEBRAE, a movimentação turística em São Miguel das Missões situa-se em cerca de 50 mil visitantes anuais.

Na agropecuária, embora mantendo sua participação de cerca de 30%, perdeu posição no PIB estadual: de 16,5% em 1990 para 13,7% em 2002. No setor, destaca-se como segmento dominante a soja – primaz – responsável por cerca de 63% do valor da produção agrícola regional em 2002, tendo apresentado alto crescimento desde 1990 (12,3% a.a.), produtividades altas e espraiando-se em todos os municípios integrantes da região. Destacam-se, além dele, o trigo e o milho, que observaram aumento do plantio e produtividade, e a mandioca, também disseminados em todos os municípios, que, juntos, representam cerca de 93% do valor da produção agrícola regional. Além desses, a cana-de-açúcar vem se expandindo, com produtividades crescentes e o arroz, que se concentra apenas no Missões, apresentou decréscimo de áreas e de produtividade.

A menos da mandioca, milho, fumo e frutas, as demais são culturas empresariais – grandes extensões e mecanização – que se chocam com a estrutura fundiária regional encontrada em 1996: 90% eram pequenas propriedades com até 50 ha, que ocupavam apenas 40% da área disponível para a agropecuária e, entre elas, 70% pertenciam aos proprietários, refletindo a base agrícola familiar dominante. Assim, qualquer medida de apoio ao setor, passa,

necessariamente, pela superação das dificuldades dos pequenos produtores, no acesso a créditos, assistência, conhecimentos e infra-estruturas diversas. Isto é mais verdade quando se observa que, a menos da uva, banana e batata-doce, que tiveram pequeno aumento de área plantada e de produtividade entre 1990 e 2003, todas as demais frutas, entre elas – pêssego, laranja, tangerina, melancia, abacaxi, figo, mamão, pêra e tomate, e mesmo a mandioca, o fumo e a erva-mate, adequadas às pequenas propriedades, embora tenham tido aumento ou involuções de áreas plantadas, observaram sistemáticos decréscimos nas produtividades.

O setor industrial, que representava 15% do PIB total regional em 1990, cresceu sua participação para 22% em 2002, alcançando R\$ 1,5 bilhão, aumentando também sua participação no Estado: de 2,3% para 3,5%.

O sub-setor de máquinas, equipamentos e tratores é dominante, com 21% do VAB industrial do Estado neste segmento e 57% do VAB industrial regional, embora mais concentrado na porção da Fronteira Noroeste (15% do Estado) e Noroeste Colonial (6% do Estado). Têm também participações menores no VAB, os sub-setores de produtos de origem animal, óleos comestíveis, laticínios e produtos de origem vegetal. Com alto crescimento do VAB, embora com participação ínfima, vêm surgindo os segmentos de cimento, alta tecnologia, material de transportes e siderúrgica e sucatas.

Com exceção do elo de máquinas, equipamentos e tratores da cadeia automotiva, no qual a região conforma o eixo produtor mais importante do Estado – Horizontina, Três de Maio, Santa Rosa, Santo Ângelo, Panambi, Condor e Pejuçara – apenas cadeias agroindustriais são representativas na região, embora com produções agrícolas sempre superiores aos processamentos industriais.

Os desafios em infra-estruturas para a região situam-se especialmente nos transportes, onde as redes ineficientes não permitem comunicações físicas internas e externas à região, comprometendo a produção econômica e busca de mercados e o acesso a serviços urbano-sociais; mas também na energia, onde há durações de falhas de energia acima dos padrões aceitáveis, revelando ineficiência e falta de capacidade das redes de transmissão, assim como deficiências no suprimento rural. Este atendimento rural também é muito deficiente em termos de telecomunicações, comprometendo o acesso a novas informações e conhecimentos que dinamizem produções agropecuárias dominantes e emergentes.

A estrutura viária regional, formando uma malha quadrangular ampla, apóia-se preponderantemente no eixo da BR-285, no sentido leste-oeste, que a integra a Passo Fundo na porção leste do Estado assim como, conectando-se com a BR-386, a Porto Alegre, e, com a BR-158, a Rio Grande.

A oeste, rumo a São Borja e Uruguaiana, passagens para a Argentina, desse eixo principal partem várias radiais transversais, rumo norte-sul:

- BR-168, desde Santa Catarina, atravessando as barrancas do rio Uruguai ao norte, até São Luiz Gonzaga e rumo sul, à Região Funcional 8;
- RS-344, desde Horizontina ao norte, até Santo Ângelo;
- RS-342, desde Horizontina a Ijuí;
- BR-468/RS-155, desde Três Passos ao norte, até Ijuí;
- BR-158, na extremidade leste da região, vinda da Região 9 rumo à 8.

Interligando essas rodovias há trechos desconectados: a BR-392, entre Santo Ângelo e Porto Xavier; a BR-472, entre Porto Lucena e Três de Maio; e a RS-210, entre Três de Maio e a BR-468; a BR-472 na extremidade norte e a BR-468, mais ao sul, interligando esta Região com a 9 adjacente.

Desses eixos principais saem os acessos aos 77 municípios da região, conformando estruturas em espinha de peixe, que dão acesso apenas às sedes municipais e, mesmo assim, com 24 delas sem acesso asfaltado. Assim, são deficientes as ligações intermunicipais, sendo uma das razões pelas quais a rede rodoviária regional é considerada ineficiente, com baixas densidades rodoviárias, quilometragem per capita, percentual de rodovias com pavimentos precários, entre outros fatores. Grandes porções ao sul da região, têm distâncias a eixos principais que variam de 20 km a 50 km.

A linha ferroviária vem de Passo Fundo, passa por Ijuí e Santo Ângelo e ruma para o sul, estando desativado o ramal para Santa Rosa (Fronteira Noroeste).

Os fluxos originados na região e os que passam por ela rumo a outros destinos, ocasionam muitas linhas de desejo, onde estão mapeadas as viagens equivalentes de ônibus, caminhões e autos que ocorrem entre as várias origens e destinos na região e fora dela.

Verifica-se que os fluxos com maiores intensidades ocorrem nos eixos urbano industriais entre Santa Rosa, Santo Ângelo e Ijuí e entre São Luiz Gonzaga e Ijuí, de onde rumam para Cruz Alta, na vizinha Região 8, com destinos para Porto Alegre ou Rio Grande.

Apesar da ineficiência interna e externa constatada, a região é atravessada por três das principais rotas de transportes do Rio Grande do Sul:

- A rota Santa Catarina e Norte do Rio Grande do Sul – Argentina via Uruguaiana, rodo-ferroviária, transportando principalmente, arroz beneficiado, máquinas e implementos agrícolas e rações;
- A rota Norte do Rio Grande do Sul rumo a Porto Alegre, também rodo-ferroviária, transportando principalmente, cereais brutos e processados, adubos e combustíveis;

- A rota Norte do Rio Grande do Sul rumo a Rio Grande, rodo-ferroviária, transportando principalmente soja, fumo e fertilizantes.

Essas rotas ocasionam carregamentos de transportes rodo-ferroviários na região, onde se observa alguns gargalos.

Por conta desses grandes fluxos e também pela topografia mais ondulada ou montanhosa, alguns trechos estão próximos ao limite das capacidades, como registra o **Quadro III-46**.

#### Quadro III-46 – Gargalos em Transportes – RF 7

Trecos com capacidade esgotada		
Rodoviário	Regional	BR-158 (Trecho Santa Bárbara do Sul – Panambi)
Rodoviário	Nacional	BR-285 (Trecho Panambi – Pejuçara)
Rodoviário	Nacional	BR-285 (Trecho Pejuçara – Ijuí)
Rodoviário	Nacional	BR-285 (Trecho Ijuí – Cruz alta)
Rodoviário	Nacional	BR-285 (Trecho Cruz alta – Catuípe)
Rodoviário	Regional	RS-342 (Trecho próximo à saída para Augusto Pestana)
Rodoviário	Regional	RS-344 (Trecho Giruá – Guarani das Missões)
Rodoviário	Regional	RS-344 (Trecho Santo Ângelo – Santa Rosa)
Rodoviário	Regional	RS-472 (Trecho Rio Turvo – Padre Gonzalez)
Trecos com pavimentação precária		
Rodoviário	Regional	BR-285 (Trecho Santo Ângelo – São Miguel das Missões)
Rodoviário	Regional	BR-468 (Trecho Humaitá – Tenente Portela)
Rodoviário	Regional	RS-168 (Trecho Roque Gonzales – Cerro Largo)
Rodoviário	Regional	RS-305 (Trecho Crissiumal - Três Passos)
Rodoviário	Regional	RS-317 (Trecho Tenente Portela – Redentora)
Rodoviário	Regional	RS-317 (Trecho Coronel Bicaco – Palmeira das Missões)
Rodoviário	Regional	RS-330 (Trecho Tenente Portela – Miraguaí)
Rodoviário	Regional	RS-330 (Trecho Miraguaí – Redentora)
Rodoviário	Regional	RS-342 (Trecho Ijuí - São Luiz Gonzaga)
Rodoviário	Regional	RS-342 (Trecho Horizontina)
Rodoviário	Regional	RS-342 (Trecho Horizontina – Tucunduva)
Rodoviário	Regional	RS-342 (Trecho Tucunduva – Vila Progresso)
Rodoviário	Regional	RS-571 (Trecho Chiapeta – Santo Augusto)

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

As 24 sedes municipais sem asfalto (35% dos municípios e cerca de 10% da população) têm dificuldade de integração regional em busca de serviços e do escoamento de produções:

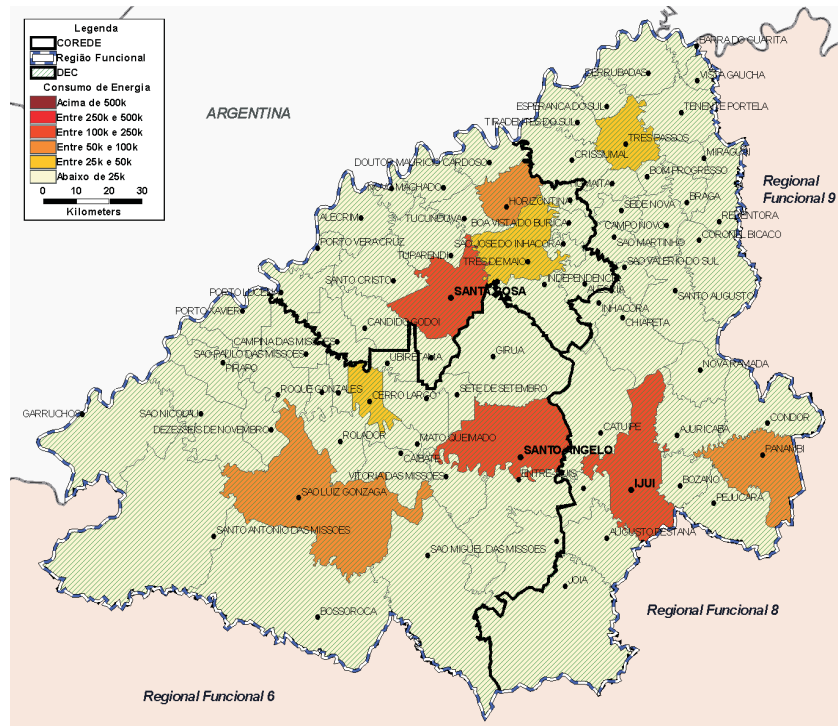
- Seis sedes no Fronteira Noroeste – Alegria, Nova Candelária, Novo Machado, Porto Vera Cruz, São José do Inhacorá e Sen. Salgado Filho, que representam 13% da população do COREDE;
- Sete sedes no Missões – Eugênio de Castro, Garruchos, Pirapó, Rolador, Ubiretama, Mato Queimado e Vitória das Missões, envolvendo 8% da população do COREDE;
- Onze sedes no Noroeste Colonial – Barra do Guarita, Bozano, Braga, Derrubadas, Inhacorá, Nova Ramada, São Valério do Sul, Sede Nova, Tiradentes do Sul, Bom Progresso e Vista Gaúcha, envolvendo 11% da população do COREDE.

Há um aeroporto classificado como turístico em Santo Ângelo, identificado como gargalo, e outro regional em Santa Rosa, ambos sob administração estadual. Em termos de armazenagem, destaca-se Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga, no Missões, com armazém de grãos da CESA (111 mil ton), mas a maior capacidade está nos armazéns da CONAB. A região tem o maior volume de armazéns de grãos do Estado (20% – 3,5 milhões de ton.) e 12% do Estado em armazéns de ensacados (356 mil ton), distribuídos em toda a região, mas com grande concentração em Santa Rosa, Santo Ângelo, Giruá, Ijuí, São Luiz Gonzaga e Entre Ijuís.

Do ponto de vista da transmissão, várias linhas de alta capacidade (500 KV) a média e baixa capacidade (de 230 KV a 69 KV), atravessam seu território, não suprimindo adequadamente aos consumos crescentes – de cerca de 1,42 mil MWh em 2000 para 1,54 mil MWh em 2003 (2,6% a.a.), maior que o do PIB regional (2,3% a.a.). Há um gargalo de transmissão especialmente na linha que interliga Santa Rosa a Horizontina. Os altos consumos concentram-se nos três pólos urbano industriais da região (Santa Rosa, Santo Ângelo e Ijuí).

Com esse crescimento, tanto a duração de falhas de suprimento como sua frequência têm valores acima dos padrões aceitáveis pela ANEEL, o que reflete atendimentos inadequados (**Figura III-94**).

Figura III-94 – Consumo de Energia na RF 7



Fonte: FEE, 2003

A densidade de telefonia fixa apresenta-se baixa em quase toda a região, exceção aos municípios de Santa Rosa, Santo Ângelo e Ijuí, onde varia entre 20 a 30 telefones por 100 habitantes (ainda abaixo das médias nacionais de 24/100 habitantes). Na grande maioria dos demais municípios, a densidade situa-se entre 10 a 15 telefones/100 habitantes.

Na telefonia móvel a área de registro da região, que agrega toda a porção oeste do Estado, apresenta uma densidade de 57,5 pontos de acesso/100 habitantes, a segunda maior do Estado, superior à média estadual de 55/100 habitantes. Embora este atendimento melhore o nível de comunicações da região, para efeito social e de negócios, ressalta-se que neste tipo de telefonia o acesso à internet hoje é praticamente impossível pelos altos custos, reduzindo-se as oportunidades de acesso ao conhecimento e inovações que possam modernizar o campo.

O acesso a conhecimento e informações também pode ser focado pela existência de linhas de transmissão de dados. Neste ponto, a região não conta com *backbones* comerciais que a interligue a Porto Alegre e a outros centros, assim como a rede Tchê (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa) interliga apenas a Universidade de Ijuí às demais universidades regionais situadas em outros centros.

A região tem indicadores referentes a informação e desenvolvimento inferiores às médias gaúchas. Sua participação nos grupos de pesquisa do CNPq, o número de pessoas formadas em áreas técnicas e comerciais (1,3%), o número de pessoas freqüentando universidade (6,9%), com acesso a computadores (6%) e ocupadas em informática (0,05%) em todos estes aspectos, a região está em posição inferior ao restante do Estado.

No entanto, quando se consideram aspectos qualitativos, há que se destacar o papel da universidade regional de Ijuí, no Noroeste Colonial, mas com abrangência regional, com campi em Panambi, Santo Augusto, Três Passos e Tenente Portela, mas também em Santa Rosa (Fronteira Noroeste), que congregam mais de 11 mil alunos. E a URI (Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões), que, embora com sede em Erechim, tem campi em São Luiz Gonzaga e Cerro Largo (Missões) e mais de 13 mil alunos.

A polarização exercida por esses centros universitários e de pesquisas extrapola os limites regionais, exercendo polarização em porções dos COREDEs adjacentes de Jacuí-Centro e Central.

Além das universidades há a destacar as unidades da FEPAGRO e da EMATER em Ijuí e em Santa Rosa, voltadas a pesquisas agropecuárias; os grupos de pesquisas financiados pelo CNPq e FAPERGS, sendo 27 na UNIJUÍ e 38 na URI; e os Pólos de Modernização Tecnológica da UNIJUÍ em Santa Rosa (produtos cárneos e fermentados e processamento agroindustrial); da UNIJUÍ nessa cidade (peixes, plantas aromáticas); e da URI em Santo Ângelo (nitretação e plasma para uso industrial).

Os desafios nesta área situam-se na conexão entre os vários centros e ampliação de pesquisas e disseminação de resultados, voltadas a áreas produtivas dinâmicas e dominantes regionais, aumentando produtividades e reduzindo problemas ambientais.



**III.3.7.2. Cenário Tendencial**

A persistirem as tendências recentes de desenvolvimento socioeconômicas e demográficas, as perspectivas para o futuro da região apontam para uma leve queda na participação da região no PIB estadual e, embora o PIB per capita permaneça perto das médias estaduais, ampliam-se as desigualdades na renda e assiste-se a um crescimento acelerado da urbanização.

As estimativas populacionais para a região apontam para a persistência de taxas anuais negativas entre 2000 e 2015 (– 0,22%a.a contra 1,01% da estadual), diminuindo ligeiramente a participação da população no Estado: de 7,5% em 2000 para 7,3% em 2015. A população estará em torno de 757 mil habitantes, sendo 586 mil urbanas (77%) e apenas 171 mil rurais (23%).

Assim, nesse crescimento destaca-se preponderantemente a população urbana, com taxas de 1,2% a.a., enquanto a rural deverá decrescer a altas taxas negativas de 3,5% a.a., acompanhando o declínio do setor agropecuário.

As estimativas de desenvolvimento econômico para a Região Funcional 7 apontam para taxas anuais de crescimento do PIB sempre pouco menores que as médias estaduais. Como resultado, sua participação no PIB estadual recua levemente, passando de 6,6%, em 2003, para 6,4%, em 2015.

Na estrutura setorial, é previsto um forte declínio no setor agropecuário (de 30% do PIB em 2003 para 24% em 2015), em favor do industrial (de 16,5% para 20% no período) e do comércio e serviços (de 52,8% para 55,2%), reforçando o papel industrial e de atendimento regional dos pólos urbanos principais.

Na agricultura, nos produtos dominantes – soja, milho, trigo e mandioca – a região apresenta desvantagem competitiva especializada, situação das menos adequadas. Cresce menos que a média estadual e brasileira, sendo portanto menos competitiva e eficiente, dependendo fortemente da flutuação positiva dos mercados nacionais e internacionais, para conseguir retornos compensatórios.

A produção de frutas, de amendoim e de cana-de-açúcar vem crescendo expressivamente. Sua consolidação como alternativa para a pequena propriedade necessita assistência técnica que garanta plantios com produtividade e eficiência no mesmo nível dos melhores do país.

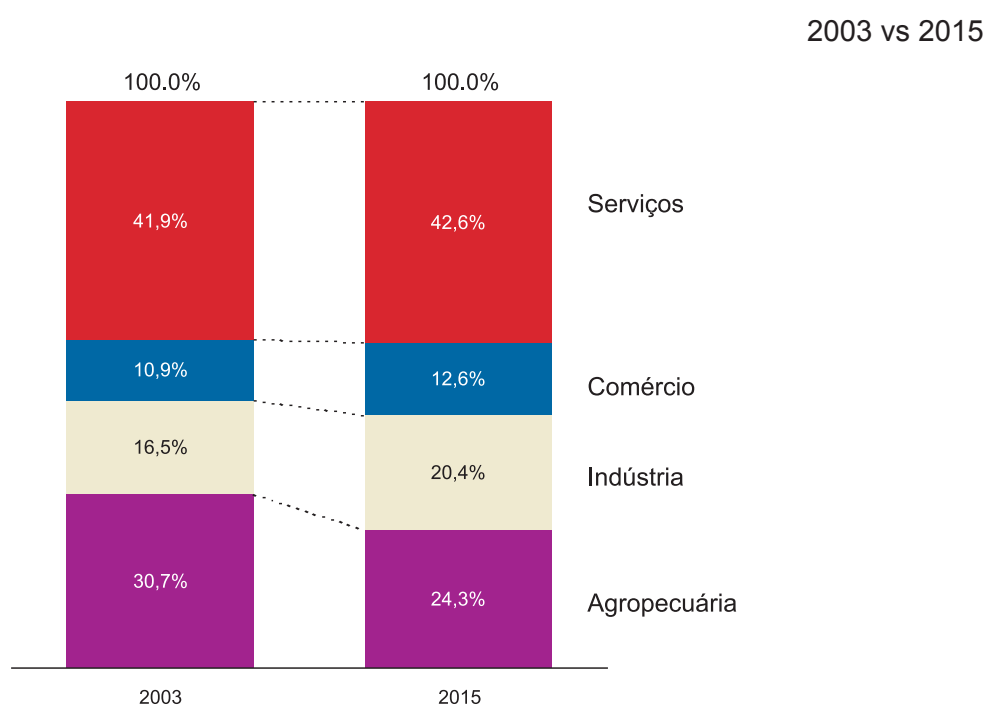
Na pecuária, o efetivo de bovinos e bubalinos representam apenas 10% do Estado, mas são importantes na cadeia de leites e derivados, que apresenta vantagem competitiva no Nordeste Colonial, e deverá ser incentivada. E os suínos, que representam 18% do Estado vêm apresentando declínio, por falta de competitividade, frente a regiões próximas mais eficientes.

No setor industrial o segmento de máquinas, equipamentos e tratores agrícolas domina a região, constituindo-se em eixo antigo e consolidado e de alta vantagem competitiva e especialização, principalmente na porção da Fronteira Noroeste, mas também no Noroeste Colonial e Missões.

Embora com menor especialização e alocação de recursos, também alguns segmentos de químicos, produtos de origem vegetal, eletro-eletrônicos, alta tecnologia e produtos alimentares podem representar potenciais futuros na região.

Analisando os 25 setores projetados no Cenário Tendencial (**Tabela III-25**), observa-se que, na Região Funcional 7, o setor Agropecuário, o mais relevante em 2003, permanece em destaque em 2015, perdendo, entretanto, participação no VAB da região e no VAB do setor no Estado. O setor de Máquinas e Equipamentos aumenta consideravelmente sua participação no Estado, crescendo mais do que o dobro da média da indústria (9,7% contra 4,3% a.a., respectivamente).

**Figura III-95 – Evolução da Composição Setorial do PIB da RF 7**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

**Tabela III-25 – VAB Setorial em 2003 e 2015 – RF 7**

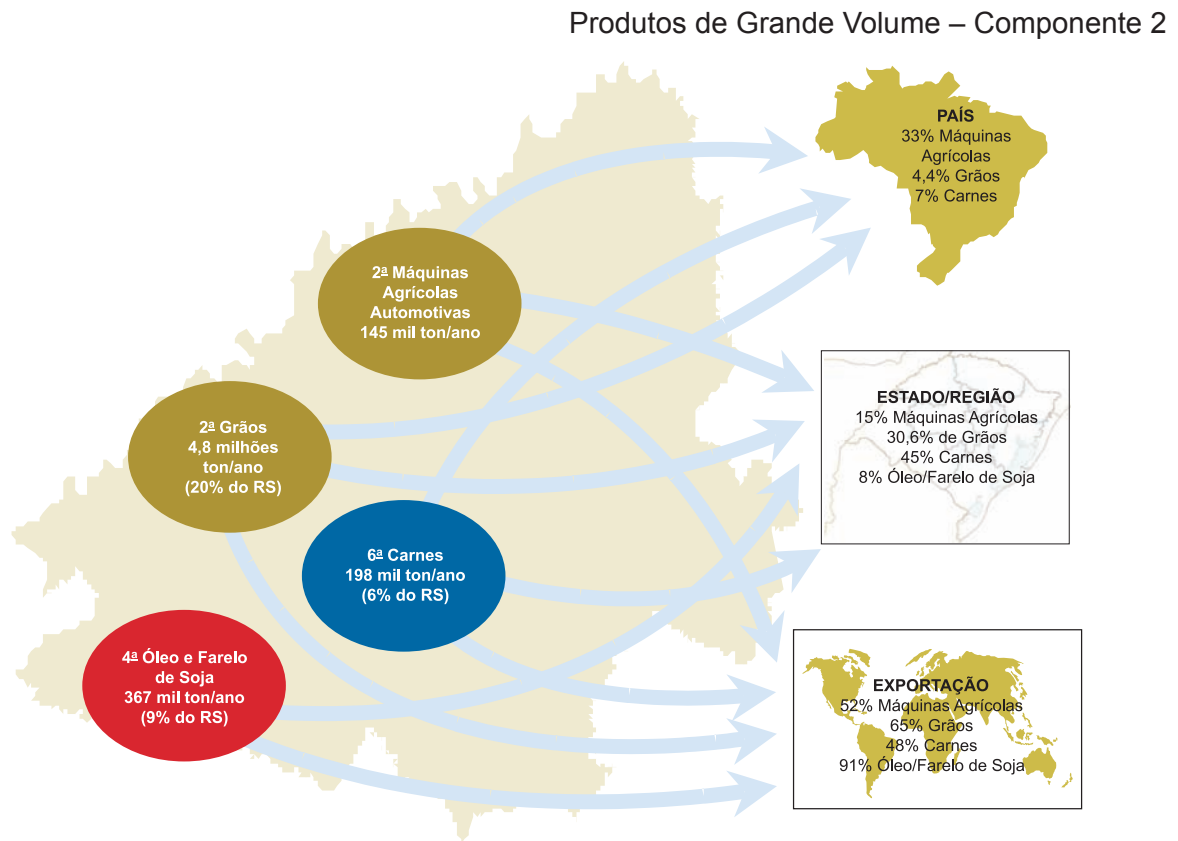
(R\$ milhões de 2003)

Setores	2003			2015		
	R\$ (R\$ Mil)	% do Total da Região	% do RS	R\$ (R\$ Mil)	% do Total da Região	% do RS
Agropecuária	2,471	30.7%	14.0%	3,018	24.3%	12.7%
Indústria Metalúrgica	130	1.6%	3.8%	196	1.6%	3.4%
Máquinas e Equipamentos / Tratores	266	3.3%	10.4%	812	6.6%	14.7%
Material Elétrico	17	0.2%	2.8%	57	0.5%	4.4%
Material de Transportes	28	0.3%	2.3%	31	0.3%	1.7%
Serrarias, Madeira e Móveis	46	0.6%	3.9%	55	0.4%	2.6%
Papel e Gráfica	36	0.5%	2.6%	64	0.5%	2.7%
Química	26	0.3%	0.3%	137	1.1%	1.0%
Calçados e Couros	33	0.4%	0.7%	41	0.3%	0.6%
Produtos de Origem Vegetal	2	0.0%	0.1%	8	0.1%	0.2%
Abate e Preparação de Carnes	162	2.0%	6.3%	231	1.9%	6.9%
Leite e Laticínios	59	0.7%	8.5%	83	0.7%	9.2%
Óleos Vegetais	169	2.1%	12.1%	204	1.6%	10.7%
Demais Ind. Alimentares	47	0.6%	2.9%	67	0.5%	3.0%
Demais Indústrias	137	1.7%	3.0%	230	1.9%	2.4%
Serviços Utilidade Pública	169	2.1%	7.4%	314	2.5%	7.2%
Construção Civil	245	3.0%	4.3%	294	2.4%	3.4%
Comércio	876	10.9%	7.6%	1,564	12.6%	7.5%
Transporte	136	1.7%	6.2%	348	2.8%	7.9%
Comunicações	124	1.5%	4.1%	260	2.1%	5.1%
Instituições Financeiras	438	5.4%	6.2%	795	6.4%	6.6%
Serviços Prestados às Famílias	643	8.0%	7.5%	1,094	8.8%	6.3%
Aluguel de Imóveis	405	5.0%	3.9%	613	4.9%	4.6%
Administração Pública	1,255	15.6%	8.6%	1,718	13.9%	7.9%
Serviços Privados Não Mercantis	122	1.5%	8.6%	159	1.3%	8.2%
<b>Total</b>	<b>8,044</b>	<b>100.0%</b>	<b>6.6%</b>	<b>12,395</b>	<b>100.0%</b>	<b>6.3%</b>

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

As estimativas para 2015 das principais produções regionais são visualizadas na **Figura III-96**.

**Figura III-96 – Estimativas das Principais Produções e Movimentações de Produtos de Grandes Volumes da RF 7 em 2015**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC – Não incluídos equipamentos agrícolas do APL Pós-Colheita, apenas máquinas automotivas agrícolas

### III.3.7.3. Visão Estratégica e Estratégias Propostas

A avaliação da matriz SWOT da região, permite identificar alguns aspectos importantes para o planejamento regional, como listados a seguir:

#### a) Setor de máquinas agrícolas relevante e competitivo

A região conta com um eixo urbano-industrial centrado na produção de máquinas e equipamentos agrícolas que se estende desde Horizontina (Fronteira Noroeste), passando por Santa Rosa, onde se concentra a produção de colheitadeiras; e alcançando Ijuí e Panambi

(Noroeste Colonial), onde se concentra a Pós-Colheita, com equipamentos para silos, armazéns, secadoras e eletroeletrônica de controle desses equipamentos.

Resiliente, esse eixo tem recebido o maior crescimento urbano, ressentindo-se, no entanto, de políticas urbanas que imprimam melhores condições sociais e de infra-estruturas, que permitam espalhar sua influência para o restante da região.

Tanto em Horizontina-Santa Rosa como em Ijuí-Panambi, registra-se a presença de empresas que são *benchmarks* em nível mundial, inclusive multinacionais, porém integrando grupos locais e o arranjo produtivo existente.

Este segmento vem apresentando taxas altas de crescimento e apresenta vantagens competitivas até o horizonte do estudo, 2015, no Fronteira Noroeste, mas também com menores vantagens, no Noroeste Colonial. A participação do Brasil no mercado mundial de máquinas agrícolas elevou-se de 1% para 2% entre 1999 e 2003, demonstrando tanto as potencialidades de ampliar sua participação, como a inserção desse segmento no cenário mundial competitivo e aberto baseado em tecnologias intensivas em progresso técnico e em processos organizacionais inovadores.

Entretanto, o baixo nível de serviço do suprimento de energia, com duração de falhas excedendo limites aceitáveis pela ANEEL, além do gargalo representado pela linha de transmissão até Horizontina, representa uma ameaça a este setor.

#### **b) Desvantagem locacional reforçada por deficiente malha de transporte**

A região encontra-se na fronteira do Estado, distante dos principais centros de desenvolvimento do Estado e dos países vizinhos, fortemente barrada pela barrancas do Rio Uruguai, sem travessias para a Argentina, o que a torna término compulsório do território gaúcho a oeste.

Essa contenção física a oeste e necessidade de acessar outras regiões em busca de mercados, é agravada pela pouca conectividade interna entre os municípios constituintes, com porções do território onde o acesso físico é precário: entre os COREDEs Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial, a sudeste deste último, e em várias grandes porções do Missões.

Considerando sua base produtiva industrial principal, de máquinas e equipamentos agrícolas, os mercados da Argentina e Centro Oeste são grandes oportunidades de expansão. As precárias ligações viárias e ferroviárias com esses espaços e a precariedade de redes de transmissão de dados podem ser obstáculos.

A ineficiência de transportes, inclusive com ramal ferroviário desativado, determina custos de transportes altos para acesso a mercados, tanto os de Porto Alegre como os externos acessados seja por Uruguaiana ou Rio Grande.

### **c) Grandes desigualdades internas**

A região enfrenta grandes desigualdades sociais e econômicas internas, principalmente quando se comparam os COREDEs Fronteira Noroeste e Missões. Tanto em termos de base produtiva como de indicadores sociais, as distorções são relevantes.

O eixo mais consolidado é justamente o urbano-industrial formado por Horizontina, Três de Maio, Santa Rosa, Santo Ângelo, Ijuí e Panambi. O desafio regional consiste em espalhar os benefícios desse eixo às áreas periféricas da porção sul e oeste do Missões e da porção norte do Noroeste Colonial.

O setor terciário, em expansão na região, dependerá, para seu desenvolvimento e modernização, da ampliação da base produtiva regional e do aumento da renda per capita que, no cenário tendencial, tende a concentrar-se ainda mais, com apenas uma tênue diminuição da pobreza. Esta concentração de renda e a pequena redução da pobreza esperada persistirão como obstáculos à entrada de alunos nas universidades, especialmente porque são pagas.

A requisição de novas tecnologias, industriais ou agropecuárias, para tornar seus segmentos progressivamente mais eficientes, especialmente nas pequenas empresas dominantes, encontra severas restrições na baixa escolaridade, especialmente no ensino superior, que reduz o pessoal disponível para concepção e implantação de inovações.

### **d) Perda de competitividade do pequeno produtor rural**

A maior ameaça à região reside na crise associada às pequenas propriedades rurais, que se constituem em 90% das empresas agrícolas regionais, o segundo percentual do Estado, concentrando-se especialmente no Fronteira Noroeste, Noroeste Colonial e norte do Missões. Ao mesmo tempo em que esses pequenos produtores rurais representaram historicamente a base do desenvolvimento agrícola, urbano, industrial, associativista e cultural do Estado, atualmente são pressionados tanto pela expansão das culturas empresariais (soja, trigo), caracterizadas pela mecanização, grandes extensões e capital, que restringem os ganhos produtivos, como pelas dificuldades de acesso a novas tecnologias e financiamentos que ampliem suas produções e, em alguns casos às imposições de preços e condições de multinacionais.

### **e) Perdas agrícolas associadas à escassez hídrica, especialmente das culturas empresariais.**

As perdas com culturas empresariais pelos períodos de escassez de água na seca, tipo soja e milho, têm se situado em torno de 30% na última década, e têm se tornado mais

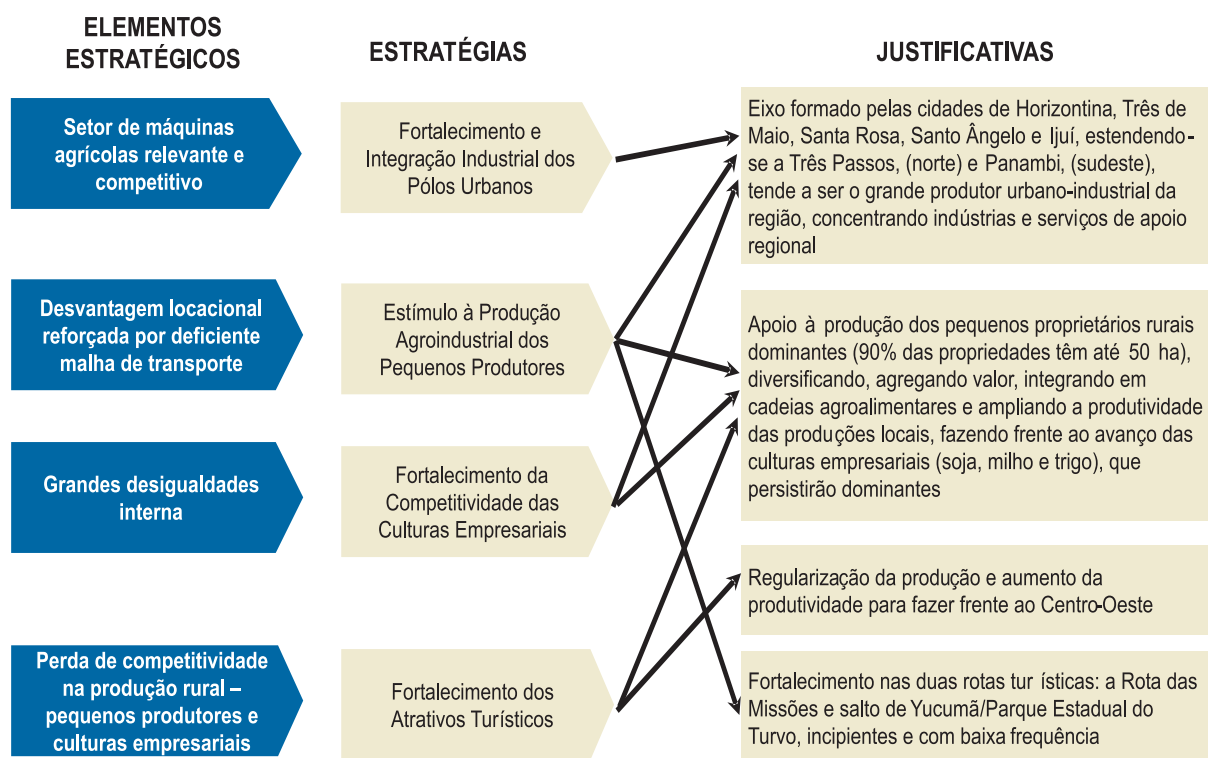
constantes (em 10 anos houve 7 reduções de safras), o que limita os ganhos e, especialmente, as possibilidades de estruturar uma agroindústria que se baseia em ofertas firmes e constantes de produtos. Como a região depende fortemente da agropecuária e agroindústria, ações voltadas à regularização das ofertas de água serão importantes na consolidação desse papel. Além de evitar as perdas, a possibilidade de irrigação tende a aumentar significativamente a produtividade média, considerando um determinado período de tempo.

#### **A visão estratégica para a Região 7 será posicioná-la:**

- Como grande centro exportador para o Mercosul, Centro Oeste e outros países, de máquinas e equipamentos agrícolas (2º produtor gaúcho, após a região 1, com 15% de crescimento a.a.) e outros bens industriais que estão se ampliando na região: produtos de origem animal (5% da produção gaúcha); óleos comestíveis (82% a.a. desde 1998 e 22% da produção gaúcha); alimentos e laticínios (10% do RS e 5% a.a. de crescimento); eletro-eletrônicos (8% a.a. e 3% da produção gaúcha), material de transportes (29% a.a. e 1% da produção gaúcha), dada sua localização estratégica em relação a esses mercados.
- Como grande produtora de grãos (segunda produtora de soja, milho, trigo, arroz). Para isto, as questões de infra-estruturas – de transportes, telecomunicações e energia – assim como as soluções operacionais nos portos secos de Uruguaiana, Porto Xavier e São Borja, a regularização da oferta de águas e maior empreendedorismo, serão obstáculos a serem vencidos. Nesse posicionamento, será fundamental inserir os pequenos produtores rurais, dominantes na estrutura fundiária regional, em produções que objetivem mercados estaduais e nacionais.
- Como fornecedora de produtos agropecuários diversificados e competitivos, com bases associativista dos seus pequenos produtores.

Para cumprir esses três papéis – produtora de grãos, exportadora industrial em alguns segmentos e produtora agroindustrial diversificada – as estratégias para a região situam-se em quatro vertentes, que atendem aos elementos estratégicos, como registra a **Figura III-97**.

**Figura III-97 – Elementos Estratégicos x Estratégias Regionais – RF 7**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

### **Estratégia 1 – Fortalecimento Industrial pela Consolidação e Integração dos Pólos Urbano-Industriais**

O fortalecimento e apoio à região exige ações multisetoriais voltadas à dinamização e inovação agroindustrial e industrial dos centros urbanos principais e à integração física entre esses espaços, permitindo a circulação interna de cargas e pessoas rumo a serviços mais próximos e a mercados externos.

O eixo formado pelas cidades de Horizontina, Três de Maio, Santa Rosa, Santo Ângelo e Ijuí, estendendo-se a Três Passos, ao norte e Panambi, a sudeste, tende a ser o *grande produtor urbano-industrial da região, concentrando as indústrias e os serviços de apoio* de âmbito regional.

O fortalecimento dessas áreas urbanas, em especial, poderá potencializar a capacidade de atração e retenção de capitais, inclusive humanos, que demandam externalidades para seu desenvolvimento. O processo de inovação dos principais produtos regionais e a qualida-



de de sua produção dependem não só de instituições de ensino e pesquisa, mas, também, da existência de laboratórios de testes e ensaios, de outros serviços técnicos e de pessoal formado no ensino profissional, entre outros, que só são disponíveis em centros urbanos bem estruturados.

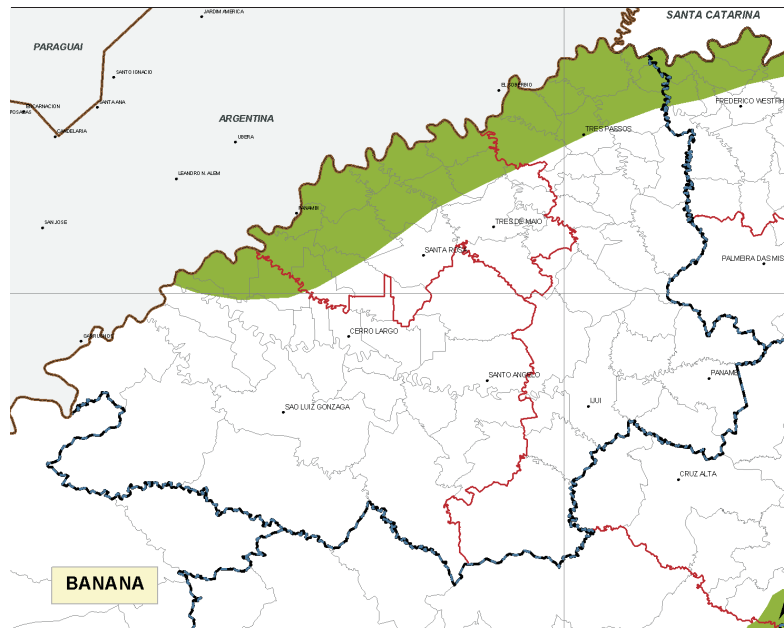
#### **Estratégia 2 – Competitividade Agroindustrial dos Pequenos Produtores**

Trata-se de apoio à produção dos pequenos proprietários rurais dominantes (90% das propriedades da região têm até 50 ha), diversificando, agregando valor, integrando em cadeias agroalimentares e ampliando a produtividade das produções locais, de modo a fazer frente ao avanço das culturas empresariais (soja, milho e trigo), que persistirão dominantes.

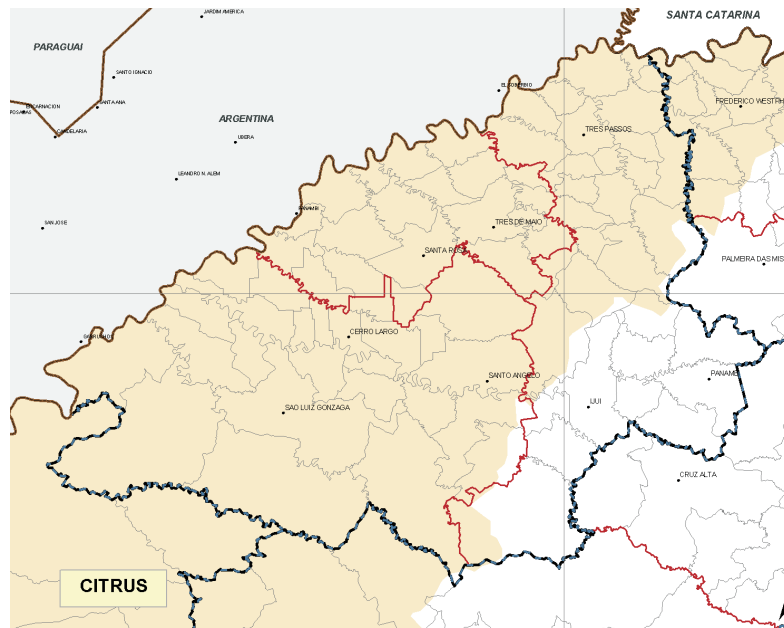
*As atividades de suínos (3º produtor estadual), assim como frutas (manga, figo, abacaxi, pêra, goiaba, mamão, banana, melancia, abacate, cítricos), batata doce e amendoim, adequadas às pequenas propriedades, integradas a agroindústrias – grandes ou pequenas – poderão ser incentivadas por meio de ações integradas e concomitantes. A região é benchmark estadual em algumas culturas permanentes, tais como abacate (Missões) e mamão (Noroeste Colonial)<sup>10</sup>.*

<sup>10</sup> Desenvolvimento e Disparidades Regionais no RS – Joal Rosa e Rogério Porto – 2005 –pg. 230

**Figura III-98 – Áreas Aptas para Frutas – Banana, Cítricos, Pêssego e Abacaxi**

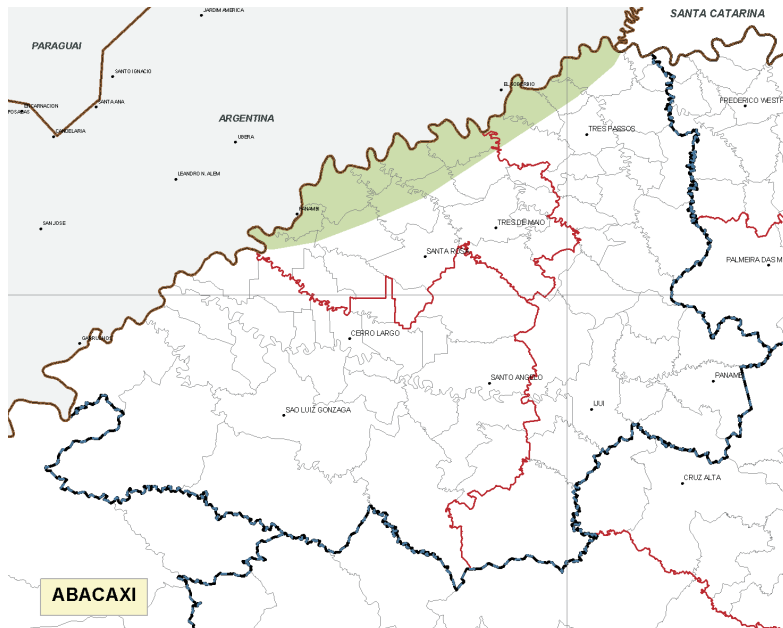


Fonte: Governo do Estado do RS, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico – Volume II, 1994

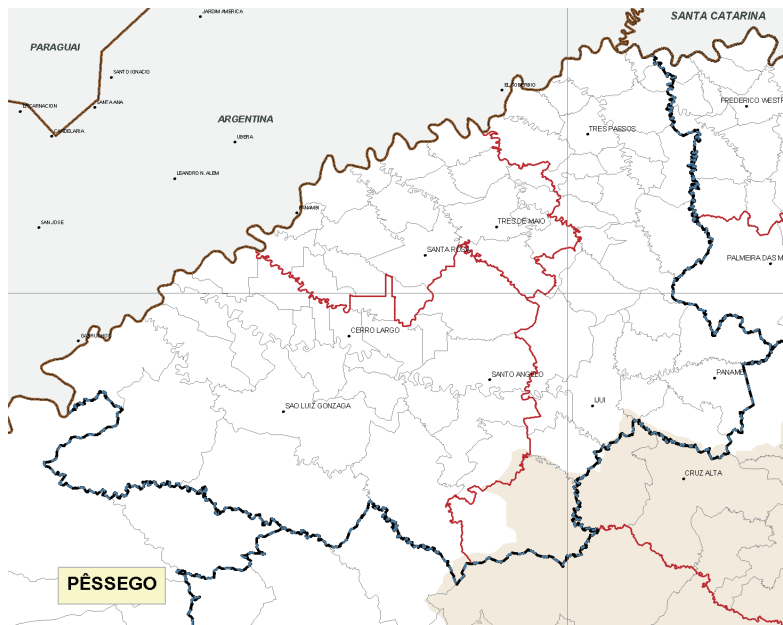


Fonte: Governo do Estado do RS, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico – Volume II, 1994

Figura III-98 – Continuação



Fonte: Governo do Estado do RS, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico – Volume II, 1994

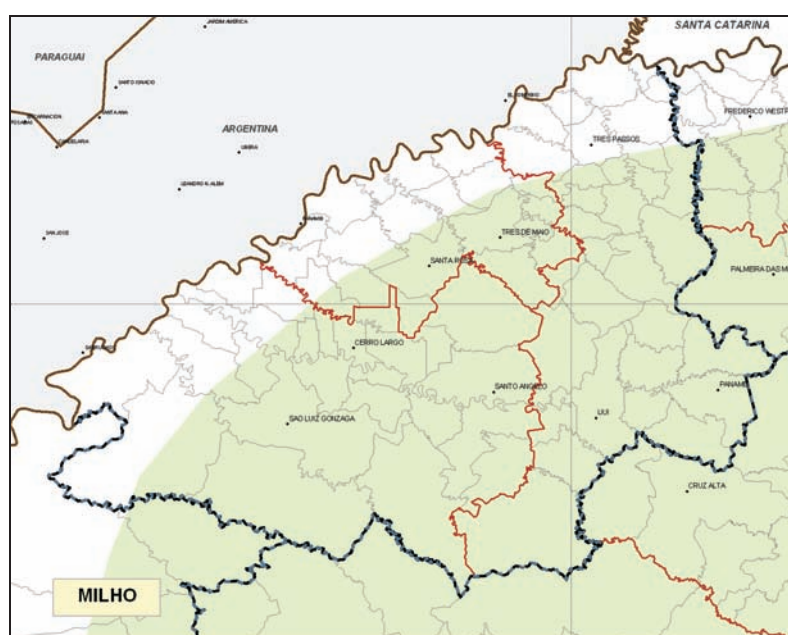


Fonte: Governo do Estado do RS, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico – Volume II, 1994

### Estratégia 3 – Fortalecimento da Competitividade das Culturas Empresariais

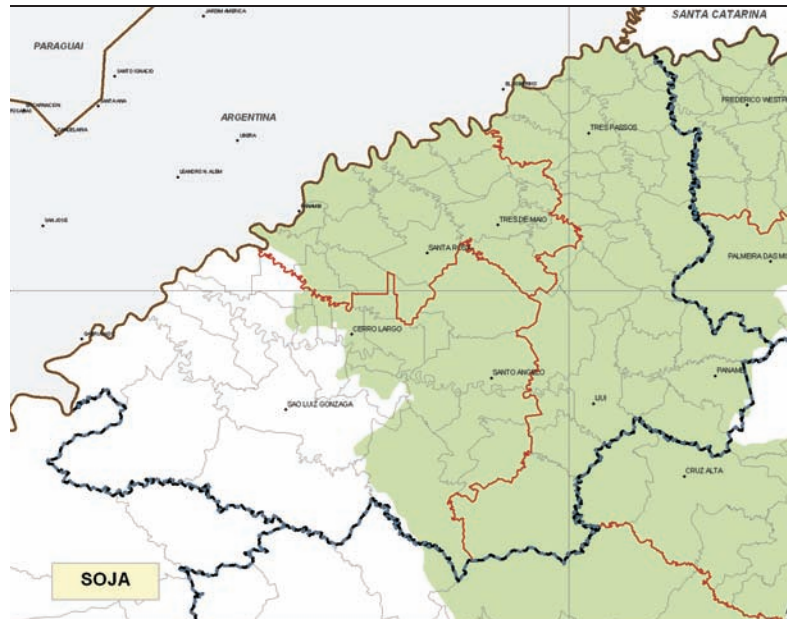
A região está quase totalmente inserida em áreas aptas para grãos: tanto soja e milho como trigo, como registra a **Figura III-99**, e, desta forma, as culturas empresariais precisam ser fortalecidas via principalmente do aumento de produtividade. Os frequentes problemas de seca no Estado têm se mostrado o principal fator que impede o aumento desta produtividade, já que vem ocorrendo perdas de 4 em cada 10 safras.

**Figura III-99 – Áreas Preferenciais para Grãos – Milho, Soja e Trigo**

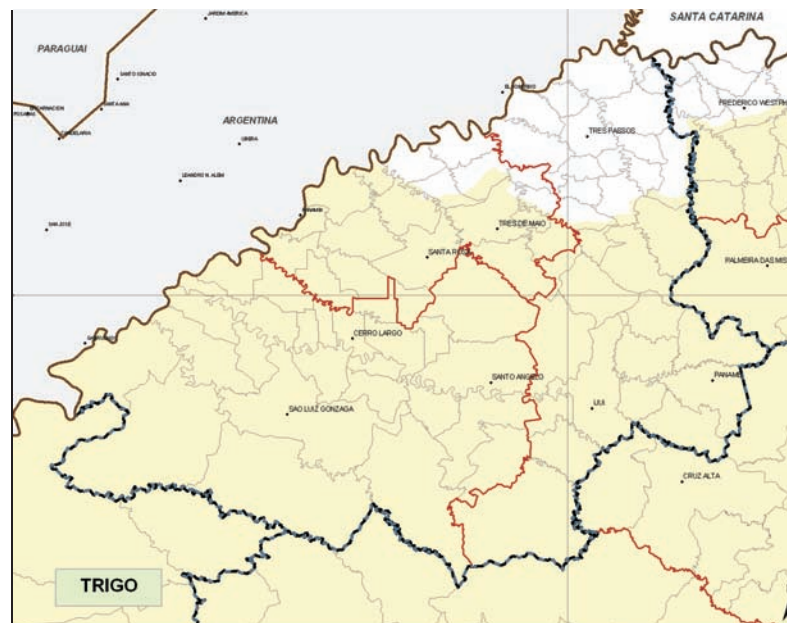


Fonte: Governo do Estado do RS, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico – Volume II, 1994

Figura III-99 – Continuação



Fonte: Governo do Estado do RS, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico – Volume II, 1994



Fonte: Governo do Estado do RS, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico – Volume II, 1994

As secas ocorridas no Estado nos últimos anos vêm frequentemente ocasionando perdas de safras e prejudicando a competitividade da região, principalmente em relação ao Centro Oeste brasileiro. Mesmo que o clima seja favorável nos anos vindouros, os prejuízos que as secas trazem à soja são por demais graves para serem ignorados, ainda mais quando se

considera que a região possui capacidade hídrica superficial para amenizar tais problemas.

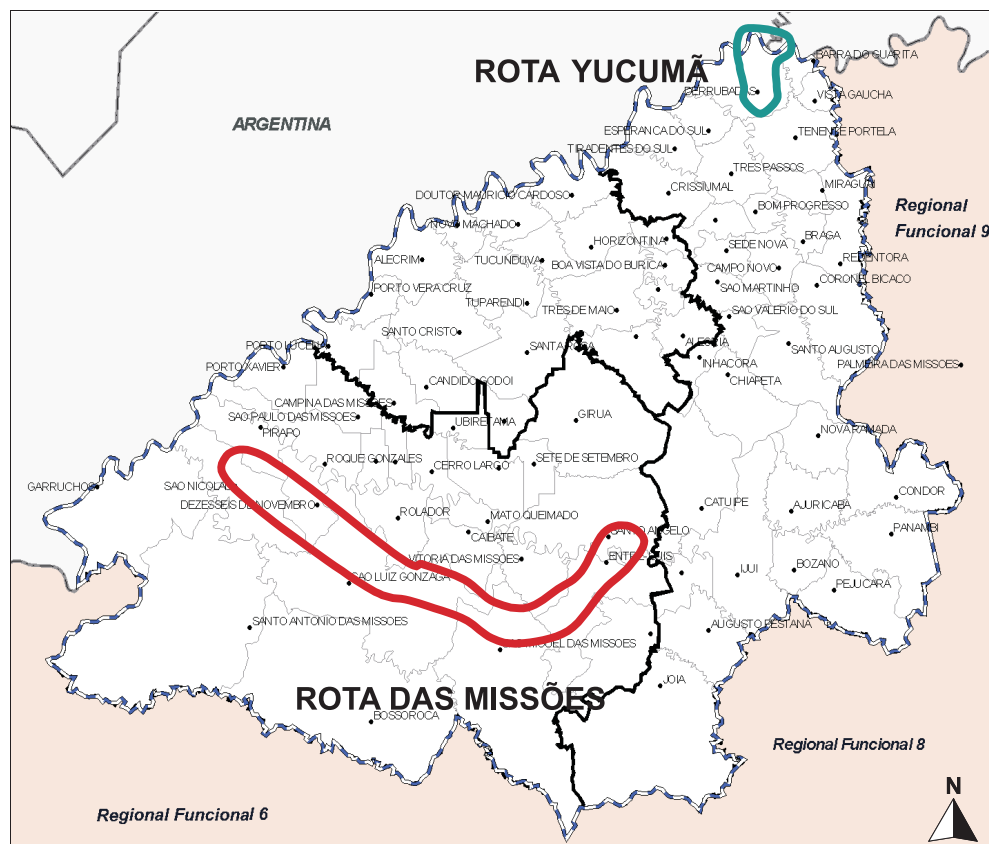
Portanto, é essencial um programa de expansão das culturas irrigadas na região. O sucesso das áreas irrigadas no Alto Jacuí mostra que resultados podem ser obtidos e que a estratégia de irrigação é uma maneira de ampliar a produtividade das culturas – no caso da soja, por exemplo, foi possível elevar a produtividade para mais de 5 t/ha versus 3,13 t/ha obtidos na média anualmente. São necessárias, pois, medidas de regularização da oferta hídrica, de forma a evitar perdas e ampliar produtividades.

#### Estratégia 4 – Fortalecimento dos Atrativos Turísticos Potenciais

O Estado apresenta duas regiões com potencial turístico efetivo, capaz de atrair visitantes em âmbito nacional, chegando a atingir outros países do Mercosul: a região da Serra Gaúcha (localizada na RF 3), e a região das Missões, pertencente à RF 7.

Além da Rota das Missões, a Região Funcional 7 apresenta ainda o Salto de Yucumã e o Parque Estadual do Turvo que, como a Rota das Missões, ainda é incipiente em relação a seu potencial e possui freqüência baixa. A **Figura III-99** mostra estas duas regiões.

**Figura III-100 – Atrativos Turísticos Regionais**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Estima-se que cerca de 50 mil turistas visitem a região anualmente, com baixa taxa de ocupação dos 219 leitos existentes em hotéis e pousadas na região das Missões (cerca de 30% em média).

#### Quadro III-47 – Estratégias e objetivos da RF 7, até 2015

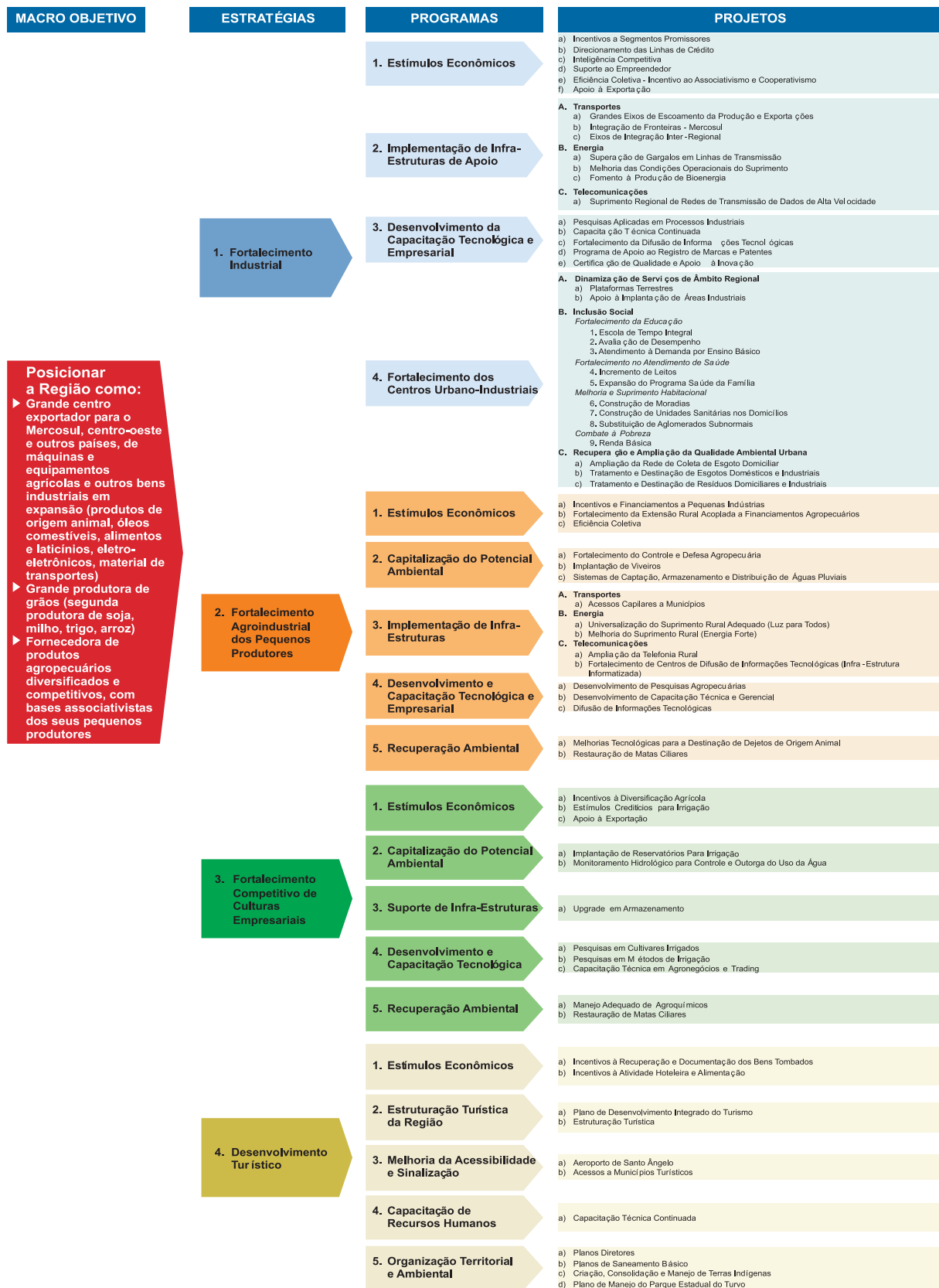
Estratégias	Objetivos
Fortalecimento industrial pela consolidação e integração dos pólos urbano-industriais	Aumentar o PIB regional a uma taxa média de 5,9% a.a., atingindo o valor de R\$ 3,7 bilhões em 2015
	Dobrar as vendas para fora da região, atingindo 19% (9,5% atuais) da produção do COREDE Missões, 15% (7,2% atuais) do COREDE Fronteira Noroeste e 3,5% (1,6% atuais) do COREDE Noroeste Colonial.
Competitividade agroindustrial dos pequenos produtores	Recuperar a produção de aves (crescimento de 1% a.a., atingindo 3,3 milhões de cabeças em 2015), suínos (1% a.a. e 0,8 milhões de cabeças) e leite (1% a.a. e 650 milhões de litros)
	Manter o desempenho recente da produção de frutas, crescendo a 7% a.a.
Fortalecimento da competitividade das culturas empresariais	Atingir a irrigação de 25% da área plantada de soja, milho e trigo, contra os atuais 0,5%.
	Atingir, em 2015, a produção de 3,4 milhões t de soja, 977 mil t de milho e 924 mil t de trigo.
Fortalecimento dos atrativos turísticos potenciais	Aumentar a taxa média de ocupação hoteleira na região das Missões, atingindo 259 mil turistas por ano
	Fomentar a instalação de infraestrutura hoteleira na região do Salto do Yucumã e Parque Estadual do Turvo, com um mínimo de 50 quartos.

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

#### III.3.7.4. Programas e Projetos

A **Figura III-101** apresenta o conjunto de programas e projetos e sua articulação com as diferentes estratégias. São 71 projetos, distribuídos em 19 programas. O detalhamento referente à distribuição da execução dos projetos no tempo e à estimativa dos recursos necessários é apresentado no **Anexo I**.

**Figura III-101 – Gráfico de Objetivos e Meios para a RF 7**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC



## III.3.8. Região Funcional 8

### III.3.8.1. Perfil e Desempenho Recente

Composta por três COREDEs – Central, Jacuí-Centro e Alto Jacuí – a Região Funcional 8 apresenta forte homogeneidade em relação à produção agrícola e agro-industrial, apesar de diferenças internas em termos fundiários e culturais. A região, que ocupa 14,4% do território gaúcho, caracteriza-se por conter uma produção agrícola relevante, algo diversificada, mas sem grandes encadeamentos. Em termos sociais, os indicadores são, levemente inferiores às médias gaúchas.

**Figura III-102 – Homogeneidades e Polaridades na RF 8**

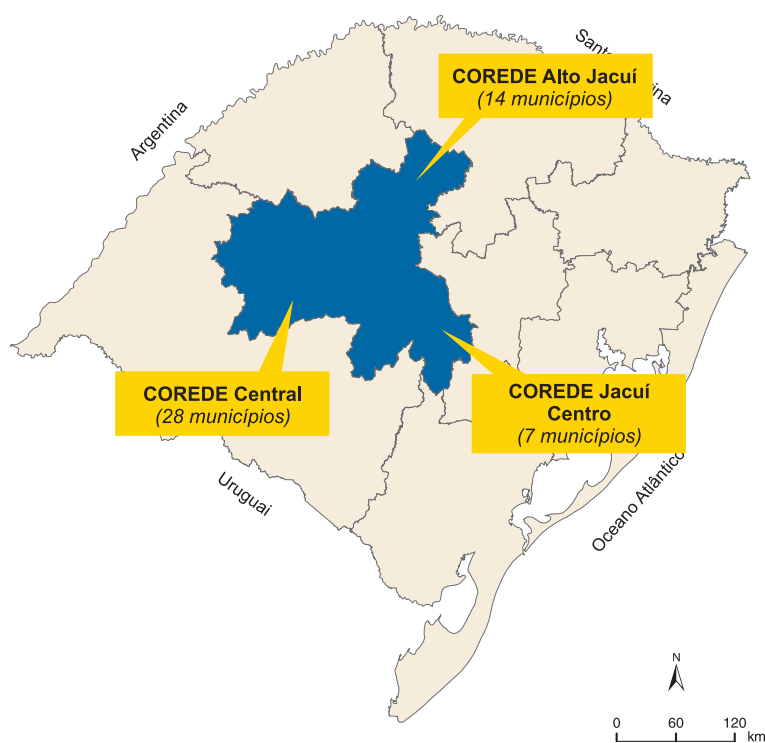
CENTRAL	JACUÍ-CENTRO	AUTO JACUÍ
<b>Em Dificuldades:</b> Baixa dinâmica e potencialidade econômica e condições sociais abaixo das médias estaduais	<b>Em Dificuldades:</b> Baixa dinâmica e potencialidade econômica e condições sociais abaixo das médias estaduais	<b>Estável:</b> Boa dinâmica e potencialidade econômica e condições sociais abaixo das médias estaduais
Forte Polarização de Empregos, Universidades, Saúde, Rede Urbana		
Estrutura Viária com Epicentro em Santa Maria, com Fortes Carregamentos no Eixo Cruz Alta-Santa Maria		
Médias Potencialidades Ambientais		Alta Potencialidade Ambiental
Produção Dominante: Soja, Trigo, Arroz		
PIB Dominante: Comércio e Serviços (54%)		

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Os dois primeiros COREDEs foram classificados no agrupamento “*Em Dificuldades*”, por terem suas potencialidades abaixo da média e inferiores aos seus, também baixos, desempenhos econômicos. Já o Alto Jacuí foi classificado como “*Estável*”. Na verdade, seus indicadores de potencialidade e desempenho estão próximos da média do Estado e, portanto, reunir os três COREDEs na mesma unidade de análise é aceitável.

Trata-se de uma região em que 77% de seus mais de 800 mil habitantes, distribuídos em 49 municípios, são considerados urbanos. O principal pólo urbano é Santa Maria, com mais de 200 mil residentes, que exerce grande atração tanto em empregos, como em educação, saúde e serviços a toda a região, extrapolando sua influência para COREDEs adjacentes.

**Figura III-103 – Municípios e COREDEs da RF 8**



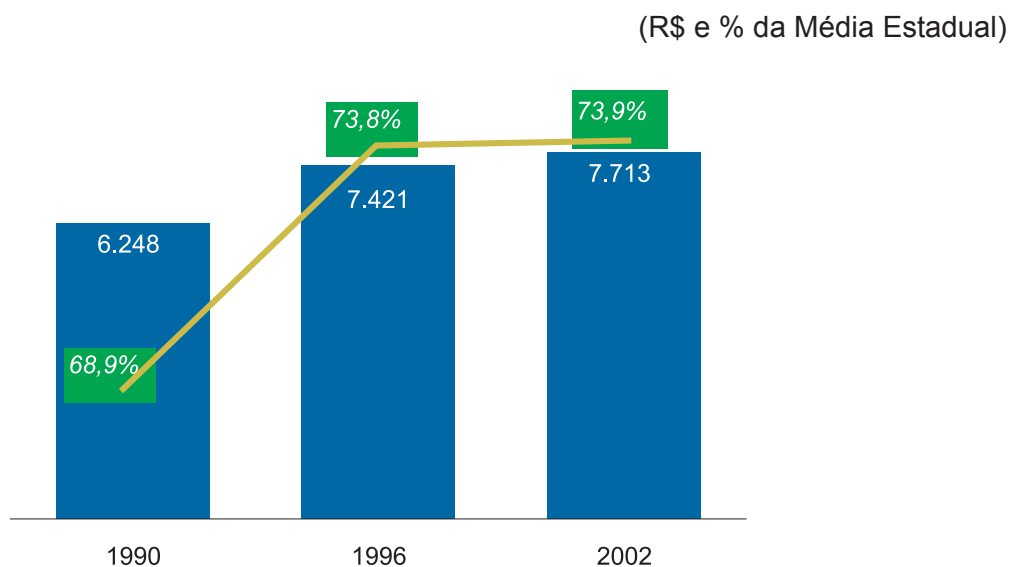
Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Um grau mais baixo na hierarquia urbana é ocupado por Cruz Alta e Cachoeira do Sul. A primeira tem influência sobre a área equivalente ao COREDE Alto Jacuí e a porção ao norte do COREDE Central. Cachoeira do Sul exerce uma influência mais limitada, porque é influenciada por Porto Alegre. Além disso, muitos de seus municípios a leste estão polarizados por Santa Maria e têm com esta, estruturas viárias mais diretas.

A taxa de crescimento populacional tem sido baixa, 0,81% a.a. entre 1991 e 2000, e concentrada nos centros urbanos regionais, que têm atraído fluxos da zona rural. Como um todo, o saldo migratório é negativo e o principal destino de seus habitantes é a Região Funcional 1.

Entre 1990 e 2002, o PIB per capita dessa região passou de R\$ 6,2 mil para R\$ 7,7 mil. Apesar de ter tido uma taxa de crescimento mais alta do que a média estadual, seu PIB *per capita* ainda é cerca de 74% do valor médio gaúcho. Atualmente, a região produz em torno de 5,8% do PIB gaúcho e contém 7,9% da população do estado.

**Figura III-104 – PIB Anual per Capita – RF 8**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

**Tabela III-26 – Evolução Setorial do PIB – RF 8**

Setor (% do PIB Total)	Evolução (% a.a. 1996-2002)
Serviços (44,19%)	-0,06%
Comércio (10,02%)	-1,59%
Indústria (14,50%)	5,36%
Agropecuária (31,29%)	3,02%

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC – Valores Atualizados pelo Deflator Implícito do PIB Nacional

No período considerado, a estrutura setorial da atividade econômica permaneceu basicamente a mesma. O setor de serviços é o predominante, com 44% do PIB, seguido pelos setores agropecuário (31%), da indústria (14,5%) e do comércio (10%). Há que se destacar a importância do setor público na região: apesar de abrigar apenas 7,5% da população ocupada gaúcha, a região detém 11,2% dos trabalhadores na Administração Pública.

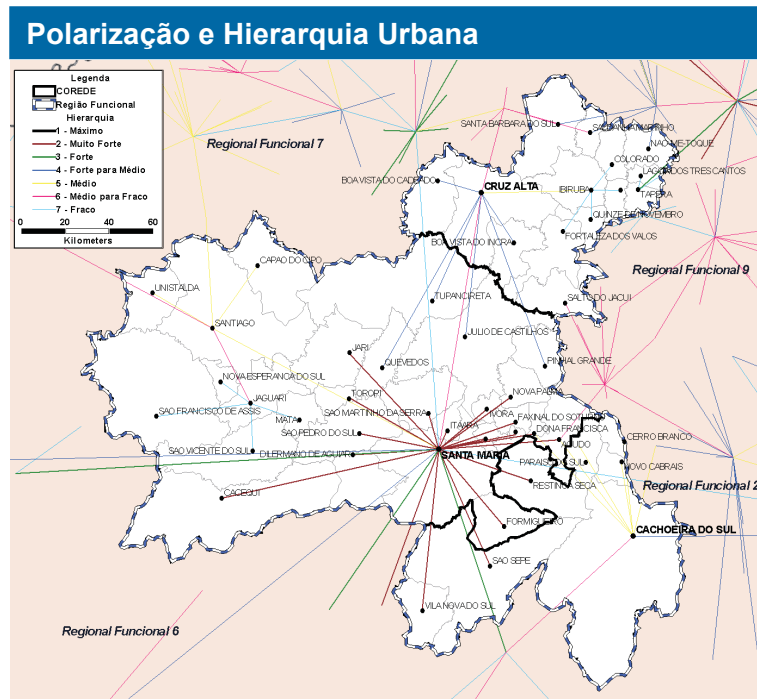
Na indústria, os setores que mais se destacam são os seguintes, em ordem decrescente de importância: Máquinas, Equipamentos e Tratores (21,6% do VAB industrial da região), Produtos de Origem Vegetal (18,2%) e Calçados, Couros e Peles (9,8%). Os três setores têm demonstrado altas taxas recentes de crescimento. Naquele primeiro setor, destaca-se a produção de Implementos Agrícolas pré-colheita, responsável por um quinto da produção do setor no Estado, e que se tem mostrado dinâmica: entre 1998 e 2002, seu valor adicionado mais que triplicou.

Um quarto da produção gaúcha de soja e um quinto da de trigo são colhidos na região e, salvo variações conjunturais, têm apresentado uma tendência de crescimento. No entanto, o processamento desses produtos não é lá realizado; apenas 6% da soja do Estado é lá processada, e no caso do trigo tal valor chega a 7,7%. Ou seja, boa parte das cadeias dos setores dominantes da agricultura não se realiza na própria região.

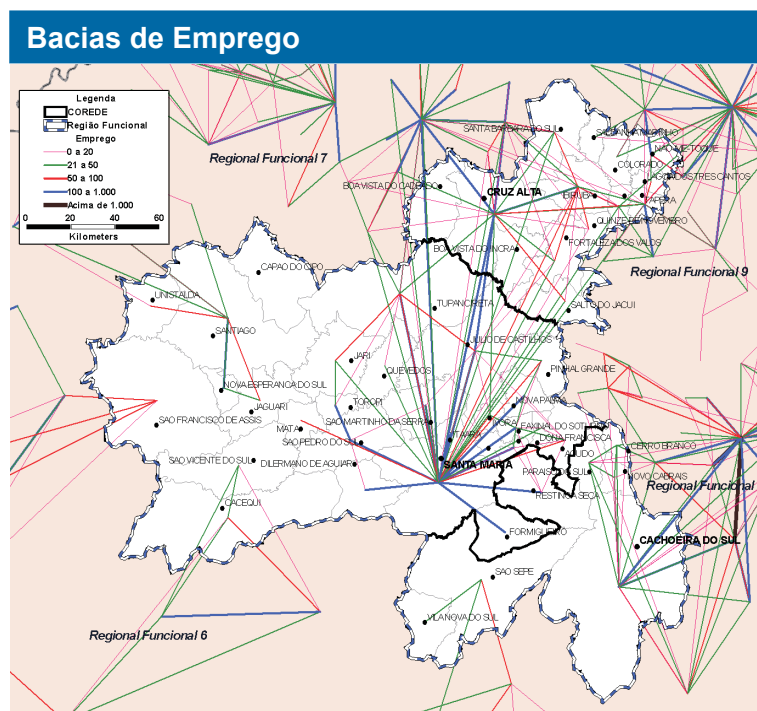
A produção de arroz também é relevante no subespaço equivalente ao COREDE Jacuí-Centro e no sul do Central, sendo responsável por 18% da produção agrícola total da região – o percentual processado é equivalente.

Nas cadeias pecuárias, destaca-se a produção de leite, com quase 10% do total gaúcho, apesar de seu processamento ser menos de um quinto de tal participação. A região ainda contém 14,9% dos rebanhos bovinos estaduais, 2,1 milhões de cabeças, mas processa 9,3% destes. Como é possível verificar, repete-se na pecuária o padrão observado de baixa integração produtiva.

Figura III-105 – Polarizações, Sistema Viário e Potencialidades Ambientais



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

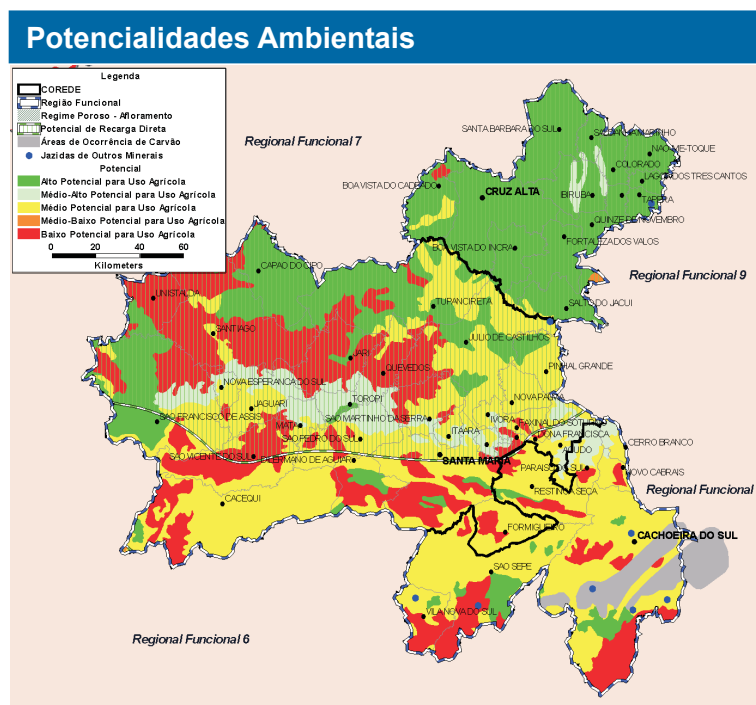


Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Figura III-105 – Continuação

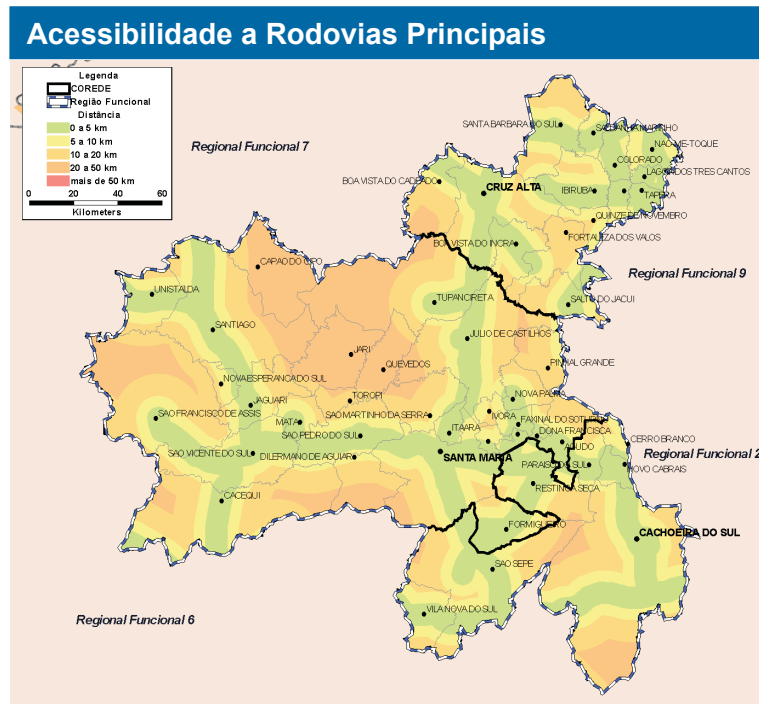


Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Figura III-105 – Continuação



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Cabe ressaltar que na estrutura fundiária predominam as propriedades com áreas entre 5 e 50 hectares. Quase 62% dos estabelecimentos da região se encaixam nessa categoria e a concentração fundiária é maior apenas no COREDE Central.

Entre 1991 e 2000, a população ocupada na região cresceu 1,8% a.a, taxa semelhante à observada na mesma variável no Estado. O crescimento do emprego com carteira assinada, por sua vez, chegou a quase 2% a.a. Observando-se a composição deste crescimento, fica claro que a maior parte destes empregos surgiu nos setores terciário e administração pública (apesar do número de militares e funcionários públicos, como um todo, ter caído fortemente: -3,3% a.a).

Especialmente, a região pertence quatro bacias de emprego polarizadas, embora de modo tênue, pelos pólos urbanos de Santa Maria, Cachoeira do Sul, Santiago e Cruz Alta, todas extrapolando sua área de influência para porções externas e adjacentes do Missões, Vale do Rio Pardo, Campanha e Fronteira Oeste.

A estrutura viária regional apresenta-se em forma de cruz, tendo como eixo norte-sul, a BR-158/BR-392, que interliga o norte do Estado, passando por Cruz Alta e Santa Maria, a Pelotas ao sul.

Transversal a ela há dois eixos leste oeste:

- A BR-287, de Porto Alegre, passando por Santa Maria;
- Mais ao sul, a BR-290, fazendo a ligação entre Porto Alegre e Uruguaiana.

Entre esses dois eixos, além da articulação feita pela BR-158, há duas outras ligações: a BR-153, onde se situa Cachoeira do Sul e a RS-149.

Desses eixos principais saem as conexões com as sedes dos 49 municípios componentes da região, que conformam estruturas em espinha de peixe em torno deles. Assim, são deficientes as conexões intermunicipais, dificultando e impondo grandes percursos e grandes áreas sem acessos, embora caracterizadas como de baixa densidade e urbanização.

Outro fator estruturante na região é a ligação ferroviária entre Porto Alegre e o Porto do Rio Grande, que passa pela Região Funcional 8, nas cidades de Cachoeira do Sul e Santa Maria. Esta cidade, por sua vez, está conectada por linhas férreas a Cruz Alta.

A ligação hidroviária de destaque é a hidrovia Rio Jacuí e Canal de Santa Clara, rumo a Porto Alegre, que, no entanto, tem baixo calado (de 2,5 a 4 m) na região e cargas irrisórias.

Por conta dessa estrutura, embora mais de 85% da população residente na região tenha acesso a vias principais percorrendo até 5 km, os indicadores mostram que a malha viária é ineficiente em termos regionais, quer pela má conservação, quer pela quilometragem por habitante, ou por outros fatores. Várias porções em todos os COREDEs constituintes, que estão a mais de 50 km de vias principais, embora estas áreas tenham baixas densidades pela estrutura fundiária mais concentrada.

Os fluxos originados na região e principalmente os que passam por ela rumo a outros destinos, ocasionam muitas linhas de desejo, onde estão mapeadas as viagens equivalentes de ônibus, caminhões e autos que ocorrem entre as várias origens e destinos na região e fora dela.



Verifica-se a alta concentração de fluxos no eixo entre Santa Maria e Cruz Alta, com as cargas com origem ou destino no noroeste do Estado.

Os principais gargalos, com saturação de tráfego, acham-se nas BR-158 – eixo Santa Maria/ Cruz Alta, nas BR-377, RS-223, RS-481, RS-377, RS-342 (trecho próximo à saída para Santa Maria) e BR-285 (entre Carazinho e Saldanha Marinho), assim como limitações nas ferrovias, estes de caráter inter-regional. Os demais gargalos, registrados no **Quadro III-48**, são de recuperação asfáltica.

#### Quadro III-48 – Gargalos em Transportes – RF 8

▶ Trechos de capacidade esgotada		
Ferroviário	Regional	Trecho Cruz Alta-Pinhal
Rodoviário	Regional	BR-158 (Trecho próximo à saída para Cruz Alta)
Rodoviário	Regional	BR-158 (Trecho Cruz Alta – Salto do Jacuí)
Rodoviário	Regional	BR-158 (Trecho Salto do Jacuí – Tupanciretã)
Rodoviário	Regional	BR-158 (Trecho Tupanciretã – Julio de Castilhos)
Rodoviário	Regional	BR-158 (Trecho Julio de Castilhos – Val de Serra)
Rodoviário	Regional	BR-158 (Trecho Val de Serra – Santa Maria)
Rodoviário	Nacional	BR-285 (Trecho Saldanha Marinho – Cruz Alta)
Rodoviário	Regional	BR-377 (Trecho Santa Bárbara – Ibiruba)
Rodoviário	Regional	BR-377 (Trecho Ibiruba – Fortaleza dos Valos)
Rodoviário	Regional	RS-223 (Trecho Espumoso – Selbach)
Rodoviário	Regional	RS-223 (Trecho Selbach – Ibiruba)
Rodoviário	Regional	RS-223 (Trecho Quinze de Novembro – Ibiruba)
▶ Trechos de capacidade esgotada		
Rodoviário	Regional	RS-377 (Trecho São Francisco de Assis – Jacaqua)
Rodoviário	Regional	RS-377 (Trecho Jacaqua – Vila Sobradinho)
Rodoviário	Interegional	RS-342 (Trecho próximo à saída para Santa Maria)
Rodoviário	Nacional - Interegional	BR-285 (Trecho Carazinho – Saldanha Marinho)
Rodoviário	Regional	RS-481 (Trecho Boa Vista do INCRA – Salto do Jacuí)
Trechos para recuperação		
Rodoviário	Nacional	BR-158 (Trecho Tupanciretã – Julio de Castilhos)
Rodoviário	Regional	BR-287 (Trecho Mata – São Vicente do Sul)
Rodoviário	Regional	BR-287 (Trecho Ernesto Alves – Santiago)
Rodoviário	Regional	BR-287 (Trecho Bossoroca – Encruzilhada)
Rodoviário	Nacional	BR-290 (Trecho São Sepé – Vila Nova do Sul)
Rodoviário	Regional	BR-392 (Trecho Formigueiro – Santa Maria)
Rodoviário	Regional	RS-149 (Trecho Restinga Seca – Novo Cabrais)
Rodoviário	Regional	RS-241 (Trecho Cacequi – São Vicente do Sul)
Rodoviário	Regional	RS-332 (Trecho Não-me-toque – Tapera)
Rodoviário	Regional	RS-392 (Trecho Cruz Alta – Tupanciretã)
Limitação do tamanho dos trens		
Ferroviário	Interegional	Trecho Cruz Alta – Ijuí – Santo Ângelo – Santa Rosa
Ferroviário	Interegional	Trecho Cruz Alta-Passo Fundo

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Além desses gargalos de capacidade e condições de operação, há 10 municípios (20%), que não contam com acesso asfaltado, dificultando escoamentos de produções e acessos a serviços: no Alto Jacuí, Fortaleza dos Valos; no Jacuí-Centro, Novo Cabrais e no Central, Capão do Cipó, Dilermando de Aguiar, Ivorá, Jarí, Pinhal Grande, Quevedos e São Martinho da Serra.

Em armazenagem a região ocupa a segunda posição no Estado em capacidade de armazéns convencionais para produtos ensacados (624 mil ton) e para grãos (2,8 milhões de ton), em apoio à sua produção de grãos. Não há aeroportos na região senão pequenos aeroportos locais em Santa Maria, Santiago e Cachoeira do Sul.

Cachoeira do Sul e Santa Maria são os maiores consumidores de energia na região que, embora com baixos consumos frente ao Estado – 1,1 milhão de MWh em 2003 – vem crescendo a taxas de 2% a.a., pouco inferiores às do PIB regional.

Embora os níveis de serviço de suprimento energético estejam dentro dos padrões estabelecidos pela ANEEL, há três gargalos em linhas transmissão energética, cujas capacidades estão esgotadas: em Santa Maria e seu entorno; de Cruz Alta rumo ao sul, a Salto do Jacuí; e no extremo leste do Alto Jacuí, no entorno de Não-Me-Toque.

Com exceção das cidades mais importantes da hierarquia urbana, o número de telefones fixos por domicílio tende a ser muito baixo. Fora da rede de transmissão de dados que atende a Universidade de Cruz Alta (Tchê), não há *backbones* comerciais na região.

O epicentro da potencialidade de geração de inovações da região é Santa Maria, com sua Universidade Federal e com a presença da ULBRA e da UNIFRA. Ela exerce sua área de influência sobre toda a região e COREDEs adjacentes.

Trata-se da 3ª concentração de grupos de pesquisas do Estado (12%), voltadas a várias áreas, sendo a maioria em ciências agrárias, mas também em saúde, ciências exatas e ciências humanas. Há, ainda, a presença da ULBRA, em Cachoeira do Sul, da UNICRUZ, em Cruz Alta, da URI em Santiago e da UERGS, em Cachoeira do Sul, Santa Cruz e Ibirubá, mas suas capacitações em pesquisa são mais limitadas. Existem Pólos de Modernização Tecnológica na região, ligados à UFSM, à URI e à UNICRUZ. Como um todo, pode-se sustentar que a estrutura de pesquisa tem boa aderência em relação à matriz produtiva local.

Os indicadores quantitativos desta dimensão tendem a ser mascarados pela desigualdade dentro dos COREDEs desta Região Funcional. O Central, influenciado por Santa Maria, tende a possuir indicadores mais altos e próximos da média do Estado, chegando a superá-la no tocante ao percentual de jovens freqüentando o ensino superior. Já o COREDE Jacuí-Centro possui diversos indicadores entre os piores de todo Estado.

## III.3.8.2. Cenário Tendencial

A persistirem as tendências socioeconômicas e demográficas recentes, as perspectivas para o futuro da região apontam para uma leve elevação de sua participação no PIB estadual, e, embora aumente, o PIB per capita permanece abaixo da média estadual. Ampliam-se as desigualdades na renda e assiste-se a um crescimento acelerado da urbanização, como registram as análises na seqüência.

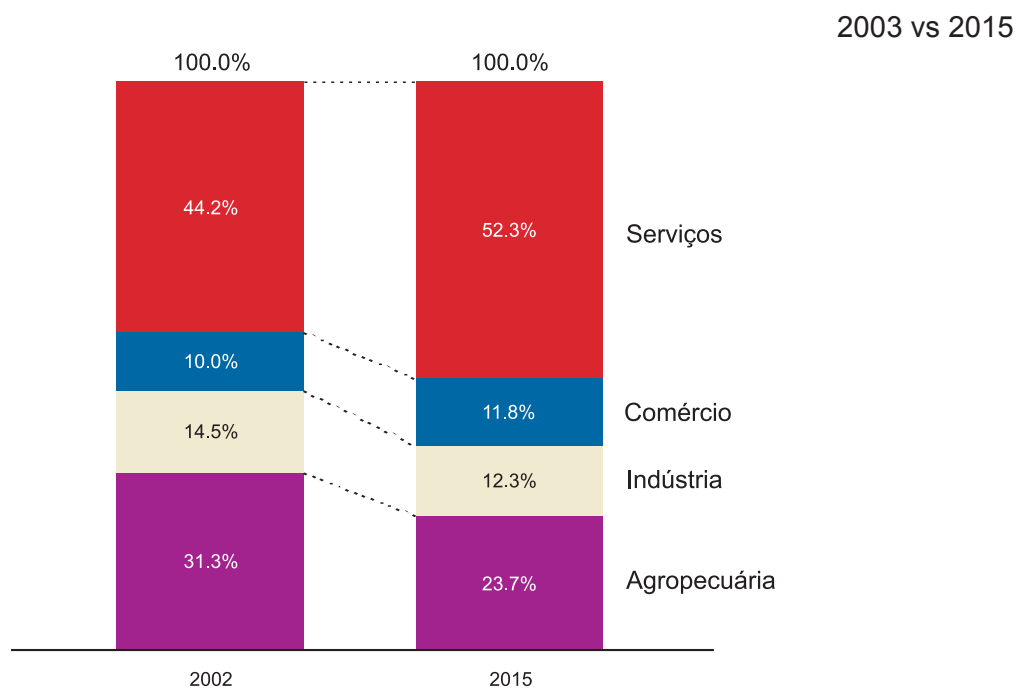
Prevê-se crescimento populacional de 0,46% a.a. (a segunda mais baixa taxa de crescimento das regiões funcionais gaúchas) entre 2000 e 2015. No período, há uma tendência de queda da população rural à taxa de 3,4% a.a., chegando a região, em 2015, a uma taxa de urbanização de cerca de 87%.

Em termos de desigualdade, entre 2003 e 2015, prevê-se um acréscimo na desigualdade da renda da população ocupada, em todos os COREDEs que compõem a região. O efeito, contudo, não é elevado. Em geral, trata-se de um acréscimo de um centésimo no índice de Gini das regiões.

Não há oscilação nos níveis de pobreza: os 49% da população dos COREDEs Jacuí-Centro e Central, assim como os 48% do COREDE Alto Jacuí permanecem até 2015.

Está previsto que, entre 2003 e 2015, o PIB per capita da Região Funcional 8 passe de R\$ 8.655 para R\$ 13.845, um crescimento esperado de 60% no período. Sua participação no PIB gaúcho subirá de 5,79% para 6,12%. Crescendo a taxas mais altas que o Estado, a região 8 tende a aproximar-se do PIB médio *per capita*: sua proporção quanto a ele deverá passar de 75% em 2003 para 84% em 2015.

**Figura III-106 – Evolução da Composição Setorial do PIB da RF 8**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

O cenário tendencial não aponta para uma reestruturação intensa da estrutura produtiva até 2015. O fato mais notório é a redução da participação da Agropecuária, que tenderá a perder 6%, caindo para apenas 23,7% do Valor Adicionado. Em contraponto, prevê-se um aumento de 4,4% na participação da Indústria no Valor Adicionado. Comércio e Serviços tenderiam a pequenos incrementos. Essas limitadas mudanças estruturais não fazem com que a região perca a sua característica de ter o menor coeficiente de especialização. Isto é, seu perfil setorial é o mais semelhante, entre todas as regiões funcionais, ao da economia gaúcha com um todo.

O Cenário Tendencial aponta que os COREDEs Alto Jacuí, Central e Jacuí-Centro têm especialização e vantagem comparativas nos seguintes setores, respectivamente: *Máquinas e Tratores*, *Serviços e Agropecuária*. No setor em que é especializado, cada COREDE terá taxas de crescimento mais altas do que as médias gaúchas no mesmo setor.

Já nos setores *de Agropecuária* (Central e Alto Jacuí) e *Processamento de Laticínios* (Alto Jacuí apenas), nos quais estes COREDEs são especializados, haverá uma tendência a crescimento mais baixo no restante do Estado.

Por outro lado, dentre os setores promissores (isto é, aqueles que crescerão a taxas elevadas, mesmo que neles ainda não haja especialização), pode-se destacar a *Indústria Química* e a *Fabricação de Calçados e Couro*, nos COREDEs Alto Jacuí e Central, além de outros, tais como:

- Santa Maria tem porte urbano suficiente e o capital humano para desenvolver um pólo regional de serviços mais qualificados, do chamado terciário superior. Isso tenderia a gerar transbordamentos capazes de revitalizar o seu entorno.
- Máquinas Agrícolas no COREDE Alto Jacuí: até pela proximidade com o eixo Horizontina-Panambi (Região 7), com zonas agrícolas importantes, esta atividade tem um futuro promissor, especialmente se conseguir manter a dinâmica tecnológica.

Vale apontar que esta apreciação está em consonância com o que apontou o Cenário Tendencial: a região será especializada e com vantagens comparativas nesses dois setores.

Além disso, analisando os 25 setores projetados pelo Cenário Tendencial, observa-se que, na Região Funcional 8, o setor Agropecuário (o mais relevante da região em 2003) permanece em destaque em 2015, com sua participação no VAB do setor no Estado mantendo-se estável, porém com sua participação no VAB da região caindo sensivelmente (quase 6% no período). Os setores químico e de calçados e couros crescem respectivamente 16,7% e 21,9%, ampliando a participação no VAB, porém ainda longe de obter peso muito relevante em seus setores. A **Tabela III-26** mostra a participação estimada da região no VAB de 2003 e de 2015 do Rio Grande do Sul nos 25 setores analisados no Cenário Tendencial.

**Tabela III-27 – VAB Setorial em 2003 e 2015 – RF 8**

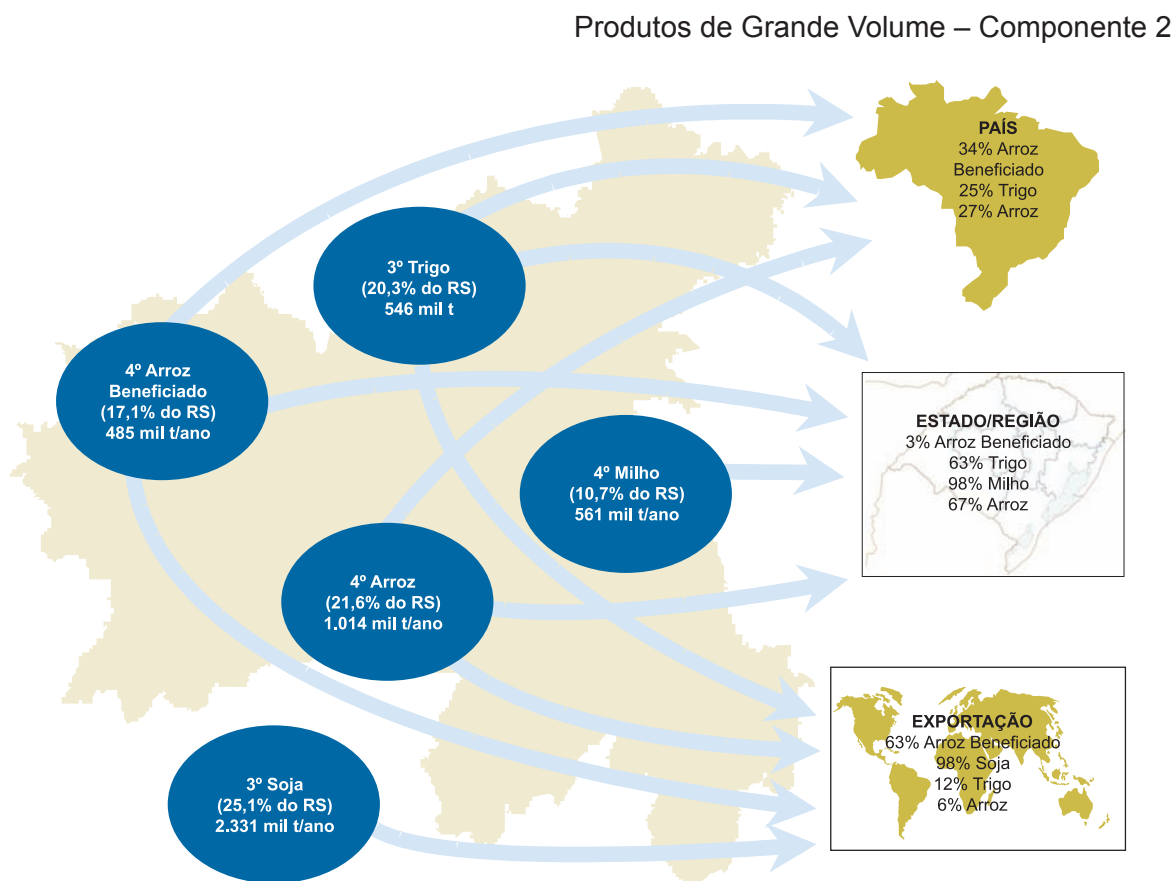
(R\$ milhões de 2003)

Setores	2003			2015		
	R\$ (R\$ Mil)	% do Total da Região	% do RS	R\$ (R\$ Mil)	% do Total da Região	% do RS
Agropecuária	2,106	29.8%	11.9%	2,830	23.7%	11.9%
Indústria						
Metalúrgica	58	0.8%	1.7%	107	0.9%	1.9%
Máquinas e Equipamentos / Tratores	49	0.7%	1.9%	134	1.1%	2.4%
Material Elétrico	5	0.1%	0.8%	18	0.1%	1.4%
Material de Transportes	3	0.0%	0.2%	5	0.0%	0.2%
Serrarias, Madeira e Móveis	33	0.5%	2.8%	46	0.4%	1.2%
Papel e Gráfica	38	0.5%	2.7%	76	0.6%	3.2%
Química	24	0.3%	0.3%	154	1.3%	1.2%
Calçados e Couros	23	0.3%	0.5%	248	2.1%	3.4%
Produtos de Origem Vegetal	13	0.2%	0.4%	63	0.5%	1.6%
Abate e Preparação de Carnes	74	1.1%	2.9%	98	0.8%	2.9%
Leite e Laticínios	15	0.2%	2.2%	18	0.1%	2.0%
Óleos Vegetais	7	0.1%	0.5%	15	0.1%	0.8%
Demais Ind. Alimentares	38	0.5%	2.3%	57	0.5%	2.5%
Demais Indústrias	90	1.3%	2.0%	182	1.5%	1.9%
Serviços Utilidade Pública	90	1.3%	3.9%	247	2.1%	5.7%
Construção Civil	182	2.6%	3.2%	647	5.4%	7.4%
Comércio	761	10.8%	6.6%	1,410	11.8%	6.8%
Transporte	102	1.4%	4.7%	188	1.6%	4.3%
Comunicações	200	2.8%	6.7%	337	2.8%	6.6%
Instituições Financeiras	473	6.7%	6.7%	871	7.3%	7.2%
Serviços Prestados às Famílias	621	8.8%	7.3%	1,259	10.5%	7.2%
Aluguel de Imóveis	505	7.1%	4.9%	742	6.2%	5.6%
Pública	1,444	20.5%	9.9%	2,055	17.2%	9.5%
Serviços Privados Não Mercantis	110	1.6%	7.7%	152	1.3%	7.8%
Total	7,063	100.0%	5.8%	11,958	100.0%	6.1%

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

A análise da Figura III-107, onde estão representados os destinos da produção geradora de grandes volumes, mostra a importância do mercado estadual para todos os produtos, exceto a soja e o arroz beneficiado que se destinam prioritariamente ao comércio exterior.

**Figura III-107 – Estimativa das Principais Produções e Movimentações de Produtos de Grandes Volumes da RF 8 em 2015**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

### III.3.8.3. Visão Estratégica e Estratégias Propostas

As aptidões regionais estão relacionadas, direta ou indiretamente, ao seu setor agropecuário, com diversificação de produtos e boa competitividade, embora com pouca integração entre produção e processamento nas principais cadeias agropecuárias.

Possui limitado mercado consumidor interno, haja vista sua pequena dimensão e poder aquisitivo, mas a situação da infra-estrutura social e as condições sociais são satisfatórias. Conta ainda com malha de transporte favorável, com sua alta acessibilidade a terminais ferroviários e grandes corredores de escoação de produção, para integrar-se a mercados mais vultosos.

Santa Maria se mostra apta para continuar sendo um pólo comercial e de serviços privados e públicos, capaz de atingir até mesmo regiões funcionais contíguas. Sua capacidade de pesquisa pode transformá-la em geradora de inovações para o setor produtivo regional.

A matriz SWOT indica alguns aspectos importantes a serem considerados para o planejamento da região, conforme expressos a seguir:

#### **a) Base econômica agrícola com alta diversidade, mas ameaçada por competitividade pouco diferenciada e cadeias produtivas pouco adensadas**

A maior parte das oportunidades e potencialidades da região se dá ao redor do setor agropecuário, como um todo, pela conjunção da presença relevante na região dos principais produtos agrícolas do Estado (soja, trigo, arroz, milho) com a tendência que aponta para a expansão forte da demanda por exportação na agropecuária entre 2004 e 2015. O fácil acesso aos terminais ferroviários, a oferta de infra-estrutura de transportes para escoamento da produção e a infra-estrutura de pesquisa oferecida especialmente pela UFSM são capazes de alavancar as oportunidades de desenvolvimento citadas. Além disto, existe boa disponibilidade hídrica superficial, exceto no COREDE Jacuí-Centro. Neste, mais de 90% daquela disponibilidade é utilizada para irrigação, que com uma evapotranspiração hídrica acentuada ocasiona problemas freqüentes de estiagem.

Entretanto, como a região não se destaca pela competitividade, expressa pela eficiência e pela produtividade, de seus produtos principais, isto torna-a mais vulnerável que outras regiões do Estado e do País a movimentos desfavoráveis de preço, com destaque para a taxa de câmbio em relação aos produtos exportáveis.

Mesmo a oportunidade advinda do aumento da demanda pelos produtos primários da região pode se ver frustrada pela restrição a se ampliar a área cultivada pois as terras propícias à agricultura são restritas na região. Portanto, possíveis expansões da demanda externa por arroz, soja ou trigo não poderão ser totalmente respondidas pelo aumento das áreas cultivadas. Adicionalmente, a aplicação da legislação ambiental, visando restringir a poluição, impõe restrições à atividade primária e a força a mudar sua base tecnológica e, talvez, a ter incrementos nos seus custos. Os problemas mais graves da região estão relacionados com a agricultura mecanizada e com os dejetos orgânicos decorrentes da criação de aves e suínos.

Neste sentido, como o aumento da produtividade é que deve ser a alavanca para crescimento da produção e como há a demanda por tecnologias agropecuárias mais ecologicamente sustentáveis, a região apresenta como fraqueza a baixa integração entre a pesquisa e o meio produtivo.

A região tem no processamento de produtos agropecuários dominantes o principal elo faltante das cadeias agrícolas, tendo boa parte do processamento da sua vultosa produção primária realizado fora de suas fronteiras.

A produção de máquinas agrícolas da região pode desenvolver-se aproveitando os espaços oferecidos pelo crescimento do *agribusiness* brasileiro (e do comércio mundial), além da continuidade dos incentivos governamentais à modernização agrícola. Entretanto, esta produção de máquinas agrícolas, bem como o processamento de produtos agrícolas, podem sofrer forte concorrência e atração por parte de outras regiões do próprio Estado que já têm tradição nesses setores.

#### **b) Ampla e variada oferta de infra-estrutura de transportes para escoamento da produção**

Embora distante do Porto do Rio Grande, possui variada oferta de modais de transporte, ligando-a aos principais centros de escoamento e consumo do Estado (Porto Alegre e Porto do Rio Grande), sendo servida por ligações rodoviárias, hidroviárias e ferroviárias. A região apresenta ainda elevada capacidade de armazenagem para produtos ensacados e para grãos.

Entretanto, apresenta diversos gargalos que afetam sua competitividade agrícola, como a limitação na velocidade dos trens de carga, muitos trechos rodoviários sem condições adequadas de pavimentação e a saturação de tráfego nos trechos da BR-158 (entre Cruz Alta e Santa Maria), da BR-377 (entre Santa Bárbara e Fortaleza dos Valos) e da RS-223 (próximo à Ibiruba).

Embora se constitua importante fator para a economia da região, a malha de transportes está organizada de forma a dificultar a integração interna da região entre seus municípios. Sua configuração em forma de espinha de peixe implica em grandes voltas e aumenta muito os tempos de deslocamento entre sedes municipais.

#### **c) Potencialidade de Santa Maria tornar-se pólo irradiador devido sua infra-estrutura de serviços e educacional que exerce forte influência sobre toda a região.**

A cidade de Santa Maria exerce forte polarização da região em termos de empregos, saúde, educação e serviços, contando com bom potencial de geração de inovação a partir de sua base de instituições de ensino superior, apoiada por uma boa infra-estrutura de redes de transmissão de dados de alta velocidade, que pode propiciar à cidade a possibilidade de se especializar-se na prestação de serviços técnico-comerciais, baseados na modernização da agricultura e na expansão do agro-negócio. Desta forma, a cidade pode endogeneizar a dinâmica regional ao reforçar sua atuação na difusão de tecnologias e na prestação de serviços qualificados ao setor produtivo.

Por contar com um alto percentual de funcionários públicos e militares, especialmente federais, a cidade de Santa Maria possui uma fonte estável de renda e uma população relevante de classe média, mas corre o risco específico de redução da massa salarial dos servidores e conseqüentes impactos na renda da região, uma vez que não há perspectivas de cres-



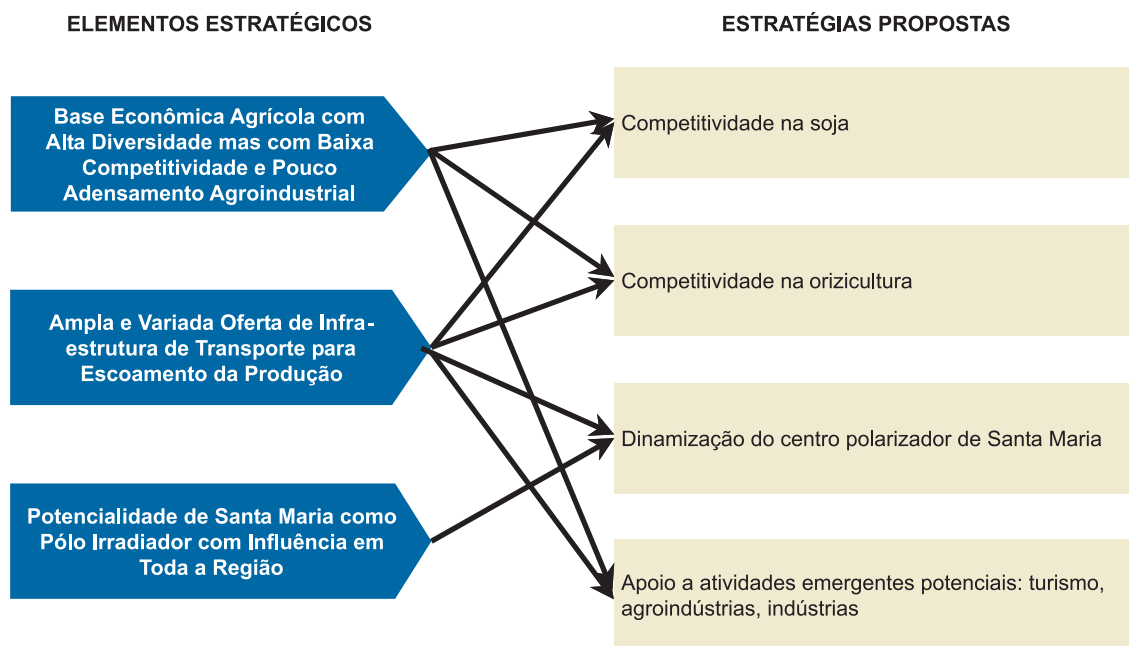
cimento da massa salarial ligada ao setor público: esse novo impulso é fundamental para o desenvolvimento da cidade.

Como pólo regional, a cidade tem o potencial de reverter a atual situação, convertendo um setor de serviços passivo num centro irradiador de novas energias de desenvolvimento. Neste sentido, a cidade é capaz, também, de usufruir das vantagens decorrentes da tendência geral de mudança do perfil da demanda na direção dos serviços. Entretanto, a pouca integração do setor de I&C com a esfera produtiva, como ocorre atualmente, pode fazer com que tal oportunidade seja perdida e levar os potenciais demandantes de serviços a buscar outras regiões melhor qualificadas tecnologicamente.

Alavancar a base agrícola (soja no norte; arroz no sul), aumentando a produtividade, via tecnologia, apoiada na infra-estrutura de transporte e armazenamento existente, tendo Santa Maria como pólo irradiador do desenvolvimento.

Para cumprir os papéis identificados como visão estratégica – alavancar a base agrícola (soja no norte; arroz no sul), tendo Santa Maria como pólo irradiador do desenvolvimento – as estratégias para a região situam-se em quatro vertentes, que atendem aos elementos estratégicos, como registra a **Figura III-108**.

**Figura III-108 – Elementos Estratégicos x Estratégias Regionais da RF 8**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

### **Estratégia 1: Competitividade na Cultura da Soja**

Maximizar a área irrigada e utilizar tecnologias apropriadas para a irrigação (sementes, defensivos e outros), de forma a otimizar a produtividade da região.

A soja é cultura predominante no Norte da região, quase que como extensão natural da soja plantada nas regiões 7 e 9. Sua produtividade pode ser aumentada via irrigação, conforme já demonstrado em área da própria região. Ressalte-se que cerca de metade dos 90 mil ha. de soja irrigada do Rio Grande do Sul estão nessa região, a demandar tecnologia apropriada para a mesma com relação a sementes, defensivos e outros insumos agrícolas bem como em relação a técnicas de plantio, de irrigação e regularização do suprimento hídrico.

A manutenção da competitividade nesta cultura pode desencadear efeitos a jusante na cadeia, com benefícios na região, por meio de processamentos que agreguem valor, tal como a produção de bioenergia, rações e produtos alimentares.

### **Estratégia 2: Competitividade da Orizicultura**

Aproximar a eficiência da região à da Região Funcional 5 (a líder), tornando seu cultivo e produção menos vulneráveis à concorrência externa. Para tanto, será necessário otimizar as capacitações de gestão dos agricultores às melhores práticas já existentes na região.

### **Estratégia 3: Fortalecimento do Centro Polarizador de Santa Maria**

Aumentar a atratividade da cidade com iniciativas voltadas a negócios, tais como casas de negócios e convenções de técnicas de gestão e comercialização agrícola, interligando tais iniciativas com as atividades da universidade e ensejando novos serviços de suporte.

Ao invés de ter um setor de serviços passivo, com dinâmica apenas derivada da atividade econômica do seu entorno, Santa Maria pode se transformar em um centro irradiador de novas energias de desenvolvimento. A cidade pode endogeneizar a dinâmica regional ao reforçar sua atuação na difusão de tecnologias e na prestação de serviços qualificados ao setor agrícola produtivo. A forma de fazê-lo passa, certamente, por uma maior integração com o setor primário da região. Ao disseminar tecnologias e serviços qualificados para tais atividades, a cidade contribui para o seu próprio vigor econômico, mas também para a competitividade da zona rural da região.

Além disto, na cidade, está sediada a UFSM – Universidade Federal de Santa Maria, considerada uma das melhores universidades do Estado. A UFSM possui 1.093 professores, para 11.876 alunos de graduação e 1.761 pós-graduandos em seus 24 cursos de mestrado e 11 de doutorado. A UFSM é a segunda universidade federal em número de cursos de pós-graduação reconhecidos pela CAPES no Estado.

#### **Estratégia 4: Apoio às Atividades Emergentes Potenciais**

Estimular setores e empreendimentos da região que, mesmo não tendo importância econômica absoluta, têm potencial de crescimento na região funcional. A chave dessa estratégia é a de explorar a diversidade produtiva da região como para a criação de alternativas para o seu desenvolvimento de longo prazo. Trata-se, nesse sentido, de explorar seletivamente as múltiplas atividades econômicas dispersas pela região que têm aderência e representatividade em seus espaços micro-regionais:

Uma listagem, não exaustiva, dos setores identificados por esse estudo são as seguintes:

##### **a) Turismo**

Os potenciais turísticos da região se caracterizam pela diversidade. Existem atrativos culturais, científicos, religiosos e naturais. No campo do turismo cultural, por exemplo, a região da Quarta Colônia possui o diferencial de ainda não ser tão desenvolvido quanto a Serra Gaúcha. Isso a mantém protegida dos riscos de descaracterização e homogeneização decorrentes da exploração comercial excessiva. Esse traço, corretamente explorado, pode vir a ser atrativo para aqueles turistas em busca de uma experiência de contato com a tradição dos imigrantes de modo mais original. A Rota Paleontológica é um atrativo adicional e a estrutura do município de Mata já demonstra que o turismo científico tem capacidade de atrair visitantes. Especialmente nas áreas remanescentes de Mata Atlântica pode haver espaço para o desenvolvimento do ecoturismo. Os esforços recentes, como a Rota das Terras, que inclui diversos municípios do Alto Jacuí, também são dignos de nota. E, por fim, há que se ressaltar o papel do turismo religioso e cultural em São João do Polésine.

##### **b) Indústrias**

No setor industrial, a região já tem uma vitalidade especialmente na produção de máquinas agrícolas. A delimitação, pelo SEBRAE, do Arranjo Produtivo Local Alto Jacuí- Produção indica um sinal de sua capacidade de organização e de competição. O incentivo a tais atividades poderá ser uma alavanca de uma renovação industrial da região, levando a uma malha produtiva setorial mais completa, com menores vazamentos para outras áreas.

Além disso, o cenário tendencial deste estudo apontou que o setor de máquinas agrícolas na região terá vantagens comparativas especializadas. Mais ainda, por estar relativamente próxima do eixo Horizontina-Panambi, a parcela norte da Região Funcional tem o potencial para se transformar em uma área de expansão desse campo aglomerativo.

A recente notícia da instalação da uma fábrica de vagões em Santa Maria sugere que o desenvolvimento industrial na Região Funcional é viável. Tal fábrica, resultado de um investimento de R\$5 milhões e gerará 400 empregos diretos e 1200 indiretos. Apesar de não estar

relacionada diretamente com a produção de máquinas agrícolas do Alto Jacuí, este impulso industrial poderá se tornar uma força de atração adicional para outras atividades secundárias na região. Com isso, haveria mais uma área de atração industrial no centro do estado, fazendo com que círculos virtuosos de crescimento industrial se desenvolvam nesse território.

Outros setores de produção industrial (e.g. a indústria têxtil e confecções, serrarias e produção de móveis, extração de pedras semi-preciosas e seu artesanato) estão relativamente dispersos pela região e podem se mostrar competitivos no longo prazo.

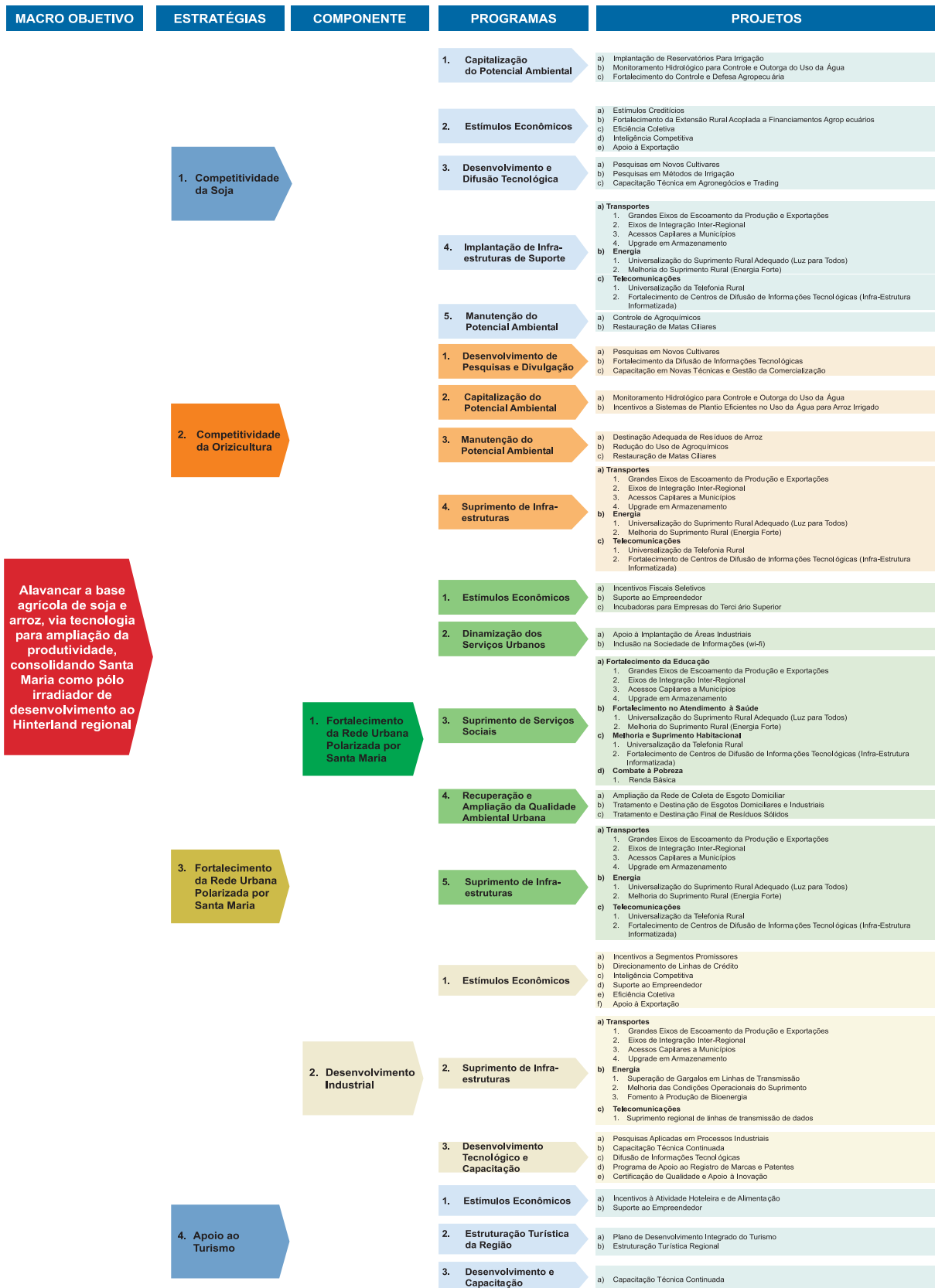
### c) Agroindústrias

Também na agroindústria, há potencial para o desenvolvimento e no setor de laticínios em empresas de maior escala. Também conectada com a produção agrícola da região há espaço para o processamento de farináceos e de embutidos em pequenas empresas. Uma produção em micro-escala de produtos especializados, com identidade regional, tem capacidade de encontrar nichos de mercado protegidos das indústrias de grande escala de outras regiões.

#### III.3.8.4. Programas e Projetos

A **Figura III-109** apresenta o conjunto de programas e projetos e sua articulação com as diferentes estratégias. São 65 projetos, distribuídos em 20 programas, O detalhamento referente à distribuição da execução dos projetos no tempo e à estimativa dos recursos necessários é apresentado no **Anexo I**.

Figura III-109 – Gráfico de Objetivos e Meios para a RF 8



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

### III.3.9. Região Funcional 9

#### III.3.9.1. Perfil e Desempenho Recente

A Região Funcional 9 de planejamento é formada por cinco COREDEs – Médio Alto Uruguai, Norte, Produção, Alto da Serra do Botucaraí e Nordeste.

Figura III-110 – Homogeneidades e Polaridades na RF 9

NORDESTE	MÉDIO ALTO URUGUAI	NORTE	PRODUÇÃO	A. S. DO BOTUCARAÍ
Em Transição: Movimento de ascensão econômica em relação às médias estaduais socioeconômicas			Estável: Crescimento/potencialidades na média estadual	Em dificuldades: Pobreza e falta de dinamismo
Produção agrícola: soja (primaz), milho, trigo				
Forte presença de pequenos produtores rurais (familiar)				
		Máquinas/equipamentos agrícolas: material de transporte s/ cadeia de aves/suínos		
Expansão de culturas empresariais				
Fortes conexões individuais com Santa Catarina onde ocorre a integração entre eles				
Pólo urbano: Lagoa Vermelha	Pólo urbano: Frederico Westphalen	Eixo urbano industrial resiliente: Erechim, Passo Fundo, Getúlio Vargas e Carazinho		Pólo urbano: Soledade
Maçã	Pedras/Trigo	Aves/Suínos	Grãos	Pedras
Estrutura radial de acesso por transporte com centro em Passo Fundo				
			Forte polarização urbana de empregos, saúde e universidade	

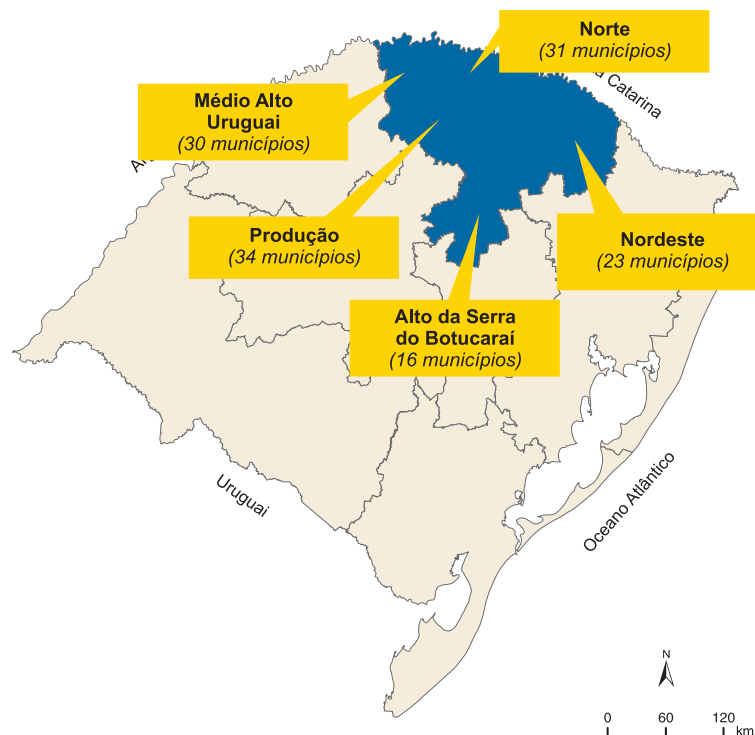
Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Apesar de diferenças em termos de estrutura fundiária, relevo e na presença de cadeias industriais diferenciadas (máquinas e implementos agrícolas, automotiva, gemas e móveis), essa área apresenta forte polarização entre essas regiões (em empregos, captação de transportes, universidades e centros de pesquisa, saúde) e homogeneidade na produção agrícola e agro-industrial.

Situada nas fronteiras com Santa Catarina, sua estrutura compõe-se:

- De três COREDEs fronteiriços – Médio Alto Uruguai, Norte e Nordeste – classificados como “Em Transição” pois apesar de apresentarem desempenho econômico, situação social e potencialidades socioeconômicas e ambientais abaixo da média estadual, situam-se próximos a essa média e subiram de patamar no período entre 1990 e 2002, em movimento ascendente de aproximação dessas médias;
- Do COREDE Produção, central à região, e classificado como “Estável”, por apresentar crescimento econômico e potencialidades acima da média estadual, embora com condições sociais baixas; e,

**Figura III-111 – Municípios e COREDEs da RF 9**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

- Do COREDE Alto da Serra do Botucaraí, ao sul e central ao Estado, classificado como “Em Dificuldades” por caracterizar-se como dos mais pobres e pouco dinâmicos do Estado, já que resultou de um movimento de desagregação de outros COREDEs, visando que esse novo conjunto de municípios obtivessem maiores recursos orçamentários, em função dos critérios de prioridades com base em indicadores socioeconômicos mais baixos. Sua gênese, assim, está associada à sua precariedade de condições.

Algumas características devem convergir para um projeto comum:

- Forte presença da cadeia de produtos de origem animal e de máquinas e equipamentos agrícolas, que forma na região e com Santa Catarina – Chapecó e Concórdia – um eixo industrial interligando seus principais pólos – Erechim, Passo Fundo e Carazinho – localizados na área central, enquanto nas porções periféricas a dominância é do setor agrícola e terciário pouco desenvolvido;
- Fortes interações entre eles nas polarizações de empregos, nas viagens de transportes, na rede e hierarquia urbana, nas universidades e centros de pesquisas, nos serviços de saúde;
- Certa homogeneidade no grau de investimentos públicos e dependência de recursos externos, na renda baixa com pobreza estável ou aumentando e no alto grau de potencialidades para usos agrícolas.

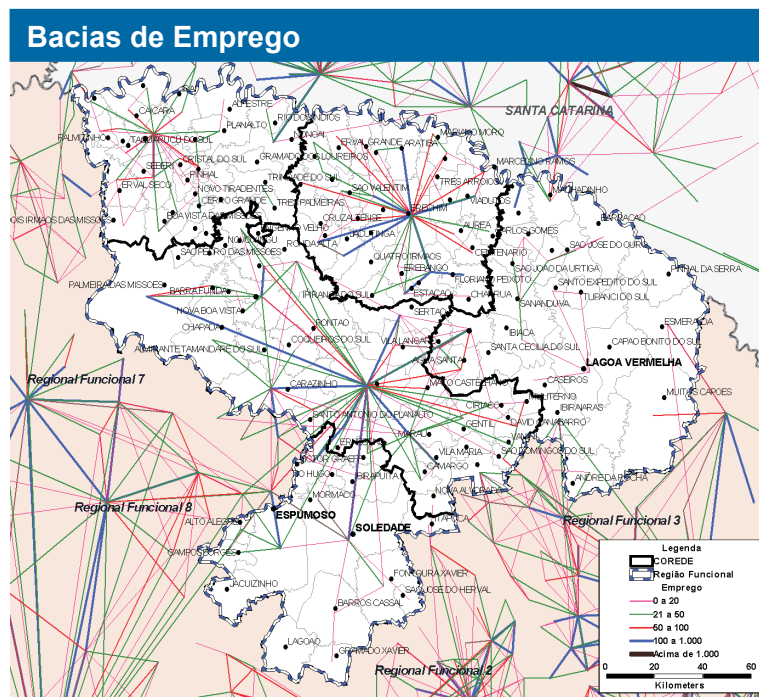
Situada nas Bacias do Uruguai, ao norte, e do Guaíba, ao sul, destaca-se por manter uma integração interna entre os COREDEs constituintes, fora do território gaúcho, em Santa Catarina, formando um arco ao norte, com várias conexões com a região. Constitui-se em área de recarga do aquífero Guarani, sendo as barrancas do Rio Uruguai, sua área de descarga e prioritárias para conservação de vegetações.



Figura III-112 – Polarizações, Sistema Viário e Potencialidades Ambientais



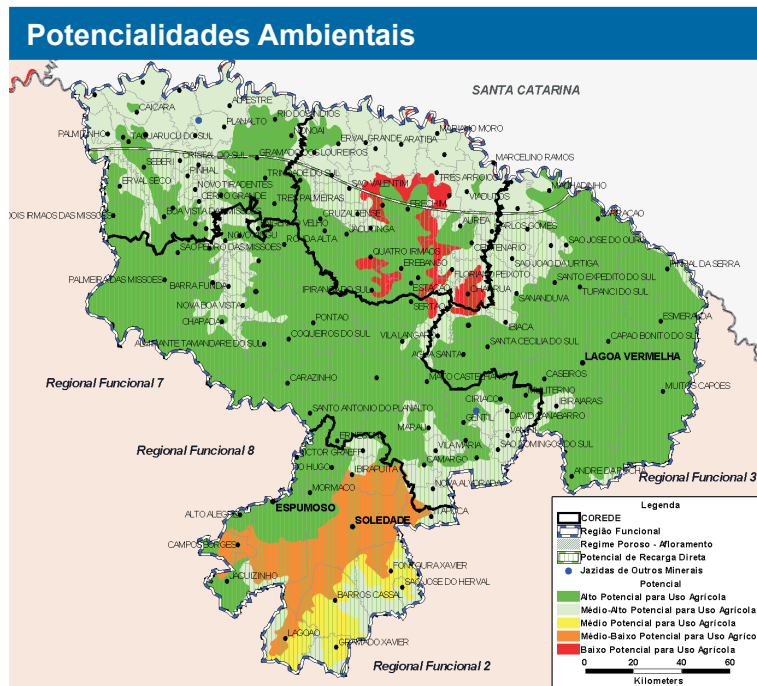
Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

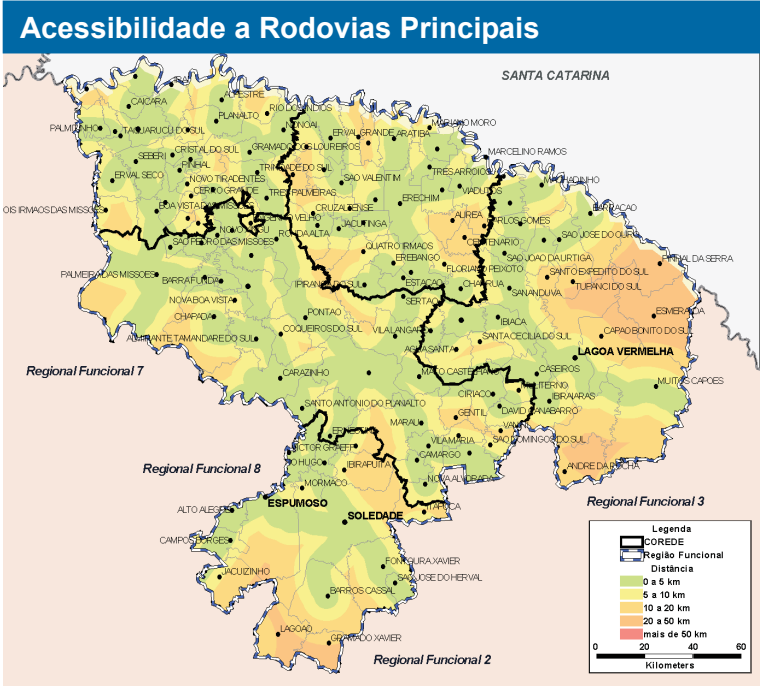


Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

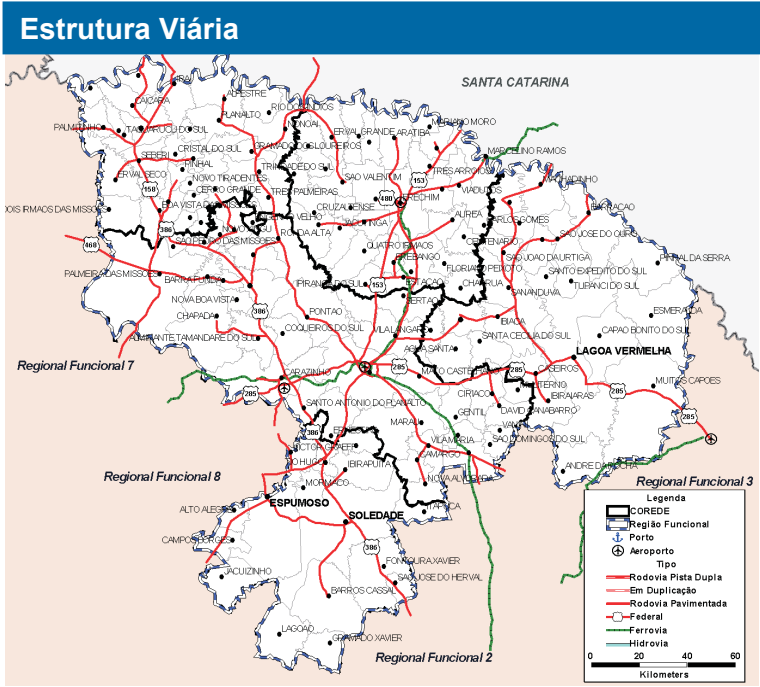


Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Figura III-112 – Continuação



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

A população regional de 1 milhão de habitantes em 2000, a segunda concentração do Estado, representava 10% da estadual, tendo diminuído a participação de 11% que detinha em 1991. No período, a região apresentou um crescimento populacional irrisório – 0,4% a.a., muito abaixo da média estadual de 1,2% a.a. Enquanto os COREDEs centrais de Norte e Produção concentram 6% da população estadual, os três demais periféricos detêm 4%.

A urbanização tem alcançado taxas positivas – 2,2% a.a. – demonstrando uma forte ampliação dos 134 centros urbanos que a compõem, embora a população rural continue com percentuais dos mais elevados do Estado: 36%.

Dois municípios – Carazinho e Erechim – concentram 20% da população; e, finalmente o pólo regional de Passo Fundo, com mais de 100 mil habitantes, concentrando 24% da população urbana regional. Destaca-se que, embora a população se concentre nos centros de médio e grande porte, há ainda um percentual elevado nos pequenos municípios, indicando a dominância de populações rurais.

A evolução do PIB total da Região Funcional 9 entre 1990 e 2002 de 2,94% a.a, alcançou um desempenho ligeiramente superior à média estadual (2,36% a.a.), o terceiro do Estado, passando de R\$ 6,8 bilhões para R\$ 10,5 bilhões, aumentando sua participação no PIB estadual, de 8% para 9,7% no período.

Ressalte-se que de 1990 a 1996 a região alcançou taxas de crescimento do PIB de 5,6% a.a, a mais alta do Estado e muito acima que a média estadual de 2,9% a.a. no período, tendo caído bruscamente para 1,7% a.a. entre 1996 e 2002, abaixo da média estadual de 1,8% a.a., o que indica perda do dinamismo anterior.

No entanto, esse bom desempenho econômico, aliado ao pequeno crescimento populacional ocorrido no período, resultou que o PIB per capita, que representava 74% da média estadual em 1990, alcançasse 94% dessa média em 2002.

A estrutura produtiva regional apóia-se no setor de comércio e serviços, responsável por 45,6% do PIB regional, com boa evolução desde 1990 – 2,2% a.a. – seguido do setor agropecuário, com 34% do PIB regional, evoluindo a altas taxas de 4,5% a.a.; e por último o industrial, com 20%, mas com forte evolução recente: 5% a.a.

O setor de comércio e serviços dominante tem âmbito de atendimento regional, já que a área é distante da metrópole e conta com vários centros urbanos de porte centrados no COREDE Produção – Passo Fundo, primaz e polarizador da região – apoiado por Carazinho; e Erechim no Norte, além de vários centros menores espalhados por toda a região.

Na agropecuária, tanto se ampliou a participação setorial regional – de 31% para 34%, como sua participação no Estado: de 21% para 22%. No setor, destaca-se como segmento dominante a soja – primaz – responsável por cerca de 53% do valor da produção agrícola regional em 2002, tendo apresentado alto crescimento desde 1990 (14% a.a.) e espalhando-

se em todos os municípios integrantes da região. Destacam-se, além dele, o trigo, o milho, a mandioca e o fumo (10% da estadual e com altas taxas de crescimento), também disseminados em quase todos os municípios que, juntos, representam cerca de 90% do valor da produção agrícola regional.

Comparecem como culturas dinâmicas algumas frutas – melancia, melão, caqui, tomate, figo, abacaxi e pêssigo – mas que respondem por menos de 1% do valor da produção agrícola regional. No COREDE Nordeste, a maçã tem representatividade (5% do valor agrícola e 15% do valor desse produto no Rio Grande do Sul) e vem crescendo, influenciada pelo vizinho COREDE Hortênsias onde é dominante.

Mas é na pecuária que ela se destaca, com cerca de 27% dos efetivos de aves e 28% de suínos, estes o maior do Estado e 10% nos bovinos (quinta posição).

A menos da mandioca, milho e frutas, as demais são culturas empresariais – grandes extensões e mecanização – que se chocam com uma estrutura fundiária de pequenas propriedades – 90% dos estabelecimentos têm até 50 ha, 73% delas sendo próprias e ocupando apenas 44% das terras com uso agropecuário. Assim, qualquer medida de apoio ao setor, passa, necessariamente, pela superação das dificuldades dos pequenos produtores, no acesso a créditos, assistência, conhecimentos e infra-estruturas diversas.

No setor industrial, predomina o segmento de produtos de origem animal, pela cadeia de aves e suínos, com 23% do VAB regional. Segue-se o segmento de máquinas, equipamentos e tratores (13%), ambos concentrados no Norte e Produção. Os demais segmentos – indústria alimentícia, material de transportes, calçados e couros, móveis, metalúrgicos, farinhas e rações e têxtil – detêm menores participações, mas imprimem um grau de diversificação alto à região, mais especificamente no eixo central norte-sul de Erechim a Passo Fundo. Nas periferias desse eixo, a produção industrial é menos diversificada e pouco significativa. Têm alcançado grande crescimento do VAB, os segmentos de cimento, fumo manufaturado, fertilizantes, siderúrgicos e sucatas e químicos, que, embora representem apenas 1,5% do VAB industrial regional, vem contribuindo para a diversificação produtiva.

Nas cadeias agroindustriais, todos os produtos dominantes e dinâmicos têm maior representatividade na produção agrícola que no processamento: a soja, com 36% da produção agrícola estadual, assistiu ao declínio total do processamento; no milho e fumo, para uma produção agrícola, respectivamente de 43% e 10% do Estado, o processamento é também inexistente; no trigo, responsável por 39% da produção agrícola estadual, há apenas 8% de processamento; e no leite, com 28% da produção, apenas 12% são processados na região. A exceção fica na cadeia de pecuária, onde o rebanho de 25% de aves e 27% de suínos, o maior do Estado, tem 25% do processamento estadual, menor apenas que do entorno metropolitano.

Outras cadeias têm pequena representatividade estadual na região: madeira e móveis, com 6% em todos os elos, da produção madeireira, passando pelo processamento e produ-

ção de móveis (em expansão); petróleo, com 18% de tintas e vernizes e 27% de demais produtos (em expansão); automotiva, com 21% dos implementos agrícolas, maior participação no Estado, superado apenas pelo entorno metropolitano (em expansão); e alta tecnologia, com o elo de informática e microtecnologia representando 30% do valor estadual, o terceiro do Estado, porém, em queda recente, em favor das Regiões 1 e 3.

Os desafios em infra-estruturas para a região situam-se especialmente nos transportes, onde as redes ineficientes não permitem comunicações físicas internas e externas à região, comprometendo a produção econômica e busca de mercados e o acesso a serviços urbano-sociais; mas também na energia, onde há durações de falhas de atendimento acima dos padrões aceitáveis, revelando ineficiência e falta de capacidade das redes de transmissão, com exceção do Produção, assim como deficiências no suprimento rural. Este atendimento rural também é muito deficiente em termos de telecomunicações, comprometendo o acesso a novas informações e conhecimentos que dinamizem produções agropecuárias dominantes.

A estrutura viária regional é fortemente radial, com ponto de confluência em Passo Fundo, não contando com interconexões concêntricas entre essas radiais, a não ser já fora do território gaúcho, em Santa Catarina, pela ligação entre Concórdia e Chapecó. Assim, diferentemente da região 7, nesta o Rio Uruguai não se constitui em barreira à interconexão com vizinhos, havendo fortes relações socioeconômicas entre os dois Estados, na região.

De Passo Fundo saem os eixos radiais:

- RS-324 e RS-153/BR-386, que têm destino sul, rumo a Porto Alegre e Rio Grande, conectando o Alto da Serra do Botucaraí à região;
- BR-285 e RS-153/223, rumo a oeste, acessando as vizinhas regiões 8 e 7, rumo ao acesso a Uruguaiana e São Borja, ligações com o Mercosul;
- RS-324, rumo ao noroeste, conectando o Alto Médio Uruguai à região; RS-135/BR-153, norte-sul, integrando os centros de Passo Fundo e Erechim, rumo a Santa Catarina;
- BR-285, rumo a leste (Hortênsias), com conexão com a RS-343, que também rumo a Santa Catarina, conectando o Nordeste à região.

Com exceção do eixo norte catarinense, não há conexões entre esses eixos radiais na região, o que determina maiores percursos intermunicipais e fracas interações inter-regionais.

Desses eixos principais saem os acessos aos 134 municípios da região, conformando estruturas em espinha de peixe, que dão acesso apenas às sedes municipais e, mesmo assim, com 42 sedes sem acesso asfaltado. Assim, são deficientes as interligações intermunicipais, sendo uma das razões pelas quais a rede rodoviária regional é considerada ineficiente, com baixas densidades rodoviárias, quilometragem per capita, percentual de rodovias com pavimentos, entre outros fatores. Grandes porções situadas na periferia regional,

têm distâncias a eixos principais que variam de 20 km a 50 km, destacando-se o Nordeste como a pior situação regional.

A linha ferroviária vem de Porto Alegre, passa por Passo Fundo e ruma ao oeste do Estado e fronteiras com a Argentina, tendo um ramal para Erechim, estando desativado o ramal que interliga esta cidade a Santa Catarina e restante do País.

Os fluxos originados na região e os que passam por ela rumo a outros destinos, ocasionam muitas linhas de desejo, onde estão mapeadas as viagens equivalentes de ônibus, caminhões e autos que ocorrem entre as várias origens e destinos na região e fora dela.

Verifica-se que os fluxos com maiores intensidades ocorrem nos eixos do entorno de Passo Fundo, com destinos para Erechim ao norte e Porto Alegre ou Rio Grande ao sul. Mas também são grandes no eixo da BR-386 – rodovia da produção – rumo ao noroeste, acessando o Alto Médio Uruguai, até Frederico Westphalen.

Apesar da ineficiência interna e externa constatada, a região é atravessada por duas das principais rotas de transportes do Rio Grande do Sul:

- a rota Santa Catarina e Norte do Rio Grande do Sul – Argentina, via Uruguiana, rodo-ferroviária, transportando principalmente arroz beneficiado, máquinas e implementos agrícolas e rações, e passando por Erechim e Passo Fundo;
- a rota Norte do Rio Grande do Sul rumo a Porto Alegre, também rodo-ferroviária, transportando principalmente, cereais brutos e processados, adubos e combustíveis, vinda do Médio Alto Uruguai e passando por Produção e Alto da Serra do Botucarái.

Essas rotas ocasionam carregamentos de transportes das rotas rodo-ferroviários da região, onde observa-se alguns gargalos.

Por conta desses grandes fluxos e também pela topografia mais ondulada ou montanhosa, os trechos próximos ao limite das capacidades, ou com pavimentação precária são os maiores do Estado, como registra o **Quadro III-49**.

## Quadro III-49 – Gargalos em Transportes – RF 9

Trechos de capacidade esgotada		
Rodoviário	Nacional	RS-211 (Trecho Campinas do Sul – RS-324)
Rodoviário	Regional	BR-153 (Trecho Aurea – Erechim)
Rodoviário	Regional	BR-153 (Trecho Erechim – Getulio Vargas)
Rodoviário	Regional	RS-153 (Trecho Passo Fundo – Carazinho)
Rodoviário	Regional	BR-386 (Trecho Carazinho – Soledade)
Rodoviário	Regional	RS-332 (Trecho próximo à saída para Soledade)
Rodoviário	Nacional	BR-158 (Trecho Frederico Westphalen – Palmitinho)
Rodoviário	Nacional	BR-158 (Trecho Palmitinho – Seberi)
Rodoviário	Nacional	BR-158 (Trecho Seberi – Boa Vista das Missões)
Rodoviário	Regional	BR-158 (Trecho Chapada – Santa Bárbara do Sul)
Rodoviário	Nacional	BR-285 (Trecho Água Santa – Passo Fundo)
Rodoviário	Nacional	BR-285 (Trecho próximo à saída para Passo Fundo)
Rodoviário	Nacional	BR-285 (Trecho Lagoa Bonita – Soledade)
Rodoviário	Regional	BR-377 (Trecho Carazinho – Soledade)
Rodoviário	Regional	BR-386 (Trecho Palmeira das Missões – Sarandi)
Rodoviário	Regional	BR-386 (Trecho Sarandi – Chapada)
Rodoviário	Regional	BR-386 (Trecho Soledade – Arvorezinha)
Rodoviário	Regional	BR-386 (Trecho Arvorezinha – Fontoura Xavier)
Rodoviário	Regional	BR-386 (Trechos Fontoura Xavier – São Jose do Herval)
Rodoviário	Regional	BR-468 (Trecho Palmeira das Missões – Cruz Alta)
Rodoviário	Regional	RS-129 (Trecho Serafina Correa – Montauri)
Rodoviário	Regional	RS-129 (Trecho Montauri – Nova Araçá)
Rodoviário	Regional	RS-135 (Trecho Sertão – Santa Lucia)
Rodoviário	Regional	RS-135 (Trecho Santa Lucia – Getulio Vargas)
Rodoviário	Regional	RS-135 (Trecho próximo à saída para Getulio Vargas)
Rodoviário	Regional	RS-135 (Trecho Getulio Vargas – Erebangó)
Rodoviário	Regional	RS-135 (Trecho Erebangó – Erechim)
Rodoviário	Regional	RS-135 (Trecho Carazinho – Tapejara)
Rodoviário	Regional	RS-135 (Trecho Tapejara – Engenheiro Luiz Englert)
Rodoviário	Regional	RS-135 (Trecho Engenheiro Luiz Englert – Sertão)
Rodoviário	Nacional	RS-324 (Trecho Irai – Ametista do Sul)
Rodoviário	Regional	RS-324 (Trecho Passo Fundo – Marau)
Rodoviário	Regional	RS-324 (Trecho próximo à saída para Marau)
Rodoviário	Nacional	RS-324 (Trecho Ametista do Sul – Planalto)
Rodoviário	Regional	RS-324 (Trecho Marau – Camargo)
Rodoviário	Regional	RS-324 (Trecho Camargo – Casca)
Rodoviário	Regional	RS-324 (Trecho Ronda Alta – Natalino)

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC



## Quadro III-49 – Continuação

Trechos com pavimento precário		
Rodoviário	Regional	BR-153 (Trecho Severiano Almeida – Erechim)
Rodoviário	Nacional	BR-158 (Trecho Irai – Caiçara)
Rodoviário	Nacional	BR-158 (Trecho Palmeira das Missões – Chapada)
Rodoviário	Regional	BR-386 (Trecho Boa Vista das Missões – Cerro Grande)
Rodoviário	Regional	BR-386 (Trecho Cerro Grande – Constantina)
Rodoviário	Regional	BR-386 (Trecho Constantina – Palmeira das Missões)
Rodoviário	Regional	RS-126 (Trecho Lagoa Vermelha – Três Porteiras)
Rodoviário	Regional	BR-285 (Trecho Ibiraiaras – Caseiros)
Rodoviário	Regional	RS-132 (Trecho Vila Maria – Camargo)
Rodoviário	Regional	RS-168 (Trecho São Nicolau – Roque Gonzales)
Rodoviário	Regional	RS-211 (Trecho Campinas do Sul – Jacutinga)
Rodoviário	Regional	RS-211 (Trecho Jacutinga – Erechim)
Rodoviário	Regional	RS-323 (Trecho Jaboticaba – Trentin)
Rodoviário	Regional	RS-323 (Trecho Trentin – Boa Vista das Missões)
Rodoviário	Regional	RS-331 (Trecho Gaurama – Viadutos)
Rodoviário	Regional	RS-153 (Trecho Severiano de Almeida – Erechim)
Rodoviário	Regional	RS-463 (Trecho Tapejara – Tapejara)
Rodoviário	Regional	RS-463 (Trecho Tapejara – Tapejara)
Rodoviário	Regional	RS-467 (Trecho Ibiaçá – Três Porteiras)
Rodoviário	Regional	RS-587 (Trecho Seberi – Rodeio Bonito)
Rodoviário	Regional	RS-472 (Trecho Frederico Westphalen – Palmitinho)
Rodoviário	Regional	RS-480 (Trecho Erval Grande – Faxinalzinho)
Rodoviário	Regional	RS-480 (Trecho Itatiba do Sul – Barão do Cotegipe)
Ferrovário	Interegional	Trecho Cruz Alta-Passo Fundo (tamanho dos trens)

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Outro gargalo é representado pelas 43 sedes municipais sem asfalto (31% dos municípios e cerca de 12% da população), que têm dificuldade de integração regional em busca de serviços e do escoamento de produções:

- Cinco sedes no Alto da Serra do Botucaraí – Gramado Xavier, Itapuca, Lagoão, Nicolau Vergueiro e Jacuízinho;
- Onze sedes no Médio Alto Uruguai – Ametista do Sul, Cerro Grande, Dois Irmãos das Missões, Engenho Velho, Novo Tiradentes, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Rio dos Índios, Sagrada Família, Lajeado do Bugre e Gramado dos Loureiros;
- Sete sedes no Nordeste – Água Santa, Capão Bonito do Sul, Esmeralda, Pinhal da Serra, Santa Cecília do Sul, Santo Expedito do Sul e Tupanci do Sul;
- Onze sedes no Norte – Barra do Rio Azul, Benjamim Constant do Sul, Centenário,

Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Itatiba do Sul, Ponte Preta, Mariano Moro e Quatro Irmãos;

- Nove sedes no Produção – Coqueiros do Sul, Gentil, Muliterno, Nova Boa Vista, Santo Antonio da Palma, São Domingo do Sul, São Pedro das Missões, São José das Missões e Novo Xingu.

Há um aeroporto regional em Passo Fundo, ligando-a a São Paulo.

Em termos de armazenagem, destacam-se os armazéns de grãos, com 15% da capacidade estadual (2,6 milhões de ton. – terceira posição no Estado), distribuídos em toda a região, mas com grande concentração em Jacutinga (Norte), Palmeira das Missões, Carazinho e Casca (Produção); de armazéns para cargas ensacadas, com 14% da capacidade estadual (399 mil ton.) e de armazéns de líquidos (3% da capacidade estadual).

Do ponto de vista da transmissão, várias linhas de alta capacidade (500 KV) a média e baixa capacidade (de 230 KV a 69 KV), atravessam seu território, com origem nas grandes hidrelétricas do Rio Uruguai, as quais não suprem adequadamente aos consumos crescentes – de cerca de 1,4 milhão de MWh em 2000 para 1,5 milhão de MWh em 2003 (2,7% a.a.), maior que o crescimento observado no PIB regional (2,5% a.a.). Os maiores consumos ocorrem em Passo Fundo e Erechim

Há vários gargalos de transmissão nas linhas que interligam Passo Fundo a Espumoso a sudoeste; a Carazinho, a oeste e rumo a Lagoa Vermelha, a leste; na linha entre Erechim e Três Palmeiras, no Norte e da linha entre Palmeira das Missões (Produção) e Erval Seco no Médio Alto Uruguai. Os altos consumos concentram-se nos pólos urbano industriais de Passo Fundo, Erechim, Carazinho e Marau.

Com esse crescimento, tanto a duração de falhas de suprimento como sua frequência têm valores acima dos padrões aceitáveis pela ANEEL, o que reflete atendimentos inadequados, em todos os COREDEs, com exceção do Produção.

A densidade de telefonia fixa apresenta-se baixa em quase toda a região, exceção aos municípios de Passo Fundo e Erechim, onde varia entre 30 a 50 telefones por 100 habitantes (acima das médias nacionais de 24/100 habitantes). Na grande maioria dos demais municípios, a densidade situa-se entre 10 a 20 telefones/100 habitantes.

Na telefonia móvel a área de registro da região, que agrega toda a porção oeste do Estado, apresenta uma densidade de 48,6 pontos de acesso/100 habitantes, segunda menor do Estado, inferior à média estadual de 55,8/100 habitantes. Embora este atendimento melhore o nível de comunicações da região, para efeito social e de negócios, ressalta-se que neste tipo de telefonia o acesso à internet é praticamente impossível pelos altos custos, reduzindo-se as oportunidades de acesso ao conhecimento e inovações.

O acesso a conhecimento e informações também pode ser focado pela existência de linhas de transmissão de dados. Neste ponto, a região não conta com *backbones* comerciais que a interligue a Porto Alegre e a outros centros, e a rede Tchê (Rede Nacional de Ensino e

Pesquisa) interliga apenas a Universidade de Passo Fundo e de Frederico Westphalen às demais universidades regionais situadas em outros centros.

A região tem indicadores referentes a informação e conhecimento inferiores às médias gaúchas. Na participação nos grupos de pesquisa do CNPq, no número de pessoas formadas em áreas técnicas e comerciais (1,2%), no número de pessoas freqüentando universidade (6%), com acesso a computadores (7%) e ocupadas com informática (0,06%), a região está em posição inferior ao restante do Estado.

No entanto, quando se consideram aspectos qualitativos, há que se destacar o papel das universidades regionais. No Produção, a UPF se destaca, com sede em Passo Fundo e mais seis campi em Soledade, Palmeira das Missões, Carazinho, Lagoa Vermelha, Casca e Sarandi, com seus mais de 15 mil alunos e ampla integração com o entorno; em Erechim, a URI, com campi em Santo Ângelo (Missões) Frederico Westphalen, Santiago, São Luiz Gonzaga e Cerro Largo, com mais de 13 mil alunos; e a UERGS, mais recente, mas com campi em Frederico Westphalen, Erechim e Passo Fundo, na formação de recursos para o desenvolvimento regional.

Também destaca-se o centro de pesquisa da EMBRAPA Trigo em Passo Fundo e da FEPAGRO Norte em Erechim e os vários grupos de pesquisa financiados pelo CNPq e pela FAPERGS, 109, que atestam o alto grau de geração de conhecimento na região.

#### III.3.9.2. Cenário Tendencial

A persistirem as tendências recentes de desenvolvimento socioeconômicas e demográficas, as perspectivas para o futuro da região apontam para uma leve queda na participação da região no PIB estadual e, embora o PIB per capita quase alcance a média estadual, ampliam-se as desigualdades na renda e assiste-se a um crescimento acelerado da urbanização.

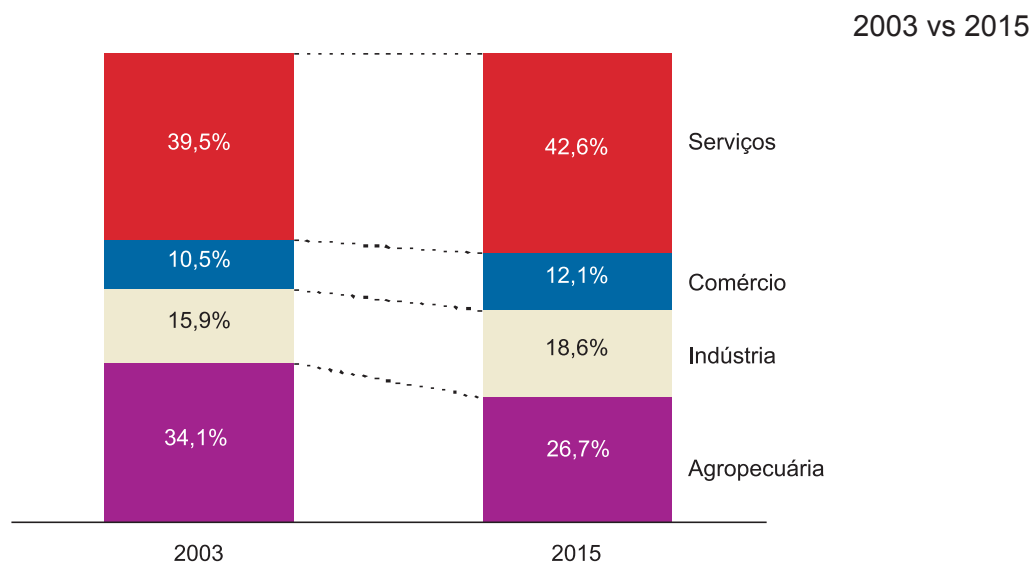
As estimativas populacionais para a região apontam para ligeiro aumento nas taxas anuais entre 2000 e 2015 (de 0,3% a.a. em 2000 para 0,4% a.a. em 2015), inferior à média estadual de 1% a.a. e diminuindo ligeiramente a participação da população no Estado: de 10% em 2000 para 9,6% em 2015. A população estará em torno de 1,1 milhão de habitantes, sendo 886 mil urbanas (78%) e 248 mil rurais (22%).

Assim, nesse crescimento destaca-se preponderantemente a população urbana, com taxas de 1,8% a.a., enquanto a rural deverá decrescer a altas taxas negativas de 3% a.a.

As estimativas de desenvolvimento econômico para a Região Funcional 9 apontam para taxas anuais de crescimento do PIB sempre pouco menores que as médias estaduais. O PIB regional passa de R\$ 11,7 bilhões em 2003 para R\$ 18,3 bilhões em 2015, o que aponta para uma tendência de pequena queda em sua participação no PIB estadual: de 9,7% em 2003 para 9,4% em 2015.

Na estrutura setorial é previsto um forte declínio no setor agropecuário (de 34% do PIB em 2003 para 27% em 2015), em favor do industrial (de 16% para 19% no período) e do comércio e serviços (de 50% para 55%), reforçando o papel industrial e de atendimento regional dos pólos urbanos principais.

**Figura III-113 – Evolução da Composição Setorial do PIB da RF 9**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Nos sub-espacos do Alto da Serra do Botucaraí, do Médio Alto Uruguai e Nordeste, nenhum segmento produtivo apresenta vantagens competitivas ou especialização.

Já no Norte, os segmentos de material de transportes, serrarias e fabricação de artigos de madeira e mobiliário, abate e preparação de carnes e demais indústrias alimentares, apresentaram vantagens competitivas, especialização e alocação de recursos. E no Produção, as vantagens competitivas, especialização e alocação de recursos repousam nos segmentos de abate e preparação de carnes e preparação de leite e laticínios.

Já na análise dos 25 setores projetados pelo Cenário Tendencial, observa-se que, na Região Funcional 9, o setor Agropecuário (o mais relevante da região em 2003) permanece em destaque em 2015, com sua participação no VAB do setor no Estado reduzindo-se de 22,7% para 20,5% – sua taxa de crescimento anual é de 1,7% ante os 2,5% médios do setor no Estado. O setor de Abate e Preparação de Carnes, por sua vez, aumenta sua participação no estado em quase 3 pontos percentuais. Outros setores ainda pouco relevantes, como Químicos e Calçados e Couros experimentam crescimentos elevados, da ordem de 9,7% e 14,8% a.a., respectivamente mais do que duplicando e triplicando seu peso no VAB setorial no RS, mas ainda relativamente pouco relevantes no contexto geral. A **Tabela III-27** mostra a participação estimada da região no VAB de 2003 e de 2015 do Rio Grande do Sul nos 25 setores analisados no Cenário Tendencial.

**Tabela III-28 – VAB Setorial em 2003 e 2015 – RF 9**

(R\$ milhões de 2003)

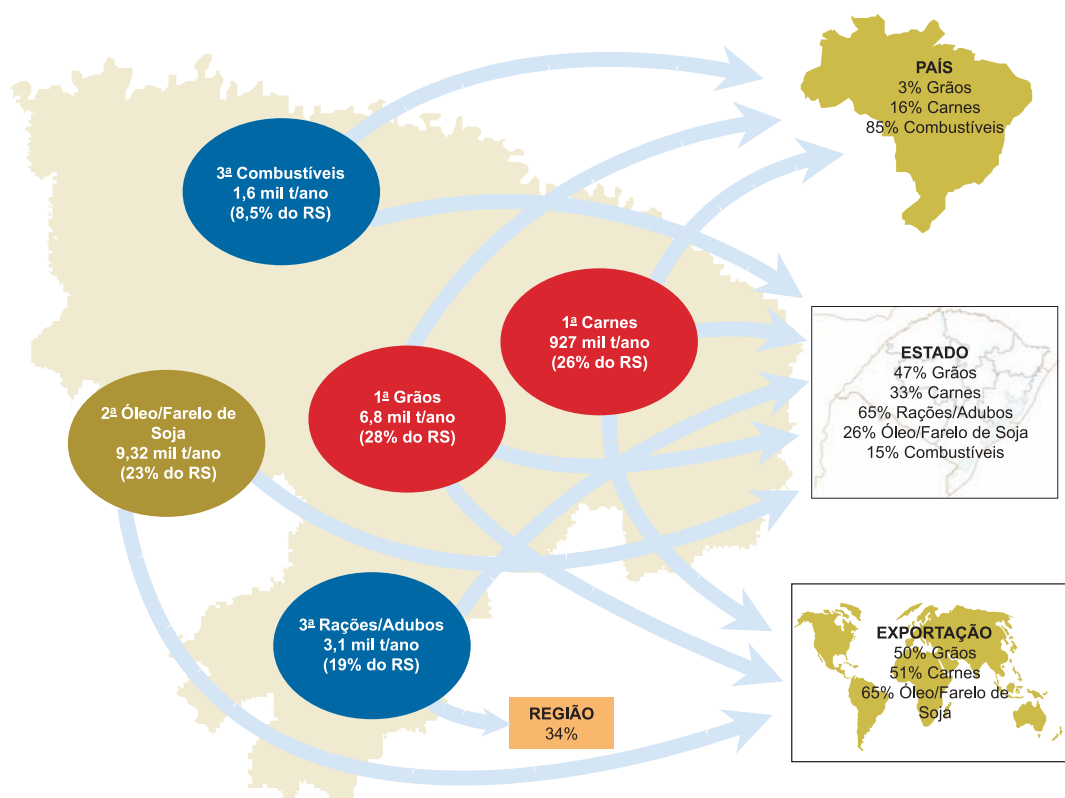
Setores	2003			2015		
	R\$ (R\$ Mil)	% do Total da Região	% do RS	R\$ (R\$ Mil)	% do Total da Região	% do RS
Agropecuária	4,012	34.1%	22.7%	4,891	26.7%	20.5%
Indústria Metalúrgica	146	1.2%	4.2%	241	1.3%	4.2%
Máquinas e Equipamentos / Tratores	128	1.1%	5.0%	262	1.4%	4.8%
Material Elétrico	13	0.1%	2.1%	56	0.3%	4.4%
Material de Transportes	25	0.2%	2.1%	44	0.2%	2.4%
Serrarias, Madeira e Móveis	74	0.6%	6.4%	131	0.7%	6.1%
Papel e Gráfica	46	0.4%	3.3%	99	0.5%	4.1%
Química	90	0.8%	1.0%	273	1.5%	2.1%
Calçados e Couros	46	0.4%	1.0%	238	1.3%	3.2%
Produtos de Origem Vegetal	193	1.6%	6.0%	201	1.1%	5.2%
Abate e Preparação de Carnes	305	2.6%	11.8%	489	2.7%	14.6%
Leite e Laticínios	100	0.8%	14.3%	134	0.7%	14.8%
Óleos Vegetais	273	2.3%	19.6%	338	1.8%	17.8%
Demais Ind. Alimentares	111	0.9%	6.9%	174	0.9%	7.7%
Demais Indústrias	248	2.1%	5.4%	419	2.3%	4.3%
Serviços Utilidade Pública	81	0.7%	3.6%	307	1.7%	7.1%
Construção Civil	333	2.8%	5.9%	480	2.6%	5.5%
Comércio	1,238	10.5%	10.7%	2,223	12.1%	10.7%
Transporte	235	2.0%	10.8%	403	2.2%	9.2%
Comunicações	172	1.5%	5.7%	374	2.0%	7.4%
Instituições Financeiras	750	6.4%	10.6%	1,292	7.0%	10.8%
Serviços Prestados às Famílias	885	7.5%	10.4%	1,630	8.9%	9.4%
Aluguel de Imóveis	574	4.9%	5.5%	894	4.9%	6.7%
Administração Pública	1,547	13.1%	10.6%	2,535	13.8%	11.7%
Serviços Privados Não Mercantis	156	1.3%	11.0%	213	1.2%	11.0%
<b>Total</b>	<b>11,781</b>	<b>100.0%</b>	<b>9.7%</b>	<b>18,341</b>	<b>100.0%</b>	<b>9.4%</b>

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Para alguns produtos de grandes volumes foram estimadas produções em 2015, objetivando estimar demandas para transportes nesse ano horizonte (Componente 2): grãos, madeira, papel e celulose, transportes, óleos e rações, siderúrgicos e fertilizantes, adubos, fumo, combustíveis e carnes. A movimentação interna e externa desses produtos estão registradas na **Figura III-114**.

**Figura III-114 – Estimativa das Principais Produções e Movimentações de Produtos de Grandes Volumes da RF 9 em 2015**

Produtos de Grande Volume – Componente 2



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

### III.3.9.3. Visão Estratégica e Estratégias Propostas

A região mantém fortes vínculos com Santa Catarina, caracterizando-se pela integração inter-estadual especialmente em produtos de origem animal e outros produtos alimentícios, para os mercados interno e externo.

A centralidade regional é exercida por Passo Fundo, pólo de onde irradiam conexões em todas as direções. Assim, a estrutura da região caracteriza-se por ser radio concêntrica, irradiando-se de Passo Fundo tanto rumo ao norte, para Santa Catarina, por vários eixos radiais – BR-158, RS-324, RS-135/BR-153, RS-343 – interconectados por um arco viário fora do Estado, em Santa Catarina, ligando Chapecó a Concórdia, até onde se exerce o poder polarizador de Passo Fundo; irradia-se também rumo a Porto Alegre e Rio Grande, pelas RS-324 e RS-153/BR-386 e ferrovia; e rumo à Argentina e mercados do Mercosul, via BR-285, RS-153/223 e ferrovia.

Assim, embora seja eficiente em termos de grandes conexões regionais e inter-estaduais, a região é extremamente insatisfatória em termos de integrações internas, em todas as poções dos COREDEs constituintes mas, especialmente, no Nordeste; e nas integrações com regiões adjacentes do Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo e da Serra, o que coloca obstáculos à circulação de bens e serviços. A forte estrutura radial até Santa Catarina imprime um alto grau de conexão de empregos entre esta região, nos COREDEs fronteiraços, e as cidades de Santa Catarina, o que é confirmado tanto pela polarização de empregos como pelo alto número de viagens inter-estaduais registradas, segundo valor estadual.

O desafio regional está em consolidá-la como a grande produtora agroindustrial em vários segmentos (aves e suínos, leite, grãos, equipamentos agrícolas, alimentos) para os mercados estaduais, nacionais e externos, e no espraiamento do eixo urbano-industrial formado por Erechim, Passo Fundo e Carazinho (Produção e Norte), que concentram cerca de 65% do PIB da região e 10% do Estado, às áreas periféricas dos sub-espacos a oeste, no Médio Alto Uruguai, a leste, no Nordeste e ao sul, no Alto da Serra do Botucaraí, caracterizados pela predominância dos setores da agropecuária e comércio e serviços, estes porém, característicos de economias pouco desenvolvidas e não de terciários modernos, e que não apresentam nenhum segmento com vantagem comparativa, nem mesmo no setor agrícola.

A avaliação da matriz SWOT da região permite identificar alguns aspectos importantes para o planejamento regional, como listados a seguir:

#### **a) Cadeias de aves e suínos e máquinas agrícolas relevantes e competitivas**

A acessibilidade aos mercados da região Sudeste do país e do Mercosul, foi fator fundamental na inserção da região nas cadeias de produtos de origem animal e alimentícia (aves,

suínos e leite), na cadeia de máquinas e implementos agrícolas e na produção de cereais, dominantes no VAB industrial e produção agrícola. Esta oportunidade persiste, embora a instabilidade do Mercosul constitua-se em ameaça potencial para esses setores, com exceção de máquinas e implementos agrícolas, onde a ameaça vem de outras regiões produtoras gaúchas (região 7 principalmente).

Além desses segmentos dominantes, há outros que estão emergindo com taxas altas de crescimento e que apresentaram vantagens competitivas até o horizonte do estudo, 2015, tais como, indústrias alimentares, material de transportes (elo montadoras de microônibus, reboques, motos, bicicletas) e serrarias e fabricação de móveis no Norte. Ou seja, o eixo Norte-Produção, concentra esses segmentos industriais, enquanto nas demais porções, nenhum segmento comparece com vantagens competitivas semelhantes.

No entanto, embora menos competitivas, alguns segmentos têm apresentado crescimentos elevados nesses COREDEs menos desenvolvidos, indicando a emergência de oportunidades:

- No Alto da Serra do Botucaraí, a fabricação de calçados,
- No Nordeste, material eletro-eletrônico.

No Médio Alto Uruguai nenhum segmento se destaca, persistindo a agropecuária como o setor mais relevante, embora de pouca participação. Entretanto, as jazidas de ametistas aparecem como oportunidade. Também para o Corede Alto da Serra do Botucaraí, as pedras despontam como uma oportunidade, tendo em vista as reservas de ágata e a formação de um APL na área.

## **b) Vantagem locacional por malhas transporte que favorecem a integração com Suldeste e Santa Catarina, em detrimento da integração interna**

As relações da cadeia de produtos de origem animal e alimentícia (aves, suínos e leite) com o sul de Santa Catarina são evidentes representados pelas BR-153, BR-158 e BR-470 e ferrovia, sendo forte a relação de viagens e empregos entre Chapecó, Concórdia e outros centros menores catarinenses, e as cidades de Erechim e Passo Fundo e outras do Rio Grande do Sul. A estrutura viária prevalente privilegia mais essa integração inter-estadual, através das várias radiais que se estendem até Santa Catarina, do que a integração interna regional, Erechim, por exemplo, não se articulando diretamente nem com Palmeira das Missões e Frederico Westphalen, a oeste, no Médio Alto Uruguai; nem com Lagoa Vermelha, a leste, no Nordeste. Assim, o fortalecimento regional, que conexões internas dos mercados e centros produtores locais poderiam trazer para o desenvolvimento regional, padece da ineficiência de transportes encontrada nessa região e a integração com Santa Catarina comparece mais como uma ameaça ao desenvolvimento regional, do que uma oportunidade, em que pese a integração até hoje observada.



#### c) Fortes deficiências em infra-estruturas

A maior restrição às oportunidades regionais situa-se nas deficiências de comunicações físicas – transportes – e virtuais – telefonia e internet – que podem restringir suas opções.

Também na energia, as falhas de suprimento e suas durações elevadas constituem-se em fator desestimulante para novas localizações industriais, acrescido dos gargalos em 5 linhas de transmissão: 3 com origem em Passo Fundo, 1 entre Erechim e Entre Rios e 1 entre Palmeira das Missões e Erval Seco.

A falta de recursos de investimentos para viabilizar essas intervenções necessárias constituir-se-á em limitação severa ao desenvolvimento regional.

#### d) Perda de competitividade da produção rural: empresarial e de pequenos produtores

Na produção agropecuária e agroindustrial, embora situe-se como a primeira região produtora do Estado em grãos, ela não comparece com vantagem competitiva e nem com alta internalização (maior no Produção), mas as culturas empresariais da soja, milho, trigo, cevada e cana-de-açúcar, especialmente, persistirão em expansão, enquanto os preços dos mercados nacionais e internacionais constituirão em oportunidade.

No entanto, a escassez de água tem causado grandes perdas das produções em alguns anos, assim como restringe as possibilidades de irrigação que poderiam ampliar significativamente as produtividades (no milho e soja ela duplica com esse sistema).

No entanto, a maior ameaça à região reside na crise associada às pequenas propriedades rurais, que se constituem em 90% das empresas agrícolas regionais, o segundo percentual do Estado, concentrando-se especialmente no Médio Alto Uruguai (97%). Ao mesmo tempo em que esses pequenos produtores rurais representaram historicamente a base do desenvolvimento agrícola, urbano, industrial, associativista e cultural do Estado, atualmente são pressionados tanto pela consolidação das culturas empresariais (soja, trigo, milho, cevada), caracterizadas pela mecanização, grandes extensões e capital, que restringem os ganhos produtivos, como pelas dificuldades de acesso a novas tecnologias e financiamentos que ampliem suas produções e, em alguns casos às imposições de preços e condições de multinacionais.

#### e) Oportunidades ambientais.

Algumas restrições hoje existentes, tais como a falta de tratamento de esgotos nos principais pólos regionais, especialmente nos centros urbanos de Erechim e Passo Fundo, mas também em vários outros centros urbanos onde a coleta tem baixas taxas de atendimento; e os resíduos provenientes da criação de aves e suínos podem representar potencialidades no mercado de desenvolvimento limpo – MDL – pela venda de créditos para a construção de usinas de tratamento ou geração energética.

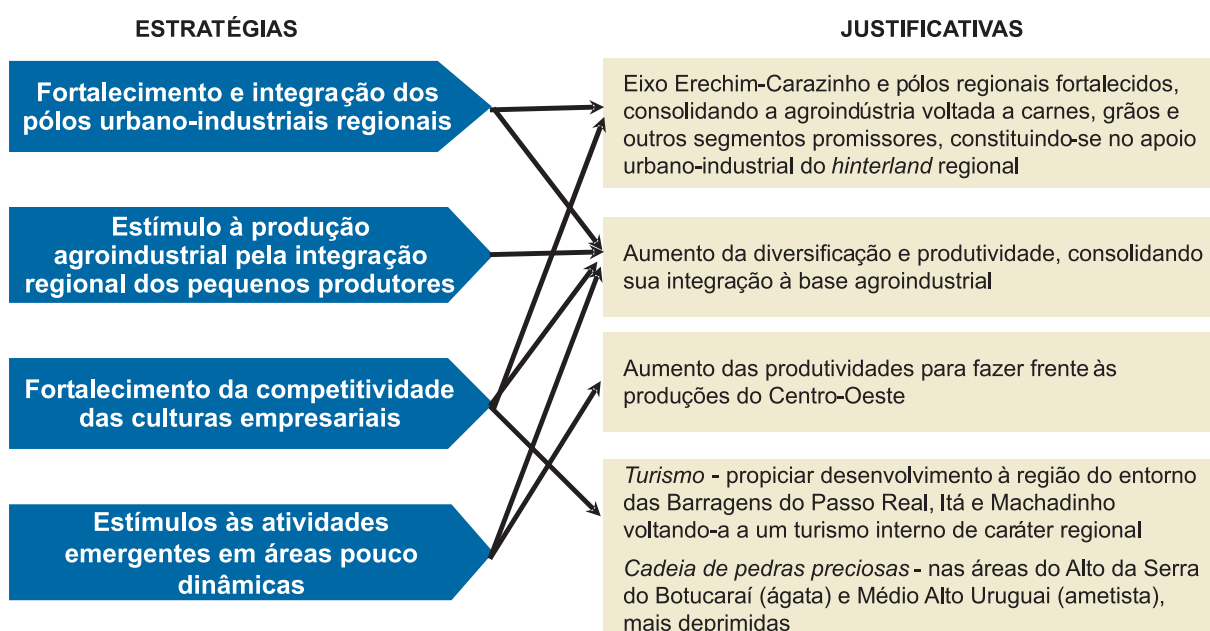
Na área de meio ambiente, além do MDL, algumas medidas serão necessárias para a proteção das florestas nativas que ocupam 23% do território e das áreas de recarga do aquífero Guarani que cortam a região transversalmente. A criação de APAs – Área de Proteção Ambiental – onde os usos do solo sejam mais adequados e o incentivo a reflorestamentos, que hoje ocupam área insignificante, serão medidas recomendáveis.

A visão estratégica para a Região 9 é consolidá-la como a grande produtora agroindustrial em aves e suínos, grãos, leite, equipamentos agrícolas e alimentos para os mercados estaduais, nacionais e externos, em estreita conexão com Santa Catarina, ampliando crescentemente as “economias de integração” entre os pequenos produtores agrícolas, agricultura empresarial e parque industrial.

Para atingir o objetivo regional de consolidação da maior produção agroindustrial do Estado, a conexão de suas várias porções internas será imperativa, de modo a espraizar o desenvolvimento, hoje restrito aos COREDEs Norte e Produção, para os territórios “periféricos” do Nordeste, Médio Alto Uruguai e Alto da Serra do Botucaraí.

Em resposta aos elementos estratégicos e para consolidar sua posição de maior produtora agroindustrial do Estado, estruturou-se quatro estratégias principais para a região, registradas na **Figura III-115** e descritas na seqüência.

**Figura III-115 – Estratégias Regionais alterar para manter homogeneidade – RF 9**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

#### **Estratégia 1: Fortalecimento industrial dos pólos urbanos**

O eixo formado pelas cidades de Erechim, Getúlio Vargas, Passo Fundo e Carazinho concentra 65% do PIB regional em atividades industriais e agroindustriais, com destaques para os produtos de origem animal e vegetal, máquinas e implementos agrícolas e alimentos.

O eixo Erechim-Passo Fundo-Carazinho deve ser fortalecido *como forma de consolidar a agroindústria voltada a carnes e grãos e outros segmentos promissores*, ao mesmo tempo que constitui-se no apoio urbano-industrial do vasto *hinterland* regional formado de pequenos produtores rurais. A este eixo devem ser integrados os demais pólos urbanos principais das demais áreas menos desenvolvidas – Frederico Westphalen (COREDE Médio Alto Uruguai), a oeste; Lagoa Vermelha (COREDE Nordeste), a leste; Palmeira das Missões (COREDE Produção) e Soledade (COREDE Alto da Serra do Botucaraí) ao sul, de modo a incorporar essas áreas aos processos produtivos mais dinâmicos da região.

#### **Estratégia 2 – Apoio à Competitividade da Produção Agroindustrial dos Pequenos Produtores**

Trata-se de apoiar à produção dos pequenos proprietários rurais dominantes (90% das propriedades da região até 50 ha), diversificando, integrando em cadeias agroalimentares e agregando valor às produções locais, de modo a fazer frente ao avanço das culturas empresariais – soja, milho, trigo – que persistirão dominantes, continuando a posicionar a região como primeira produtora estadual até 2015.

*As pequenas produções rurais na região são responsáveis pela grande população rural ainda presente na região (34%) e talvez, pela aferição de renda não monetária na agricultura familiar, contribuam para a baixa renda média prevalente na região (77% da renda média do RS).*

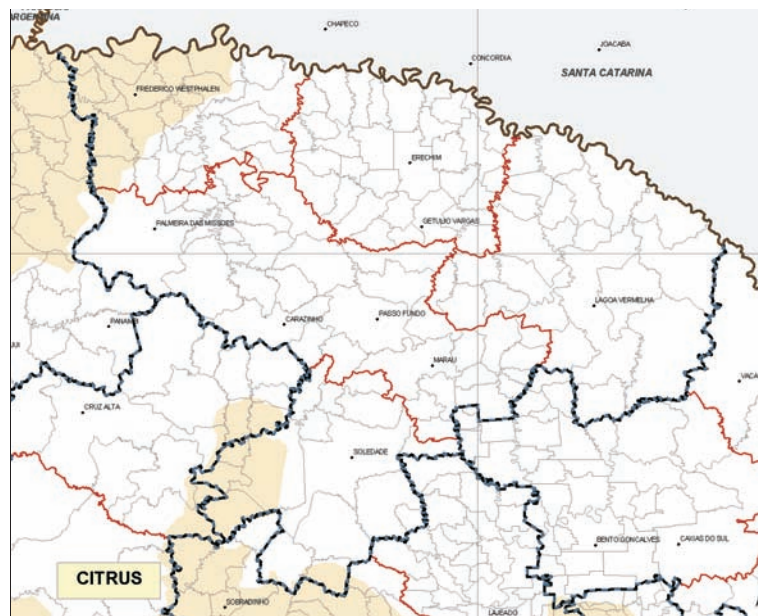
O fortalecimento do eixo urbano-industrial e das culturas empresariais, das estratégias anteriores, não deverá incrementar ainda mais as grandes migrações urbanas que estão ocorrendo (2,2% a.a.) em detrimento do esvaziamento rural (-2,3% a.a.).

Várias culturas de maior valor, especialmente frutas, têm aptidão regional, como registra a **Figura III-116**.

### Figura III-116 – Áreas Aptas para Frutas – Pêssego, Cítricos e Maçã

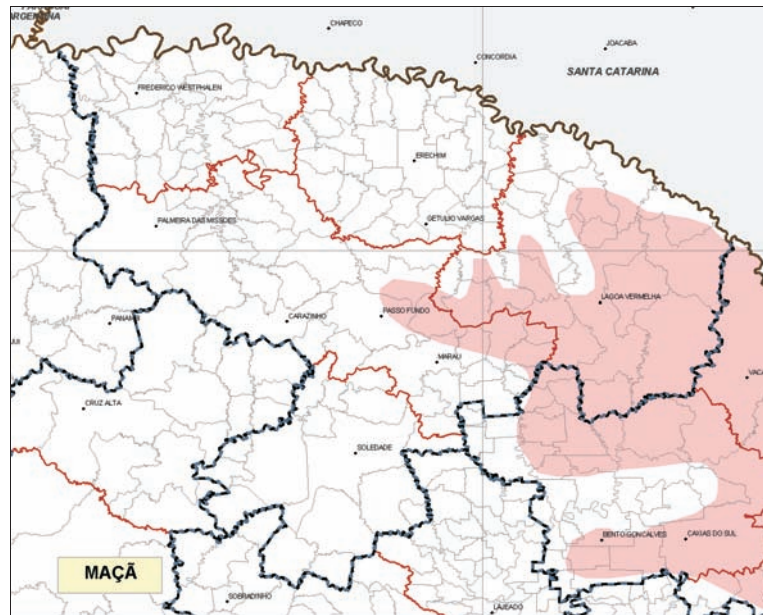


Fonte: Governo do Estado do RS, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico – Volume II, 1994



Fonte: Governo do Estado do RS, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico – Volume II, 1994

Figura III-116 – Continuação



Fonte: Governo do Estado do RS, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico – Volume II, 1994

### Estratégia 3 – Ampliação da Competitividade das Culturas Empresariais

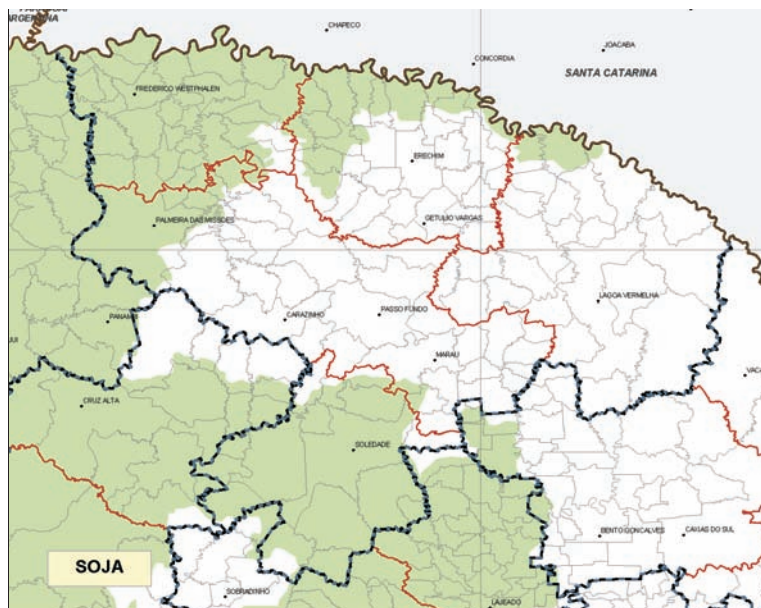
A região consolidou-se como a primeira produtora de grãos do Estado, sendo suas culturas empresariais de soja e milho seus principais produtos. A região é em grande parcela, apta para garantir produções e ainda exportar excedentes, como ressalta o Macrozoneamento Agroecológico e Econômico do Estado<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Macrozoneamento Agroecológico e Econômico do Estado – EMBRAPA/Secretaria da Agricultura -1994

## Figura III-117 – Áreas Aptas a Plantios de Grãos – Milho, Soja e Trigo



Fonte: Governo do Estado do RS, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico – Volume II, 1994



Fonte: Governo do Estado do RS, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico – Volume II, 1994

Figura III-117 – Continuação



Fonte: Governo do Estado do RS, Macrozoneamento Agroecológico e Econômico – Volume II, 1994

As culturas empresariais, especialmente soja e milho, vêm se ressentindo da escassez hídrica nas épocas de plantios, causando grandes perdas de produção. Essas perdas, fazendo que não haja ofertas firmes do produto, é um dos fatores que desestimulam a manutenção e ampliação de processamentos – farelos, óleos, rações, alimentos, etc. – que agregam valor à produção agrícola. Assim, o potencial de agregação de valor a esses produtos está associado diretamente à confiabilidade da oferta em volumes constantes, que garantam as produções agroindustriais.

#### Estratégia 4: Apoio a atividades emergentes em áreas pouco dinâmicas

As áreas menos desenvolvidas desta região – Médio Alto Uruguai e Alto da Serra do Botucaraí – exigirão uma estratégia adicional para reduzir eventuais desequilíbrios sócio-econômicos dentro desta região.

Neste contexto foram identificadas duas sub-estratégias para reduzir eventuais desequilíbrios no desenvolvimento sócio-econômico.

- Apoio à formação da cadeia de pedras preciosas nas áreas do Alto da Serra do Botucaraí e Médio Alto Uruguai;
- Desenvolvimento da região do entorno da Barragem do Passo Real voltando-a ao micro-

turismo, isto é, opção de lazer aos habitantes da região e regiões adjacentes.

As reservas de ametista (no Médio Alto Uruguaí, nas cidades do entorno de Frederico Westphalen) e ágata (Alto da Serra do Botucaraí, em Soledade), poderão se constituir em oportunidades de desenvolvimento dessas porções regionais mais deprimidas, exigindo, no entanto, investimentos em pesquisas, capacitações e organização empresarial, que se constituem em desafios a vencer. As exportações *in natura* que hoje ocorrem, especialmente para a China, poderá ser progressivamente revertida pela agregação de valor na própria região, com *design* específico e utilização de outros materiais de finalização de peças.

### Quadro III-50 – Estratégias e objetivos para a RF 9, até 2015

Estratégias	Objetivos
Fortalecimento dos pólos urbano-industriais	Aumentar o PIB industrial a uma taxa média de 5,9% a.a.
	Atingir a seguinte participação das exportações para fora do Estado: 45% das vendas do COREDE Norte, 30% do COREDE Produção e 20% dos COREDEs Nordeste, Médio Alto Uruguaí.
Competitividade da produção agroindustrial dos pequenos produtores	Aumentar o rebanho de aves e de suínos a taxas médias de 4,58% e 0,5% a.a., respectivamente, atingindo, em 2015, 49,5 milhões de aves e a,3 milhões de suínos.
	Aumentar a produção de frutas a uma taxa média de 9,78% a.a., atingindo, em 2015, R\$ 300,9 milhões de produção.
Competitividade das culturas empresariais	Atingir 25% da área plantada com soja e milho com irrigação (atualmente, 3,5% da área é irrigada).
	Atingir, em 2015, a produção de 3,7 milhões t de soja.
	Atingir, em 2015, a produção de 2,7 milhões t de milho.
Apoio a atividades emergentes em áreas pouco dinâmicas	Manter em 5% a.a. o crescimento do pessoal ocupado em alojamento e alimentação, alcançando, em 2015, 27 mil pessoas.
	Organização da cadeia de pedras.

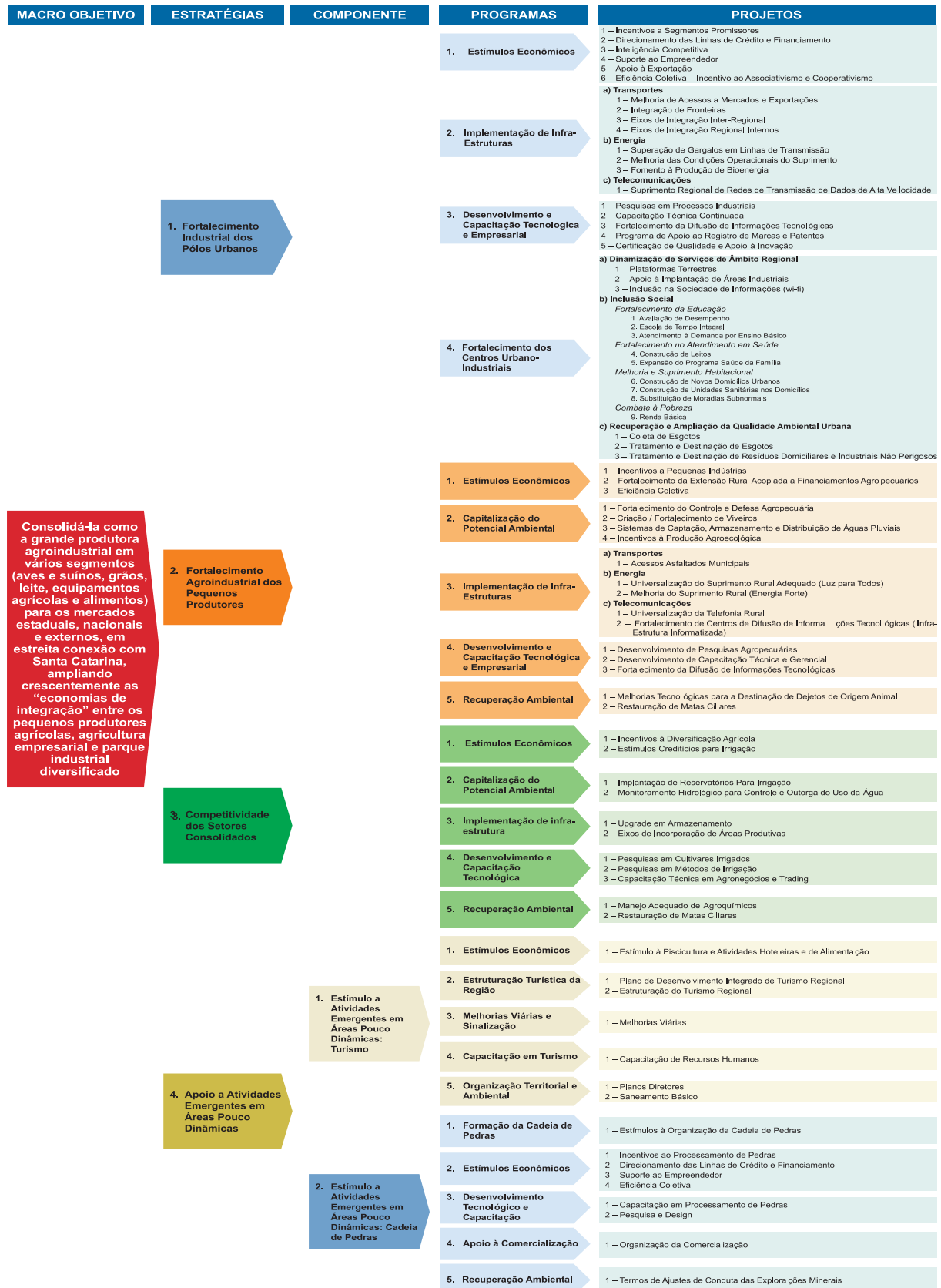
Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

#### III.3.9.4. Programas e Projetos

A **Figura III-118** apresenta o conjunto de programas e projetos e sua articulação com as diferentes estratégias. São 88 projetos, distribuídos em 24 programas, O detalhamento referente à distribuição da execução dos projetos no tempo e à estimativa dos recursos necessários são apresentados no **Anexo I**.



Figura III-118 – Gráfico de Objetivos e Meios para a RF 9



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC



# IV. CONCLUSÕES

Os desafios para o desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul foram analisados de forma exaustiva, inclusive com a utilização de ferramenta de análise tendencial, configurada pelo modelo EFES. O conjunto de programas e projetos propostos (Parte III e Apêndice) busca soluções a problemas crônicos e estímulos a atividades geradoras de emprego e renda. Esse conjunto visa responder aos objetivos do estudo RumoS 2015:

- Diminuição das desigualdades regionais
- Redução das desigualdades sociais
- Combate à pobreza
- Implementação de base logística de suporte ao desenvolvimento regional
- Aumento da competitividade econômica do estado

Entretanto, a mera concepção de um portfólio de projetos não garante sua implementação. Assim como as estratégias de desenvolvimento foram baseadas nas vocações e nas aptidões do território e da sociedade gaúchos, a governança da implementação está fundada na tradição de participação da sociedade do Rio Grande do Sul. O estudo debruçou-se sobre as formas atuais da governança dos processos de desenvolvimento regional do Estado, buscando referenciá-las às melhores práticas nacionais e internacionais, reconhecendo, ao mesmo tempo, a excelência da experiência dos COREDEs, singular em termos brasileiros. Apoiar-se nessa experiência de 15 anos foi uma das premissas da proposta de governança da implementação dos planos regionais de desenvolvimento. O outro ponto central na definição da proposta de implementação foi a experiência francesa de regionalização do planejamento do desenvolvimento. O processo francês, que tem servido de exemplo para as experiências de descentralização mais recentes, criou um instrumento – o contrato de plano – que define, para todos os agentes intervenientes na região, o conjunto de ações e respectivos financiamentos e responsabilidades que orientarão sua ação ao longo de um determinado período. O contrato de plano traduz operacionalmente as decisões originadas no processo de planejamento regional, territorializando ações que seriam de outra forma meramente setoriais.

As seções seguintes apresentam esses pontos ampliados e organizados por Componente do estudo RumoS 2015, trazendo ainda uma reflexão sobre o impacto das medidas propostas sobre a redução das desigualdades.

### IV.1. Desenvolvimento Regional

Ao longo da etapa de avaliação, foram identificados os principais focos de problemas do Estado e regiões, em termos de desigualdades regionais e competitividade. Foram também avaliados os perfis das diversas regiões, buscando entender seus problemas, aptidões, potenciais, restrições e riscos, uma vez que são os direcionadores da elaboração de propostas focadas em:

- Potencializar as aptidões regionais;
- Eliminar os gargalos aos seu desenvolvimento;
- Cobrir elos faltantes que restringem o desenvolvimento.

Adicionalmente, a relevância da atuação das diversas instâncias de governo na solução dos problemas de desigualdades e desenvolvimento, seja como provedor de recursos, como executor de ações, como mobilizador das iniciativas dos diversos agentes e como legislador, conduziu à avaliação de como esta ação vem se desenvolvendo e impactando o desempenho das regiões, também gerando diretrizes para propostas que, neste âmbito se voltaram a:

- Aumentar a eficácia dos investimentos públicos para desenvolvimento regional;
- Aprimorar papéis e atuação das instituições governamentais voltadas à ação regional;
- Ampliar a capacidade de planejamento regional do governo.

Reconhecido o fato que o sistema de gestão regional do Estado apresenta-se em estágio de organização e mobilização bem superior aos dos demais estados do País, e que este pode ser um importante fator a ser mais bem aparelhado para potencializar as ações de desenvolvimento regional, a avaliação do sistema de COREDEs realizado indicará caminhos para elaboração de propostas que permitam:

- Aprimorar os mecanismos e procedimentos do Estado em suas relações com os COREDEs, de modo a
- Incentivar e capacitar os COREDEs a atuar mais estrategicamente.

Entendendo-se que o planejamento regional requer a organização de relações econômicas e sociais no espaço geográfico, priorizando iniciativas de revitalização ou de potencialização das aptidões presentes num determinado território com características comuns, formulou-se uma proposta de regionalização para fins de planejamento regional do Estado que pretende tornar mais eficaz a forma do governo pensar e intervir nesses espaços distintos. As nove regiões de planejamento assim definidas são compostas por múltiplos de

COREDEs. As propostas de estratégias de desenvolvimento regional e programas e projetos a elas vinculados tiveram como base territorial as regiões de planejamento.

As estratégias de desenvolvimento foram elaboradas a partir de um conjunto de informações e análises, que se valeram, inclusive, do conhecimento acumulado no Estado e da interação com agentes sociais e econômicos, buscando integrar as diferentes dimensões (econômica, ambiental, social, de infra-estrutura, por exemplo) entre si e com as análises de tendência até o horizonte de 2015.

Dois elementos dão testemunho da originalidade da abordagem utilizada: de um lado, foi realizado um inventário exaustivo das iniciativas de ações de desenvolvimento existentes no Rio Grande do Sul e, de outro lado, procurou-se, por meio de um modelo de equilíbrio geral computável, visualizar as tendências de evolução do Estado e de suas regiões no período 2005-2015. Assim, o estudo pode avaliar melhor o conjunto de iniciativas pré-existentes, a maioria das quais se mostrou pertinente aos objetivos de equidade e competitividade propostos, e sugerir melhorias, visando alterar trajetórias negativas ou reforçar tendências positivas extraídas do exercício prospectivo.

Face à tendência estimada de manutenção e, mesmo, aprofundamento das desigualdades regionais e sociais, o estudo buscou definir estratégias, programas e projetos tendo como premissa a reversão dessa expectativa e a sustentabilidade de longo prazo. Procurando aumentar o impacto das ações setoriais, os programas e projetos foram concebidos de forma sistêmica. Por exemplo, a potencialização de uma nova atividade depende de estímulos econômicos, mas também de capacitação de recursos humanos em todos os níveis, investimentos em inovação e qualidade, ambientes urbanos adequados e de infra-estruturas isentas de gargalos. Ou seja, as intervenções no âmbito territorial não podem ser isoladas nem diacrônicas.

A implementação do conjunto de programas e projetos apresentados acima necessita de inovações organizacionais, explicitadas pela estratégia estadual Estruturação da Governança Moderna e Participativa, cujos elementos principais ressaltamos a seguir.

## **IV.2. Modelo de Implementação**

Os objetivos dos Planos Regionais serão atingidos através da implementação de projetos ou programas específicos. Esses projetos e programas deverão trazer uma descrição técnica, os objetivos de médio prazo (quatro anos), os objetivos anuais, as fontes de recursos (federais, estaduais, municipais, privadas, internacionais), os agentes executores (do Governo Estadual, das administrações municipais, das universidades, das agências da sociedade civil, etc.), além dos indicadores de monitoramento de sua execução e alcance dos objetivos.

A regionalização de planejamento deve ser a base da governança da implementação

dos programas e projetos regionais. Tal governança deve permitir o estabelecimento de uma liderança que articule governo e agentes civis intervenientes, nas tarefas de implementar tais ações, de modo a evitar duplicidades, desperdício de tempo, recursos humanos e financeiros, e distribuir responsabilidades para agilizar essas implementações.

As experiências de planejamento regional indicam que não basta introduzir uma instância deliberativa se não se cuidar também da gestão dos projetos, definindo-se autoridade e responsabilidade. Por outro lado, os estudos realizados no Rio Grande do Sul evidenciaram um enorme potencial desencadeador de ações, com baixa articulação, integração e coordenação entre elas, causando duplicações de iniciativas, esforços paralelos para os mesmos fins e pulverização de recursos.

Para cuidar destes aspectos, para cada programa ou projeto, o Fórum Regional de Planejamento (FRP), criado em cada Região de Planejamento, designará uma Gerência de Programa, composta por dois representantes do FRP, sendo um do governo estadual da área técnica correspondente, e outro escolhido entre os representantes das entidades regionais. Esses dois representantes serão responsáveis por acompanhar a implementação dos projetos ou programas, articular junto aos órgãos governamentais envolvidos, informar o FRP sobre o andamento e fornecer as informações de andamento do projeto ao sistema de monitoramento regional e estadual.

Necessariamente, o tempo demandado para a tomada de decisões num sistema de governança com essa estrutura vai além do ciclo orçamentário. Assim, deveria ser claramente percebida a necessidade de separação inicial entre as atividades de planejamento de médio e longo prazo e de definição das demandas anuais para o Orçamento (Consulta Popular).

O Plano Estratégico da Região Funcional a ser produzido pelo FRP se circunscreve no âmbito de médio e longo prazo e definirá ações e responsabilidades para todos os agentes envolvidos na sua execução. Serão estabelecidos objetivos genéricos a serem cumpridos nas principais áreas de relevância, tais como econômica (por exemplo, objetivos de aumento de produtividade, diversificação da estrutura produtiva, melhoria de qualidade ou certificação), educacional (redução no número de analfabetos, aumento no número de pessoas com nível universitário; treinamento técnico, entre outros), saúde (redução na mortalidade infantil, melhoria no atendimento médico etc.), infra-estrutura (melhoria no acesso às cidades, remoção de gargalos etc.) e assim por diante.

A cada quatro anos, coincidindo com o processo de elaboração do Plano Plurianual do Estado, o FRP elaborará um **Compromisso de Plano**, que registrará os objetivos e metas de médio prazo, a forma de participação das diversas entidades representadas pelo Fórum, e também de outros agentes dele não participantes. Esse documento registrará a proposta da comunidade regional para alteração dos rumos da economia e da sociedade regionais, consolidando a visão de futuro que essa comunidade escolheu para seus membros. Servirá como orientação para as ações e atuará como uma bússola para o desenvolvimento da Região Funcional.

Assim, este Plano Regional dará o referencial estratégico e de ações que serão, anualmente, discutidas no âmbito da Consulta Popular.

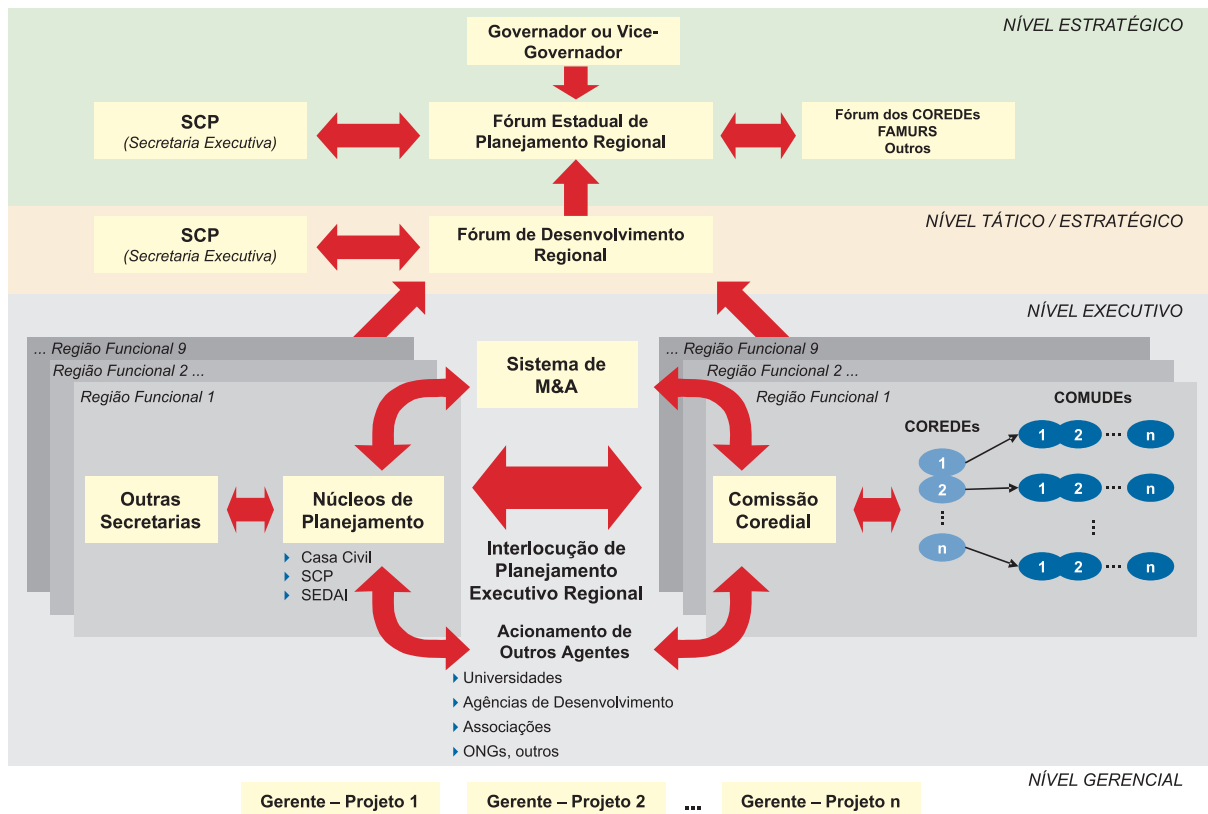
Os compromissos deverão envolver todos os membros do FRP, os quais se comprometerão com o Plano Estratégico Regional no âmbito de suas atuações. Os COREDEs se comprometerão a incluir os projetos estratégicos na Consulta Popular em cada ano. As prefeituras, quando for o caso, se comprometerão a aportar recursos, inclusive financeiros. O Governo do Estado se comprometerá em incluir os projetos no PPA e nas LOAs. Além dessas fontes, a existência de um Plano comprometido entre as partes permite que os agentes intervenientes – Estado ou instituições regionais – se empenhem na tarefa de encontrar outros parceiros e fontes para os projetos acordados, além de garantir sua continuidade face às alternâncias político-administrativas.

Os Planos Regionais elaborados no âmbito do estudo RumoS 2015 se constituirão no insumo preliminar para desencadear a formação e discussão desses Fóruns.

De nada adianta elaborar planos e projetos e compromissos sem que eles sejam acompanhados em sua implementação em termos de eficácia, eficiência e efetividade. Essa tarefa não pode se restringir ao Estado, mas deve constituir-se em sistema aberto às estruturas regionais criadas, sejam Núcleos de Planejamento, Comissões Coreciais ou Fóruns regionais e estadual. No âmbito do estudo RumoS 2015 foi desenvolvido um sistema de monitoramento e acompanhamento (M&A) para os programas e projetos nele propostos. Esse sistema, operado pelo Governo do estado, poderá ser acessado pelas redes regionais, por meio de estruturas pré-existentes, apoiando o processo de M&A nas regiões.



**Figura IV-1 – Estrutura Estadual e Regional de Planejamento Decisório e Operacional**



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

### IV.3. O Conjunto do Sistema Logístico Concebido para o Estado

As ações concebidas para a logística de transportes formam os componentes que servirão de suporte ao desenvolvimento socioeconômico equilibrado do Rio Grande do Sul, considerando simultaneamente o espaço, a sociedade e a escala temporal, mas sem deixar de lado a busca por maior equidade regional e social.

O Rio Grande do Sul apresenta um quadro produtivo relativamente complexo, com forte produção agrícola e pastoril, de um lado, junto com atividades industriais de ponta, como a de computação, a indústria automobilística ou de calçados. As soluções logísticas para atender essa demanda diversificada são necessariamente diferentes, exigindo esforços e capacitações diversos.

O transporte de cargas, que inicialmente era um simples elo de ligação espacial, sem qualquer compromisso com nível de serviço e de prazos, passou por uma fase de transição, com exigências logísticas amplas, principalmente nas exportações. A evolução desse proces-

so culminou, na última década, com a adoção, por parte das grandes cadeias globalizadas, do conceito de *Supply Chain Management (SCM)*, ou Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. Agora a Logística não é mais tratada em etapas isoladas dentro da cadeia produtiva, mas de forma integrada e articulada, partindo dos fornecedores, passando pela manufatura e pelo varejo, e culminando no consumidor final. Na verdade, na atual visão de SCM, o processo parte do consumidor final, e caminha para trás, até os fornecedores de matéria-prima, e de peças e componentes. Isso porque é o consumidor final que comanda todo o processo logístico..

A **Figura IV-2** mostra a estruturação do processo de planejamento macro-logístico envolvendo todos esses elementos. O enfoque macro-logístico engloba mais detalhadamente as integrações seguintes:

- a) entre pessoas e mercadorias, de um lado, e as instalações fixas, de outro;
- b) entre as pessoas e mercadorias, e os veículos;
- c) entre os elementos anteriores e a infra-estrutura.

O planejamento da gestão territorial, junto com a logística e com o transporte, possibilita, por sua vez, o enfoque integrado entre as instalações fixas, de um lado, e a infra-estrutura de transportes, de outro. Esse é um elemento importante no planejamento integrado efetivo, com desdobramentos positivos na eliminação das desigualdades sociais e na indução do desenvolvimento regional.

Mas a Logística permitirá que se obtenham resultados ainda mais apreciáveis nesse sentido. A coordenação e a integração logística, envolvendo as bases produtivas e os pólos nodais constituídos por terminais intermodais, portos, plataformas logísticas, etc., como também com o sistema de transportes, deverão ser efetivadas com forte apoio na Tecnologia da Informação (TI). Devido às restrições de recursos financeiros, problemas culturais, defasagens tecnológicas, entre outras, essa evolução para uma estrutura informacional plena será naturalmente gradativa. Mas não se poderá perder o foco, mantendo dinâmico o processo evolutivo, para que se possa atingir a meta dentro de um prazo pré-estabelecido.

Deve-se notar que o processo logístico precisa estar intimamente associado à tecnologia de desenvolvimento de produtos e com as formas de sua colocação no mercado. Por exemplo, para que o couro tenha maior qualidade para utilização na fabricação de calçados de maior valor agregado, é necessário que seja produzido, embalado e transportado de forma adequada. Um sistema logístico baseado fortemente na TI, deverá estar interligado com uma rede temática voltada à tecnologia de produção e à comercialização de cada classe de produto. Assim, haverá um efeito sinérgico entre os dois sistemas. Essas duas redes integradas, a temática, de um lado, e a logística, de outro, possibilitarão, se bem utilizadas, melhorar a capacitação dos produtores, dos agentes públicos, dos agentes intermediários, das transportadoras, etc., induzindo o desenvolvimento regional e reduzindo as desigualdades sociais.

**Figura IV-2 – Processo de Planejamento Macro-Logístico**



Fonte: Baseado em Sjöstedt, 1997

A atuação do governo do Rio Grande do Sul, no que diz respeito à Logística de Transportes, envolverá as seguintes ações:

- Novos investimentos em infra-estrutura, devidamente priorizados;
- Melhorias na prestação de serviços de transportes e de logística;
- Aumento da competitividade do Porto do Rio Grande;
- Posicionamento estratégico em relação a plataformas logísticas e utilização crescente da multimodalidade.

Por envolver uma concepção logística de ponta, a oferta de Transportes/Logística, deve dar o devido destaque aos serviços, constituídos pelos transportadores, operadores logísticos, atividades diversas de controle (alfândega, fiscalização, pesagem de veículos, etc), armazenagem, etc. Hoje, o bom desempenho desses serviços constitui elemento importante na obtenção de níveis de competitividade apresentados em nível internacional.

Além dos serviços específicos, a oferta de Transportes/Logística se completa através de alguns elos logísticos destacados, representados pelo Porto do Rio Grande, operando dentro de uma concepção nova, pró-ativa, as plataformas terrestres, nos seus vários níveis hierárquicos, e outros elos intermodais e multimodais específicos.

A Demanda por transporte de carga e por serviços logísticos diversos foi analisada no presente estudo considerando dois tipos bastante específicos de produtos: os geradores de grandes volumes e aqueles de alto valor agregado. Os primeiros têm suas demandas melhor conhecidas. Os últimos apresentam necessidades diferenciadas, com pequenos lotes e pulverização espacial do suprimento e da distribuição. Esse tipo de produto está colocado como necessitando de serviços logísticos complementares especiais, nos moldes vigentes no cenário internacional.

Para atender as necessidades de melhoria do sistema atual, são propostos uma série de projetos de caráter físico e não-físico. Ressalte-se o fato de que a concepção e proposição de projetos de natureza não-física receberam uma atenção especial do estudo. Isso por duas razões: de um lado, muitos projetos de intervenção física (rodovias, portos, aeroportos), quando executados isoladamente sem o apoio de medidas de natureza qualitativa e institucional, acabam por não produzirem os benefícios previstos. De outro, a escassez de recursos financeiros, que assola o poder público nos últimos tempos, pode ser em parte contornada com medidas e intervenções bem menos onerosas, principalmente através de ações visando a redução das desigualdades e diminuição dos níveis de pobreza no estado.

Procurou-se também tirar vantagem de melhorias nos sistemas existentes, cuja execução exige normalmente menos recursos financeiros e pode ser implementada em tempo mais reduzido. Exemplo desse tipo de ação é a proposta de melhoria das instalações de armazenagem de grãos no estado, em que cerca de 60% da capacidade estática está hoje interditada por razões diversas. E, sabidamente, a armazenagem de grãos é um elemento importante no sistema logístico, pois forma uma interface reguladora entre segmentos diversos de transporte, dá suporte a operações financeiras vitais para o agro-negócio (*warranties*, por exemplo), permite a manutenção do nível de qualidade dos produtos, além de outros. Em paralelo à questão da armazenagem, foram analisadas também as disfunções no sistema hidroviário interior e no sistema ferroviário, sendo apresentadas e discutidas medidas para sua dinamização.

Para elaboração do Portfólio, foram considerados todos os projetos associados à solução dos gargalos e elos faltantes identificados na etapa anterior de avaliação, e que apresentaram bons resultados em termos de avaliação econômica. Uma das características básicas do Portfólio é a sua concepção integrada, destacando-se o conceito de Agrupamento de Projetos, que visa o melhor aproveitamento das sinergias – funcional e financeira – existentes entre as diversas intervenções no sistema de transportes.

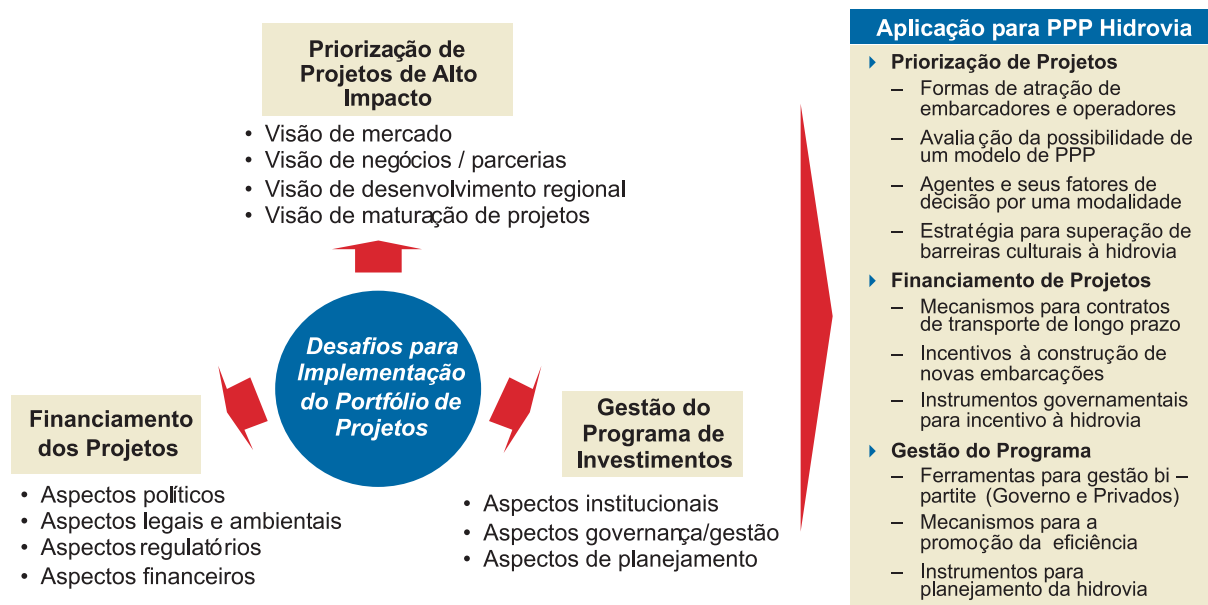
Da análise do conjunto de projetos propostos, verifica-se que o modo rodoviário é responsável por 64% do número de projetos, mas sua participação nos investimentos estimados é menor, cerca de 48%. Por sua vez, os modos ferroviário e hidroviário, bem como a armazenagem, apresentaram situação inversa, com maior participação relativa em termos de investimento, e menor no número de projetos. Com relação aos quantitativos envolvidos para cada

uma das modalidades de intervenção, pode-se observar que as intervenções propostas encontram-se bastante distribuídas pelas diversas categorias.

Apesar de os projetos físicos representarem um conjunto importante de ações necessárias para o desenvolvimento do Estado, há questões importantes a serem sanadas que não dependem de obras físicas. Essas questões, relacionadas à operação, gestão e legislação, muitas vezes não exigem grandes investimentos, mas proporcionam ganhos logísticos importantes, reduzindo custos e aumentando a competitividade do Estado. Os projetos dessa natureza foram classificados em dois grupos. O primeiro engloba as intervenções voltadas ao desenvolvimento operacional e, o segundo, corresponde às medidas de cunho legal-institucional (legislação e regulamentação, governança, ações fiscais e tarifárias).

Os desafios de implementação do Portfólio estão relacionados à identificação e equacionamento de projetos e à gestão necessária para sua efetivação. A **Figura IV-3** mostra as características desses desafios, relacionando-as com uma das possíveis formas de implementação, via Parceria Público-Privado.

**Figura IV-3 – Natureza dos Desafios à Implementação**

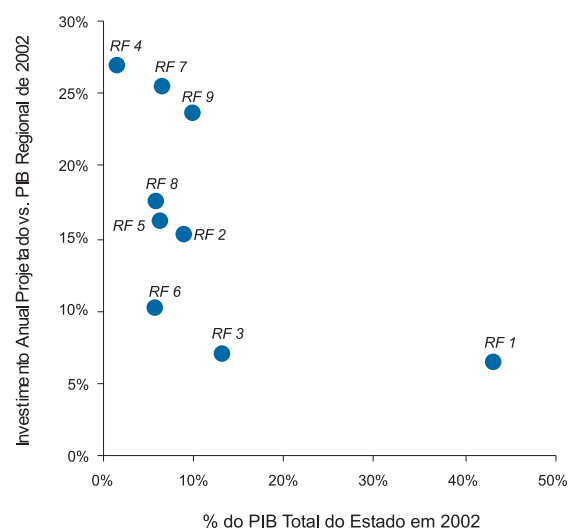


## IV.4. Impactos Gerados pelos Programas e Projetos

Parte importante dos programas e projetos propostos têm efeitos de longo prazo, como os investimentos realizados em Educação e Meio Ambiente. Assim, muitos dos impactos não são passíveis de aferição dentro do horizonte definido para o estudo. Entretanto, a distribuição regional dos investimentos propostos, incluindo despesas de custeio e de capital indiferenciadamente, mostra tendência redistributiva, pois as regiões que detêm as maiores participações no PIB estadual seriam relativamente pior aquinhoadas, conforme pode ser observado na **Figura IV-4**.

**Figura IV-4 – Regiões que detêm as maiores participações no PIB estadual**

RF	Plano Estadual		Projetos Regionais		TOTAL	
	(R\$ MM / ano - % PIB da RF) <sup>(1)</sup>		(R\$ MM / ano - % PIB da RF) <sup>(1)</sup>		(R\$ MM / ano - % PIB da RF) <sup>(1)</sup>	
1	3.030	6,5%	8	<0,1%	3.038	6,5%
2	1.467	15,2%	12	<0,1%	1.468	15,2%
3	987	7,1%	15	0,1%	1.001	7,2%
4	284	18,0%	143	9,1%	428	27,1%
5	1.075	16,3%	2	<0,1%	1.077	16,3%
6	630	10,2%	4	0,1%	634	10,3%
7	1.832	25,6%	2	<0,1%	1.834	25,6%
8	1.105	17,6%	2	<0,1%	1.107	17,6%
9	2.478	23,7%	2	<0,1%	2.480	23,7%
<b>RS <sup>(2)</sup></b>	<b>19</b>	<b>&lt;0,1%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>19</b>	<b>&lt;0,1%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>12.907</b>	<b>11,9%</b>	<b>179</b>	<b>0,2%</b>	<b>13.086</b>	<b>12,1%</b>



Nota: Recursos Anuais – Valor Médio, considerando o valor total dos recursos igualmente distribuídos em um horizonte de 10 anos

(1) Em relação ao PIB Regional de 2002

(2) Parcelas de projetos não alocáveis às Regiões Funcionais – Comparação em relação ao PIB Estadual total de 2002

O sistema de M&A será elemento fundamental para correções ou reforços de trajetória dos planos regionais e suas articulações estaduais respectivas para que o efeito redistributivo dos investimentos seja perene e sustentável.